



Agente é reincidente  
 PN a braços com mais um  
 caso de “polícia-ladrão”

Pág. 8



**Justiça**  
 Família do italiano  
 morto no Fogo quer  
 esclarecimento  
 do caso



Pág. 9

Aumento da dívida pública

# Novo “apertar o cinto” a caminho

Págs. 2 a 4

**São Nicolau**  
 Carriçal descontente  
 com não cumprimento  
 das promessas  
 eleitorais

Págs. 8 e 9 in ETC

## Media

Rádio Nova muda  
 de nome e inaugura  
 estação na Praia

Pág. 6

## CAN 2021/Andebol

Cabo Verde  
 disputa final da  
 Taça Presidente  
 com o Quênia

Pág. 14

## Protocolo



Pág. 19



Eco-Centro de São  
 Domingos prepara-se para  
 explorar turismo interno

Págs. 2 e 3 in ETC

### TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —



# NO PONTO

## Aumento da dívida pública

# Novo “apertar o cinto” a caminho



**A** brasileira Eneida Fernandes, que integrou uma delegação do Banco Mundial, que foi recebida pelo primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, na semana passada, disse à saída do encontro, que se está a trabalhar também com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma fórmula para se resolver a questão da dívida.

### “A dívida é elevada”

“O Banco (Mundial) vai trabalhar muito próximo do Governo para se ver o modo de resolver essa questão da dívida”, afirmou a representante residente desse organismo, reconhecendo que “a dívida é elevada”.

“Cabo Verde está numa situação similar a de muitos países tendo em conta a necessidade de investimentos adicionais para fazer face à pandemia”, precisou.

Fernandes considera, no entanto, que com a perspetivada de retoma económica derivada da abertura do Sal e da Boa Vista para o turismo, será possível diminuir a dívida,

Cabo Verde pode estar à beira de um Programa Estrutural do FMI. Sem margens para mais endividamento, o país encontra-se praticamente encurralado. Tanto assim que o termo “apertar cinto” foi utilizado pela representante residente do Banco Mundial, que considera que essa será uma das soluções para reestruturar a dívida pública do país.

Daniel Almeida

“com o incremento da economia e com o apertar dos cintos”.

### Aumento do limite de endividamento

Em resultado do efeito extraordinário da crise provocada pela pandemia de covid-19, Cabo Verde encontra-se numa situação económica e social extremamente complicada.

E não é por acaso que o novo Executivo, saído das eleições de Abril, vem insistindo com o PAICV no sentido de alterar os níveis de endividamento impostos pela legislação em vigor, nomeadamente a Lei de Bases do Orçamento.

O Governo defende o aumento do limite do endividamento inter-

no do valor actual de 3% para 4,5% do PIB, o que significaria um aumento dessa componente da dívida em 50%.

### Pior recessão económica da história de Cabo Verde

De acordo com os dados constantes do Relatório de Política Monetária de Abril do Banco de Cabo Verde (BCV), publicado no passado mês de Maio, o país teve, no ano de 2020, o seu pior desempenho económico.

Isto é, viveu a pior recessão da sua história recente, estimada em 14,8%; o rácio dívida pública/PIB também atingiu o valor, igualmente histórico, de cerca de 156%; o dé-

ficé orçamental fixou-se em 9% do PIB; o défice da balança corrente aumentou de 0,4 para 16,5% do PIB; e o stock de reservas internacionais líquidas do país reduziu cerca de 80 milhões de euros.

Uma vez mais, A NAÇÃO aproveita para chamar a atenção do valor indicado pelo BCV para a dívida pública, 156% do PIB, o que deita por terra as várias notas de esclarecimento que o Ministério das Finanças, de Olavo Correia, quando na véspera das eleições quis convencer o país que esse indicador estava abaixo dos 150%.

### Situação social complicada

Também na área social, a situação não podia ser mais complica-

da. Segundo dados vindos a público durante a recente missão do Grupo de Ajuda Orçamental (GAO), a profunda recessão económica de 2020 “inverteu os progressos na redução de pobreza alcançados desde 2015, colocando cerca de 100 mil pessoas na pobreza temporária em 2020”.

Por outro lado, de acordo também com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), perderam-se, em 2020, um total de 19.718 empregos, fazendo com que a taxa de desemprego aumentasse para 14,5%.

E a recuperação económica parece levar mais tempo do que inicialmente esperado. Muito recentemente, a representante do Banco Mundial disse, na já referida missão do GAO, que a economia cabo-verdiana crescerá menos de 4% neste ano de 2021, um valor muito inferior ao projectado pelas autoridades nacionais.

A confirmar-se, esse fraco crescimento económico só aumenta as preocupações com a implementação dos necessários equilíbrios macroeconómicos. Isto é, mesmo que

## O que é Programa de Ajustamento Estrutural?

o país volte a abrir as ilhas do Sal e da Boa Vista para o turismo, os ganhos vão continuar a depender da vontade dos nossos principais clientes (Inglaterra, Alemanha e Portugal) em querer viajar para esses dois destinos.

### Programa de ajustamento estrutural

Diante desse cenário, particularmente de elevada dívida externa, há quem cogite a possibilidade de Cabo Verde ser obrigado a adotar um programa de ajustamento estrutural, o que significaria, nomeadamente, uma política de contenção de despesas do Estado, um programa acelerado de reestruturação do sector empresarial do Estado e da própria Administração Pública (ver página caixa da página 3).

Com isso, poderemos vir a ter uma situação social ainda muito mais problemática e, eventualmente, alguma agitação social, tendo em conta o número de pessoas que o Estado terá de mandar para casa.

Em vários aspectos, o quadro actual remete o país à segunda metade da década de 1990. Com as privatizações, o país entrara na altura numa espiral de gastos públicos, o MpD conseguiu, em Dezembro de 1995, a sua segunda vitória eleitoral, para logo de seguida o reeleito primeiro-ministro, Carlos Veiga, anunciar num encontro fechado de dirigentes de que o país teria de “apertar o cinto”. E foi o que acabou por acontecer, altura em que Gualberto do Rosário acabou por entrar em cena, tornando-se no todo poderoso vice-primeiro-ministro. 🇨🇻

Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE's) surgiram nos anos 1980, em Washington, sede do FMI e do Banco Mundial, como solução para os países com dívidas externas elevadas. Para obter novos financiamentos esses países tiveram que se submeter a uma vasta política de cortes da máquina pública, privatizações, etc.

Ao conceder o apoio pretendido por esses países, o FMI, isoladamente ou em conjunto com demais organismos participantes, em contrapartida, requeria a implementação de um conjunto de medidas que tinham como objectivo a correção dos desequilíbrios estruturais económicos incluindo, a curto prazo, a redução ou eliminação dos défices da balança de pagamentos e dos orçamentos públicos.

### Redução das despesas públicas e aumento das receitas fiscais

Tudo isso ocorria numa combinação de medidas baseadas fundamentalmente em pressupostos neoclássicos que as instituições financeiras internacionais preconizam para tirar os países da crise financeira e relançar as suas economias.

Ou seja, ao se conceder as ajudas financeiras a um determinado país, no âmbito de um PAE, exige-se a implementação de medidas correctivas, particularmente ao nível da redução da despesa pública e do aumento da receita fiscal.

A redução de despesa é, normalmente, acompanhada de cortes directos nos apoios sociais, enquanto que medidas de aumento da receita fiscal implicam, em regra, a subida dos impostos. Não é por acaso que os sectores mais afectados acabaram por ser os da saúde e da

educação.

De um modo geral, as expectativas da aplicação do PAE eram altas, mas os seus resultados ficaram, numa grande parte dos países onde foram aplicados, aquém do esperado. Pelo contrário, com o empobrecimento em massa, aumento do desemprego, falência do sector público e lentidão na recuperação da economia, vários países sob o PAE entraram em ebulição política e social.

O Brasil, na América do Sul, é tido ainda hoje como um caso paradigmático. A Argentina, a Bolívia, Venezuela e outros mais passaram igualmente pelo mesmo receituário do FMI e Banco Mundial, abrindo caminho para os partidos de esquerda.

### Estragos devastadores em África

Em África, os estragos causados pelo PAE foram também devastadores. De Argel ao Cabo poucos países ficaram incólumes a esse tipo de programa, deixando muito mais recordações, com populares a incendiarem pneus e pilhagem de estabelecimentos comerciais.

Não é por acaso que foi a partir dessa altura que a emigração clandestina para a Europa se tornou um grande problema mundial.

Entretanto, face à crescente contestação e mesmo revoltas sociais, Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) viu-se obrigado a suavizar o PAE ao longo dos tempos, criando instrumentos de mitigação, um dos quais os programas de luta contra a pobreza.

Assim, desde o final da década de 1990, os PAE's do BM passaram a considerar a “redução da pobreza” como um objectivo, na medida em que eram frequentemente criticados por implementar políticas genéricas de livre mercado

e pela falta de envolvimento dos países mutuários (receptores dos empréstimos). E é assim que surge o “Documento de Estratégia de Redução da Pobreza” (DERP), que, no essencial, toma o lugar dos PAE's.

Oficial e assumidamente, Cabo Verde nunca esteve submetido ao PAE, embora tivesse realizado políticas alegadamente internas e voluntárias de saneamento das finanças públicas. Nos anos 1990, com o patrocínio do FMI e Banco Mundial, a troco de financiamentos externos, por exemplo, teve lugar o programa de abandono voluntário na Função Pública, o Estado encetou a reconversão das FAIMO, sem esquecer a privatização do sector empresarial público, o que acabou por permitir que Cabo Verde fosse contemplado com o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

### Instrumento de nova geração com o FMI

Actualmente Cabo Verde tem em curso um instrumento de nova geração com o FMI, intitulado “Policy Coordination Instrument” (PCI) – Instrumento de Coordenação de Política, em português. Trata-se de um programa sem qualquer componente de ajuda financeira do FMI associada, portanto, sem condicionais relevantes.

O PCI visa, basicamente, o aprofundamento do diálogo institucional e técnico com o FMI, com base na assunção, por parte da cidade da Praia, de um conjunto metas vinculativas e indicativas relacionadas com a estabilidade macroeconómica e macrofinanceira.

Supostamente, uma avaliação positiva daquele parceiro é um sinal de que o país é passível ou merecedor de nele se investir.

DA

## Ficha Técnica

**A Nação** Semanário | Ano XIV | Nº 720 | 17w de Junho de 2021 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

**Director-Geral:** Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

**Director:** Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Aláides Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

# Fitch considera Cabo Verde à beira da insolvência



O “rating” de Cabo Verde baixou para B-. Mais do que isso, a Fitch considera que, relativamente ao rating de insolvência do emissor (IDR) de longo prazo, em moeda estrangeira, em B- “com perspectiva estável”.

O relatório dessa agência de notação financeira, publicado na semana passada, diz que a dívida pública de Cabo Verde deverá aumentar bruscamente para 157,1% em 2020, bem acima da média de 52% dos países soberanos a que a agência de notação financeira dá o rating de B. Contudo, prevê uma redução para 150% em 2021.

A Fitch prevê que o crescimento alcance 5,5% em 2021 e 6,4% em 2022, após uma contração de 14,8% em 2020. Projecta que o défice fiscal permaneça alto, em 10% do PIB em 2021, ante 9,1% em 2020 e acima da média ‘B’ de 6,2%.

“Os riscos de baixa para as pers-

pectivas fiscais derivam de uma fraqueza económica mais prolongada que pesa sobre as receitas do Governo. Por outro lado, a execução dos gastos, principalmente em termos de gastos de capital, poderia aliviar as necessidades de financiamento fiscal, especialmente no período pós-eleitoral, à medida que o governo desenvolve seu programa económico”, realça.

## Necessidades de financiamento

A Fitch estima que as necessidades brutas de financiamento do Governo (défice mais amortizações da dívida e gastos) chegarão a 18,1% do PIB em 2021.

“Uma combinação de emissão no mercado interno (6,3% do PIB bruto e 3% do PIB líquido em linha com o atual limite legal), o financiamento externo de credores oficiais e o alívio da dívida por meio da Iniciativa de

Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI; 1,8% do PIB) atenderão às necessidades do Governo”.

A agência de notação financeira lembra que Cabo Verde concluiu o programa Instrumento de Coordenação de Políticas (PCI) com o FMI no início de 2021, realçando que “o país tem um longo histórico de receber forte apoio técnico e financeiro de credores oficiais.

## Dívida bruta subiu para 155% do PIB

No entanto, a disponibilidade de financiamento externo em termos concessionais também diminuirá com a transição de Cabo Verde para o estatuto de rendimento médio”.

A dívida bruta do Governo subiu para 155% do PIB em 2020 e é a terceira mais alta entre os soberanos com classificação de sub-investimento com classificação da Fitch.

“A elevada proporção de credores multilaterais e bilaterais oficiais

(73% da dívida externa) contribui para um serviço da dívida externa relativamente baixo (6,7% das receitas externas correntes (CXR) em comparação com uma mediana ‘B’ de 19,5% em 2021) e uma a longo prazo médio de 20 anos.

Projetamos um aumento da dívida acima de 156% do PIB em 2021, antes de cair gradualmente para 151% em 2022 e 129% até 2026, mantendo altos riscos para a sustentabilidade da dívida”.

Conforme o documento, os passivos contingentes do governo também são altos. O passivo total das empresas públicas foi estimado em 49,1% do PIB no final de 2018, incluindo 2,4% do PIB devido ao Governo e 6,8% em garantias governamentais.

## Garantias e apoio à Cabo Verde Airlines

“As garantias do governo aumentaram para 10,5% em 2020

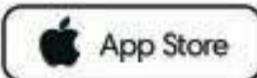
(7,9% em 2019), refletindo principalmente o apoio à Cabo Verde Airlines, parcialmente privatizada em 2019.

O Governo também forneceu garantias parciais para apoiar o acesso das empresas locais ao crédito durante a pandemia”, continua.

“Um elevado défice externo, a lenta retomada do investimento directo estrangeiro e as necessidades fiscais do Governo manterão um alto nível de endividamento externo”, realça a Fitch, para sublinhar: “A dívida externa líquida saltou para 74% do PIB em 2020, mais do que o dobro dos 33% da mediana ‘B’. Apesar do aumento da vulnerabilidade externa, a cobertura das reservas internacionais (6,5 meses de pagamentos externos correntes (CXP) em 2021) e a liquidez externa (241%) permanecerão mais fortes do que seus pares”.

# Você sabia que pode ler **A Nação** de qualquer lugar?

Baixe o aplicativo  
PressReader e aproveite!



# Rádio Nova muda de nome e inaugura estúdio na Praia

**28** anos após a sua criação, no Mindelo, a Rádio Nova muda o seu nome para Rádio Nova de Maria. Trata-se de uma mudança, que segundo o seu director, Frei Valter de Pina, é motivada pelo receio de fechar as portas, devido a dificuldades no que tange à sustentabilidade financeira da estação.

“Para não fechar as portas e vendo que há muitas rádios privadas, que, entretanto, nasceram, os proprietários da Rádio Nova, os Capuchinhos, decidiram associar a Rádio Nova a uma rádio internacional que se chama Rádio Maria. Esta é uma rádio que surgiu na Itália nos anos 80 e que está em 85 países no mundo inteiro. Quiseram tomar esta rádio (Nova), mas o problema é que deveria mudar de linha, de nome e tudo o mais. Então veio o acordo com os Capuchinhos que praticamente doaram a Rádio Nova”, diz Valter de Pina ao A NAÇÃO.

Com esta nova configuração, muda-se também a linha editorial da Rádio Nova de Maria, devidamente autorizada pela ARC, há pouco mais de uma semana. Anteriormente a estação era generalista, mas agora passa a ser essencialmente religiosa. Isto é, 30 % da programação futura será dedicada exclusivamente à parte litúrgica, celebrativa, 30% dedicados à formação em conteúdos da fé cristã, outros 30% sobre a formação humana e os restantes 10% a notícias e entretenimento.

Tratando-se de uma extensão da Rádio Maria, que está presente em vários países, esperava-se que o “Nova” do nome caísse, mas para não apagar a toda a história a volta do nome original da emissora em São Vicente, decidiu-se inovar, dando origem ao nome Rádio Nova de Maria.

## Princípios

O processo da criação da Rádio Nova de Maria obedece a alguns princípios fundamentais,



Frei Valter de Pina

## MEDIA

A Rádio Nova chama-se agora Rádio Nova de Maria, uma configuração enquadrada na mudança da sua linha editorial, autorizada pela Autoridade Reguladora da Comunicação Social (ARC) há pouco mais de uma semana. Este novo capítulo na história da emissora cristã prevê ainda, para breve, a inauguração de um novo estúdio, na cidade da Praia.

Jason Fortes

nomeadamente, o espírito mariano, conformidade com a igreja católica, espírito missionário, o voluntariado e a confiança da divina providência.

Aos olhos do seu director, o país precisa mais do que nunca de uma rádio com esta vocação, tendo em conta o contexto actual, mas também a vontade popular. “É praticamente uma ‘paróquia no ar’ e temos necessidade disto em Cabo Verde, porque há uma franja da população que quer uma rádio assim. Podes viver a fé e espiritualidade, aprofundar e redescobrir valores que a sociedade precisa”.

Há já um mês que a emissora está a consciencializar as pessoas do novo nome, através das suas emissões. Apesar de uma ligeira estranheza que esta mudança possa causar nos ouvidos dos ouvintes, Valter de Pina diz que é um processo que irá seguir o seu curso natural.

## Emissões na Praia

Oficialmente esta nova página da Rádio Nova de Maria ainda não foi inaugurada, dado que a emissora está na parte experimental. Entretanto, o seu director acredita que a inauguração

venha a acontecer em breve, devendo coincidir com a inauguração do estúdio na cidade da Praia, dentro de dois meses, após a chegada de alguns equipamentos da Itália.

A criação de um estúdio na Praia deve-se ao facto da rádio ser vocacionada para a igreja católica e sendo Santiago a ilha com maior população, consequentemente, possui a maior comunidade católica e ouvintes.

“É natural que haja um estúdio para que os nossos ouvintes na Praia se sintam parte, se sintam envolvidos e depois para que possam tomar a palavra e fazer

programas, ajudando esta rádio a crescer cada vez mais. Temos ouvintes em todas as ilhas e as nossas emissões chegam a diáspora, mas tendo um estúdio na Praia, teremos um estúdio na casa para que todos se sintam parte”, acrescenta.

## Sustentabilidade

A sustentabilidade tem sido o calcanhar de Aquiles de quase todas as emissoras de comunicação social privada, facto admitido por Valter de Pina, exemplificando com a situação da Rádio Nova de Maria.

“O Estado ajuda financeiramente o sector publico. Na parte privada os jornais recebem apoios com critérios que talvez não sejam os melhores. Já as rádios, não têm nenhum centavo do Estado e tivemos perdas significativas durante a pandemia”, explica.

Esse responsável fala da concorrência desigual do órgão público no mercado da publicidade, como algo que dificulta, sobretudo, o sector privado na procura da sustentabilidade. Além de receber avultadas somas do tesouro, o sistema RTC (rádio e televisão) disputa a pouca publicidade aos privados. Para Valter de Pina, já se justifica uma mudança neste paradigma, se se quiser ter uma comunicação social privada mais pujante.

“O governo deveria ajudar as rádios privadas porque seria sempre uma outra voz, um outro conteúdo, outra visão das coisas, um enriquecimento para a democracia. O governo tem de repensar isso”, desafia, em tom de conclusão.

Valter de Pina, 35 anos, é natural da ilha do Fogo. É padre e pertence à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Formado em filosofia e teologia, há dois anos que está à frente da Rádio Nova de Maria, como director, mas também já desempenhou função de administrador.



**Tradição e modernidade para um serviço de excelência**  
**Tradition and modernity for an excellent service**

**Serviços**

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

**Services**

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

# PN a braços com mais um caso de “polícia-ladrão”

## FOLHA POLICIAL

O Comando Regional da Polícia Nacional de Santiago Sul e Maio deteve na segunda-feira, 14, um agente suspeito de ter assaltado, com recurso a arma de fogo, uma residência em Safende.

O meliante, de nome Bernardino Barreto Monteiro, foi flagrado pelos moradores que prontamente chamaram a PN, através do 132.

Em comunicado público, a PN avança que um piquete se deslocou ao local no sentido de interceptar o suspeito que já se encontrava em fuga.

De acordo com a mesma fonte, quando chegaram ao local, os agentes deparam-se com um grupo de cidadãos em perseguição do suspeito que se encontrava encapuzado e na posse de uma arma de fogo.

Conforme a PN, face à resistência, o suspeito em fuga teve de ser alvejado com um tiro numa perna mas, mesmo assim, continuou em fuga e só foi interceptado e preso pelos agentes da PN mais adiante.

Uma vez imobilizado, e para surpresa de todos os presentes, quando foi-lhe retirado o capuz, aperceberam-se que se tratava de um agente da PN. Detido, o mesmo foi conduzido ao Hospital Agostinho Neto para cuidados médicos.

A PN informa que assim que, estiver fora de perigo, o referido indivíduo vai ser apresentado ao poder judicial para a legalização da detenção e primeiro interrogatório judicial, visando a aplicação das correspondentes medidas de coacção.

### Culpa no cartório: assalto a residências em 2017

O agente da Polícia Nacional detido no passado dia 14, de nome Bernardino Barreto Monteiro, é um dos três agentes que já havia sido denunciado, em Setembro de 2017, por assalto a residências na cidade da Praia, nomeadamente a Casa de Ouro.

Na altura, o site do A NAÇÃO reportara que a Polícia Judiciária estava a investigar três agen-

Um agente da Polícia Nacional (PN) suspeito de ter assaltado uma residência no bairro de Safende, na Praia, foi detido pelos próprios colegas da corporação. O agente foi baleado numa perna quando tentava escapar da perseguição de populares e elementos da PN chamados ao local. O agente em causa havia sido já denunciado, em 2017, por assalto a residências na Praia.

Silvino Monteiro



tes da PN, sendo dois deles elementos da Brigada de Investigação Criminal (BIC) e um outro da Polícia Fiscal, por suspeitas de assaltos a residências. Isto porque os referidos agentes da PN teriam sido filmados por câmaras de vigilância durante um assalto numa das residências.

A notícia foi confirmada pelo ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, que disse na altura que o caso não punha em causa “a imagem da Polícia Nacional”.

Conforme avança o online Santiago Magazine, o ora flagrado desta segunda-feira é um dos dois então elementos da BIC de 2017. O mesmo foi transferido na época para a Esquadra da Piquete na Achada de Santo António, mas hoje está afecto à Esquadra da Cidade Velha, na Ribeira Grande de Santiago.

A mesma fonte acrescenta que o indivíduo em causa fora enviado de Portugal por familiares por causa de seus “comportamentos desviantes”.

### Outros casos

Em Setembro de 2019, um outro agente tinha sido “apanhado” também, por uma câmara de vigilância, em suposto assalto contra pessoas nas proximidades da placa desportiva de Bela Vista.

Após a apresentação de queixa por roubo contra essa pessoa e accionado o apoio do Centro de Comando, constatou-se, via câmara de vigilância, que o assalto foi perpetrado por um efectivo da PN que na altura trabalhava na Esquadra de São Filipe, na Praia.

Em Dezembro de 2017 um agente de segunda classe da PN esteve também envolvido no assalto à agência do Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), na ilha da Boa Vista.

Estes são alguns dos casos que se levantam à volta do processo de selecção para se ingressar na Polícia Nacional, e não só. Não sendo a primeira vez que elementos dessa corporação são apanhados em flagrante, a pergunta é quantos mais “polícias-ladrões” terá a PN no seu seio. 

## Justiça

# Família do jovem italiano encontrado morto no Fogo pede esclarecimento sobre o caso

## JUSTIÇA

A família de David Solazzo diz que continua, de forma “incansável”, à procura da verdade sobre a morte desse seu ente-querido, encontrado morto a 1 de Maio de 2019 por ocasião das festas do município de São Filipe e das Bandeiras na ilha do Fogo.

O jovem de 31 anos e que trabalhava como cooperante no projecto “Rotas do Fogo”, executado pela ONG Italiana Cospe, foi encontrado sem vida numa poça de sangue dentro da casa onde residia, no concelho de São Filipe. Isso depois de regressar do convívio com os amigos no espaço do Presídio na noite de 30 de Abril, onde decorreu o tradicional baile, por ocasião dos festejos de 1 de Maio.

## Família descorda da versão das autoridades

A autópsia efectuada ao corpo de David Solazzo aponta que o mesmo morreu por causa de uma hemorragia, devido ao corte de três veias do braço, uma das quais fatal. E as investigações das autoridades nacionais apontam que os ferimentos foram causados por objectos cortantes, supostamente vidro.

De acordo com as autoridades, David partiu o vidro da janela, para entrar no edifício onde ele vivia, porque não tinha as chaves. Uma tese que não convence os familiares segundo um artigo de opinião de Maria de Lourdes, publicada no A NAÇÃO nº 711, em que cita Alessandra Solazzo, irmã de David.

Segunda Alessandra, “provavelmente havia alguém com David na entrada do edifício, naquela noite; talvez alguém esperando por ele, ou um ladrão ou alguém que David conhecesse: há muitas mais hipóteses plausíveis do que a do acidente doméstico”.

Alessandra revela ainda que “as chaves foram encontradas inseridas na fechadura da porta do apartamento de David, o que supostamente alguém usou para entrar em casa. Por isso, a família Solazzo não aceita a versão apresentada pelas autoridades cabo-verdianas,

Os familiares do jovem italiano David Solazzo, que foi encontrado morto em 2019 dentro da casa onde residia na ilha do Fogo, dizem continuar à espera que as autoridades cabo-verdianas lhes esclareçam as razões da morte misteriosa do seu ente querido que trabalhava na ONG Cospe naquela ilha. O Ministério Público diz que o caso decorre os seus trâmites legais e continua em segredo de justiça.

Silvino Monteiro



David Solazzo

considerando a de simples e incorrecta.

O cadáver foi levantado por ordem das autoridades judiciais, nomeadamente do Ministério Público e da delegada de Saúde. Mas, os familiares estranharam, por um lado, “o facto da Polícia Científica (PJ) não ter sido chamada ao local para realizar todas as perícias necessárias” na casa de David, uma vez que o espaço foi encontrado cheio de sangue. E, por outro lado, o facto de o “espaço ser liberado e aberto apenas 48 horas após sua morte”.

Alessandra Solazzo revela ainda que “em Setembro de 2019, verificou que o perfil do seu irmão no Whatsapp foi cancelado (e também todas as mensagens do Whatsapp no telefone). Naquela altura, o telemóvel dele estava e está apreendido nas mãos das autoridades de CV”, aponta.

## Silêncio das autoridades cabo-verdianas

No sentido de descobrir o que realmente aconteceu com David, na fatídica noite de 30 de Abril, a família Solazzo conseguiu envolver várias instituições italianas na tentativa de chamar atenção das autoridades cabo-verdianas, para colaborarem na descoberta da verdade.

“Ainda estamos perguntando qual é a razão pela qual os vários pedidos do Ministério dos Negócios Estrangeiro da Itália, encaminhados pela Embaixada da Itália em Dakar ou directamente à autoridade judiciária de São Filipe, permanecem sem respostas”.

A NAÇÃO procurou saber junto da Polícia Judiciária (PJ) em que pé andam as investigações sobre o caso da morte de David Solazzo, mas fomos remetidos para a Procuradoria-Geral da República (PGR). E junto desta fomos informados, simplesmente, que o processo continua sob segredo de justiça e a seguir os seus trâmites legais no Tribunal da Comarca de São Filipe, na ilha do Fogo. 

São Vicente

# Professores indignados com as Provas Nacionais de Recurso



Escola Jorge Barbosa

Os professores, mas também pais e encarregados de educação, em São Vicente, estão revoltados com o Ministério da Educação. Em causa está o facto de os testes das Provas Nacionais de Recurso não terem levado em conta o programa curricular aplicado durante o ano atípico de covid-19. Isto é, os alunos tiveram que responder sobre matérias que não lhes foram transmitidos.

Suíla Rodrigues

**M**aria Rosa Monteiro, professora de Língua Portuguesa na Escola Secundária José Augusto Pinto (ESJAP), disse ao A NAÇÃO que a prova de recurso da disciplina que leciona foi realizada nesta segunda-feira, 14 de Junho, com um conteúdo que considera “o cúmulo” de todas as situações de se tem vivido no sistema de ensino neste ano atípico, de covid-19.

Aquela docente, que começou por expressar o seu desagrado na sua página de Face-

book, entende que apenas a Escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM) conseguiu leccionar os conteúdos programados pelo facto de ter tido uma carga horária integral, diferente das outras instituições de ensino.

A mesma revolta é partilhada por Maria Rosário da Rosa, professora há 31 anos. Esta docente de Português e Comunicação e Expressão, na Escola Secundária Jorge Barbosa (ESJB), reforça que o sucedido não se deu por falta de infor-

## Ministério de Educação desdramatiza

mação das escolas de São Vicente ao ME, na Praia.

“Constantemente pediam informações sobre os conteúdos que realmente foram leccionados. Chegamos até a preencher uma ficha da Direção Nacional de Educação (DNE), para informação geral, porém tais informações não foram tidas em conta na produção da prova final que nós recebemos. E para agravar a situação, a grelha era totalmente desencontrada com a prova, ou seja, era de outra prova”, conta Maria da Rosa.

Esta professora relata ainda que, no ano passado, aconteceu algo semelhante, “contudo menos grave”.

### Língua Inglesa

O mesmo desencontro, entre a matéria dada e o conteúdo da prova, aconteceu no exame da Língua Inglesa, realizada também na segunda-feira. Nilza Ramos, docente na “Jorge Barbosa”, conta que todos os alunos que não conseguiram alcançar os objetivos deste ano lectivo teriam que fazer a prova. Da mesma maneira, era permitido também a realização do teste pelos alunos que queriam melhorar as notas dos dois últimos anos, denominada de “Anos-Covid”.

“A desagradável surpresa foi a de receber uma prova de recurso de inglês para o 12º ano, onde o tópico do texto era do programa do 11º ano. Quanto aos itens gramaticais, alguns do 11º ano, inclusive os últimos leccionados no momento da interrupção lectiva do ano transacto, sem tempo para consolidação, outros não leccionados neste ano, pelo tempo letivo ter sido insuficiente para tal. Tudo isso, do conhecimento do ME”, conta Nilza Ramos.

Esta docente revela ainda que todas as provas gerais, quando nacionais, devem ter os objetivos afixados nas es-

colas, como forma de ajudar o aluno na respectiva preparação. Contudo, neste ano, isto não aconteceu. E, o mais grave, nem os professores tiveram conhecimento que dos conteúdos que entrariam na prova de recurso.

“Entretanto, nada se pôde fazer e, segundo o ME, a prova teria de ser aplicada, pois a Prova de Recurso é do ciclo, portanto referente ao 11º e 12º anos, 2º ciclo do Ensino Secundário”, elucida.

Para Nilza Ramos, o “cúmulo do absurdo” foi o facto de a prova ser de nível nacional, mas que a aplicada em Santiago não era a mesma realizada em São Vicente.

### Práticas reprováveis

De acordo com a professora Maria da Rosa, da “Jorge Barbosa”, o grande problema dos anos lectivos nesta pandemia reside nas mudanças constantes a que os professores estão sujeitos. “Foi uma mudança atrás da outra, um bombardear de informações desencontradas, ao longo deste ano atípico. Cada vez que isto acontecia, desorganizava por completo a planificação e todo o processo educativo”, desabafa.

Por outro lado, em seu desabafo, a professora Maria Rosa Monteiro, da “Augusto Pinto, garante também: “Acreditem, a quantidade de absurdos que aconteceu neste ano lectivo é imensurável”. Isto é, sem medida possível.

Nos cometários feitos por professores das diversas escolas de São Vicente, na postagem na página de Facebook de Maria Monteiro, é notável que, além de não ser a primeira vez que isto acontece, verifica-se que já ocorreu em outras disciplinas nos dois últimos anos.

Além disso, lê-se nos comentários também sobre outras “ilegalidades” praticadas pelo ME no ensino, como é o caso da alegada atribuição de

notas falsas a trabalhos de grupos que não foram realizados devido à pandemia. Questionadas sobre o caso, as entrevistadas dizem ter conhecimento, mas que não podem afirmar, visto que isto não acontece nos anos em que leccionam.

### Medidas e conselhos

Ana Fernandes, professora na Escola Técnica, há mais de 25 anos no professorado, considera que a primeira coisa a ser feita é a responsabilização do ME e a retratação pública.

“A única medida é vir retratar-se publicamente, assumir o erro, pedir desculpas aos professores, alunos, pais e encarregados da educação. Cada escola elaborou três versões de teste, então, que cada uma aplique a sua versão para o recurso e mais nada. Andam a pôr os professores a trabalhar para, no fim, mostrar-lhes que foi só para meterem nas gavetas e depois jogar no lixo. Isso é fazer pouco do trabalho dos professores”, diz.

Por sua vez, Nilza Ramos acredita que deve haver a anulação das Provas Nacionais de Recurso e Maria da Rosa considera que o ME deveria proceder à realização de outro teste, de modo a que os alunos não sejam prejudicados.

Todas as docentes ouvidas pelo A NAÇÃO aconselham os pais e encarregados de educação a darem mais atenção à vida académica de seus educandos, independentemente do grau de escolaridade, e que peçam a responsabilização a quem é devido, em suma, que “exijam a retratação desta barbaridade”.

Aos alunos, Maria da Rosa apela que façam “valer os seus direitos à educação, e de qualidade; que sejam mais dinâmicos no seu processo ensino e aprendizagem; que sejam menos consumistas e mais pro-ativos na construção dos seus conhecimentos”.

Confrontada por este semanário, a Delegação de Educação em São Vicente, através de Maria Helena Andrade, afirmou já ter conhecimento do caso, mas alega não ter recebido, ainda, qualquer documento oficial sobre o assunto. Admite, se necessário, retomar o assunto tão logo quanto possível.

A nível da Direção Nacional de Educação, na capital, a sua responsável, Eleonora Sousa, disse ao A NAÇÃO não saber o que de facto aconteceu com os testes de São Vicente, salientando que este ano, devido à pandemia, as provas de recurso não foram nacionais e sim “concelhos”, ou seja, de acordo com o grau de cumprimento dos conteúdos em cada concelho.

“Sabendo que as escolas não trabalharam os mesmos conteúdos, e, conseqüentemente, nem todos estavam no mesmo nível, foi solicitado aos concelhos, primeiro, para indicarem quais foram os conteúdos leccionados e, depois, foram solicitadas propostas de provas; nos concelhos onde constatamos que, depois da avaliação da DNE, o cumprimento de matéria foi igual, validamos as provas enviadas, mediante uma harmonização, e as distribuimos pelos concelhos” elucidou.

Eleonora Sousa avançou que esta situação não é nova,

isto é, já aconteceu outras vezes, e que os professores e as escolas já conhecem os critérios e procedimentos neste tipo de cenário que devem ser adotados, independentemente da pandemia.

“Quando é identificada em uma prova que há conteúdo que não foi trabalhado, a cotização da pergunta onde o mesmo foi detectado é distribuída pelas outras questões, de forma a que o aluno não fique prejudicado. No entanto, se houver uma prova onde 50% das questões não foram trabalhadas, o exame é anulado e será aplicada outra prova aos alunos, sem prejuízo para a sua avaliação”, disse.

“O que os professores ou a escola devem fazer nestes casos é informar a DNE para que medidas sejam tomadas de forma atempada”, continuou.

A diretora nacional da Educação garantiu ainda que, ao seu nível, já se está a proceder ao levantamento dos materiais, de forma a verificar o que está em causa, se é uma ou duas perguntas, ou então 50% das questões. Afirmou ainda que todos os conteúdos trabalhados e as propostas enviadas pelos concelhos vão ser tidos em conta na avaliação final. SR



Eleonora Sousa

Covid-19

# Sal e Boa Vista intensificam vacinação

**N**a terça-feira, as autoridades sanitárias do Sal conseguiram ultrapassar a meta diária de vacinação prevista, que era de mil pessoas. Dados fornecidos pela Direcção Nacional da Saúde e divulgados pela rádio pública apontaram que um total de 1333 vacinados, para um acumulado de 2906 em dois dias.

Na segunda-feira, o director nacional, Jorge Noel Barreto, explicou que neste momento, a vacinação está sendo acelerada no Sal e na Boa Vista, pois, com a vacinação a decorrer nos países emissores de turistas uma das condições que pedem é que os destinos dos seus cidadãos sejam vacinados para reduzir a possibilidade de haver propagação de infecções.

No que toca à vacinação de grupos de risco, mais 1031 idosos foram imunizados, para um total 25.167. O número de doentes crónicos vacinados, por sua vez, já é de 4880.

Na globalidade, mais de 45.308 doses da vacina da AstraZeneca já foram administradas e 48197 pessoas foram vacinadas com a primeira dose de uma das vacinas.

Segundo dados avançados na segunda-feira por Jorge Noel Barreto, as pessoas ilegíveis com mais de 18 anos já vacinadas representam 11% da população, doentes crónicos 16,5% e com 60 ou mais anos 48%.

“Se considerarmos as estimativas do INE isso é um bom resultado para as pessoas com 60 e mais anos, embora precisamos melhorar ainda mais este indicador, sendo que o desejável é que tenhamos 70% de pessoas, nesta fase de idade, vacinadas por serem os que, devido a complicações e doenças crónicas, mais recor-

A vacinação nas ilhas do Sal e da Boa Vista foram intensificadas nos últimos dias, como critério determinante para a retoma do turismo. A nível nacional, mais de 48 mil pessoas já foram vacinadas com, pelo menos, a primeira dose de uma das vacinas.

Natalina Andrade

rem aos hospitais”, elucidou.

A nível nacional, Ribeira Brava, com 27%, Tarrafal de São Nicolau, com 22,7%, Paul 23%, Brava 22% e Maio 18% eram até então os concelhos com maior população elegível vacinada.

Já o concelho da Praia tinha 10% da população ilegível

vacinada, Sal 12%, Boa Vista 7,4% e São Vicente 15%.

## Actualização

Dados divulgados até o fecho desta edição, ou seja, na terça-feira, apontavam para mais 57 casos positivos da covid-19 no país, encontra-

dos em 808 amostras analisadas. O número de casos activos caiu para 819, dos quais 331 são da cidade da Praia, 83 de São Vicente, 63 da Brava, 56 de Santa Catarina, 44 dos Mosteiros, 40 do Porto Novo, 36 de Ribeira Grande de Santo Antão, 28 de São Filipe e Maio respectivamente e 24 da

Ribeira Brava. Outros municípios mantêm números abaixo das duas dezenas de casos activos.

Desde Março de 2020 o país já registou 31.704 casos, dos quais 30.590 estão recuperados, 276 não resistiram ao vírus e foram a óbito, 10 pacientes morreram por outras causas e nove foram transferidos.

A ilha de Santiago registou 55,6% do total de casos, o que representa 17.623 casos até agora, seguido de São Vicente com 15% (4759 casos). No extremo oposto temos a Brava a representar 1,21% dos casos registados.



**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde

# 13

2007 - 2020

**UM JORNALISMO  
PLURAL E INDEPENDENTE**

[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)

f t i anacaocaboverde

## DESPORTO

Futebol: USL Championship dos EUA

# Duba em grande nos Tampa Bay Rowdies

O cabo-verdiano Steevan “Duba” dos Santos vem destacando-se no seu ano de estreia nos Tampa Bay Rowdies, clube da Flórida que milita na USL Championship, nos Estados Unidos da América (EUA).

Carlos Alves



Duba à direita na imagem

Na sua primeira época no Tampa Bay Rowdies, clube que actua na USL Championship (segunda divisão dos EUA), Duba dos Santos, tornou-se num dos jogadores mais queridos pelos adeptos.

As exibições desse internacional cabo-verdiano têm ajudado o clube da Flórida a manter-se na liderança da divisão do Atlântico e do campeonato em geral, com seis vitórias nos últimos sete jogos disputados.

Esses resultados permitiram aos Rowdies abrirem uma vantagem de seis pontos sobre o segundo classificado o Charlotte Independence (na divisão do Atlântico).

Com três golos apontados, o extremo direito é o segundo melhor do seu clube, a dois do avançado, Sebastián Guenzatti.

Na próxima jornada, (sábado 19), os Tampa Bay Rowdies recebem os Pittsburgh Riverhounds no dérbi estadual, naquele que também será um jogo especial para Duba, pois irá defrontar o seu antigo clube.

### “Excelente desempenho”

A propósito, no último jogo entre esses dois clubes da Flórida, disputado em Maio, a equipa desse jogador natural da São Vicente venceu com um esca-recedor 3-0, com um golo e uma assistência de Duba. Na ocasião, tanto o seu treinador como a imprensa local destacaram a exibição do jogador mindelense.

“Acredito que esta noite ele mostrou porque nós o trouxemos para o clube”, disse o técnico dos Rowdies, Neill Collins, sobre Dos Santos. “Fantástico golo de cabeça, achei que o seu desempenho geral foi excelente”.

“Foi definitivamente o ‘show’ de Dos Santos. Durante os primeiros 60 minutos, ele estava envolvido em quase todas as oportunidades de golo dos Rowdies. O seu golo aos 30 minutos foi o resultado de uma forte recuperação de bola sua equipa”, destacou o jornal Tampa Bay Times.

**Próxima partida:** FC Tampa Bay Rowdies - Pittsburgh Riverhounds, 19 de Junho de 2021 22h30 (hora de Cabo Verde).

### Percurso

Steevan Humberto Fortes dos Santos, 31 anos, nasceu em Mindelo, São Vicente. Em 2007, aos 18 anos estreou-se no S.C. Mindelense, clube onde actuou até 2011. Em 2012 foi para os noruegueses do Ull/Kisa, onde passou dois anos.

Teve ainda passagens pelo Progresso de Sambizanga (Angola), Rochester Rhinos (EUA), Ottawa Fury (Canadá) e Pittsburgh Riverhounds (EUA).

### Classificação divisão do Atlântico:

1. FC Tampa Bay Rowdies, 18 pts
2. Charlotte Independence, 12 pts
3. Hartford Athletic, 10 pts
4. Miami FC, 10 pts
5. Pittsburgh Riverhounds, 8 pts
6. Charleston Battery, 5 pts
7. New York Red Bulls II, 5 pts
8. Loudoun United FC, 3 pts.

CAN 2021/Andebol

## Cabo Verde disputa final da Taça Presidente com o Quênia

A selecção nacional de andebol sénior feminina defronta, esta quinta-feira (15), a sua congénere do Quênia, em jogo a contar para a final da Taça Presidente. Trata-se de uma prova reservada às equipas que falharam o acesso aos quartos-de-final do CAN da modalidade.

A selecção de andebol sénior feminina entra em campo esta quinta-feira para medir forças com o Quênia na derradeira partida da Taça Presidente. Nesta prova paralela ao CAN, objectivo de Cabo Verde passa pela sua conquista.

Para chegar a esta final o time cabo-verdiano derrotou nas meias-finais o Madagáscar por 30-16, naquele que foi o seu primeiro triunfo no âmbito da sua participação no CAN.

Nesta partida as comandadas de Ana

Seabra concluíram o primeiro tempo na frente do marcador, com o resultado de 16-10. Já na segunda parte, a comitiva manteve o pé no acelerador e chegou aos 30 pontos contra os 16 de Madagáscar, assegurando assim o triunfo na prova.

Cabo Verde teve arranque em falso no CAN de Andebol, que decorre nos Camarões desde a semana passada. No primeiro jogo não teve argumentos para contrariar o favoritismo da Angola. O combinado nacional perdeu ante a actual detentora do título por 30-14. Seguiu-se o jogo com o Congo Brazzaville, onde Cabo Verde foi derrotado por 34-23.

Convém realçar que esta é a primeira participação de sempre da selecção de andebol sénior feminina num CAN, tendo chegado a prova a convite da organização.

JF



Neno

# Um guardião “elástico” e apaixonado pela música



**A**delino Augusto Graça Barbosa Barros nasceu a 27 de Janeiro de 1962, na Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago. Filho de pai professor e de mãe doméstica, Neno, era o mais novo dos sete filhos do casal.

Para se tornar futebolista profissional primeiro teve que fingir a resistência do pai, que via o futebol como coisa de malandros.

“Naquele tempo o futebol não era visto com bons olhos. Na altura, só os malandros é que jogavam à bola e, por isso, o meu pai foi sempre contra. Posso dizer que o meu pai nunca viu um jogo meu”, contou Neno em entrevista ao Tribuna Expresso em 2020.

O antigo guarda-redes começou a jogar futebol na escola, na cidade da Praia, como era o mais novo e pequeno, os colegas não o deixavam jogar como jogador de campo e sim na baliza. E por ser

O antigo guarda-redes luso-cabo-verdiano Neno, que chegou a defender as cores da Seleção de Cabo Verde e de Portugal, morreu na passada quinta-feira, 10 de Junho, em Portugal, vítima de doença súbita, aos 59 anos. As ruas de Guimarães, por onde passou o caixão a caminho do cemitério, encheram-se de populares num sentido e último adeus.

Carlos Alves

muito rápido colocaram-lhe a alcunha de “Elástico”.

## Percusso em Portugal: Barreirense, Vitória de Guimarães e Benfica

Neno e a família mudaram-se para Portugal logo após o 25 de Abril. Segundo o próprio, a chegada ao Barreiro (bairro a meia hora de barco de Lisboa), foi “um choque”, devido à diferença da realidade, pois, “nunca tinha visto um comboio sem ser em fotografias. Mas o pior foi o frio”.

Aos 13 anos passou pela for-

mação do Barreirense, em Portugal, para mais tarde ingressar no Benfica após o clube da Luz, na altura treinado pelo sueco Sven-Göran Eriksson, mostrar interesse nos serviços do futebolista.

Embora o Sporting também o tivesse sondado, Neno acabou por assinar com as águias, por influência de Bento, guarda-redes do Benfica, oriundo do Barreiro, como Chalana e outros craques.

Porém, com a saída do treinador sueco e da consequente indefinição quanto ao plantel, o guardião acabaria por ser emprestado ao Vitória Sport Club (Vitória de

Guimarães).

Porém, Neno regressou ao Benfica no ano seguinte, para voltar a sair, desta vez para o Vitória de Setúbal, pois ainda não tinha espaço na baliza encarnada, defendida por Bento. Só após uma segunda passagem por Guimarães que o guarda-redes regressa a Lisboa para dividir a baliza com Silvino.

## Três vezes Campeão Nacional pelo Benfica

No estádio da Luz, sagrou-se campeão nacional por três vezes

e venceu ainda três Taças de Portugal. Antes, em 1988 conquistou uma Supertaça ao serviço do Guimarães, clube pelo qual voltou a jogar antes de perdurar as luvas no final da década de 90.

Após abandonar a carreira de futebolista, Neno integrou a estrutura do Vitória Sport Club, primeiro como treinador de guarda-redes e mais tarde com cargo directivo.

O antigo guarda-redes representou a selecção A de Portugal em nove ocasiões e uma vez a selecção de Cabo Verde, por ocasião da Taça Amílcar Cabral realizada na Mauritània, em 1983.

## Dotes de artista

Fora dos relvados Neno era fã de música, aliás outra paixão de infância que, tal como o futebol, também não era do agrado do pai. “Lembro-me até que, quando eu cantava lá em casa, o meu pai dava-me dinheiro para eu me calar [risos]. Chegou a pagar-me tostões para eu ficar calado porque ele queria trabalhar descansado em casa”.

Ainda assim, o sonho de infância tornou-se realidade quando o agora ex-guarda-redes lançou o disco “Neno, Neno, Neno” em 1996, inspirado em nomes como Júlio Iglesias e Roberto Carlos.

Tornou-se amigo de Iglesias, chegando a cantar os dois juntos, no mesmo palco, em Portugal, em mais de uma ocasião. Iglesias referia-se a Neno como seu “filho” em Portugal.

Antes do seu passamento na quinta-feira (10) passada, o ex-futebolista exercia o cargo de embaixador do Vitória de Guimarães.

Neno foi a sepultar na tarde de domingo (13), em Guimarães, com largas centenas de pessoas a aplaudirem no último adeus àquele que se tornou um símbolo da cidade.



Nataniel Vicente Barbosa e Silva

“Djonsa Bi” conta na primeira pessoa a sua experiência de guerra nas matas de Angola como combatente nas fileiras das tropas portuguesas (1971 a 1974) contra as forças do exército angolano. Uma guerra controversa, mal preparada, desmotivada e condenada por vários sectores da sociedade civil, nomeadamente: igreja católica, movimentos estudantis associações sindicais etc. Um conflito que deixara milhares de vidas ceifadas, algumas das quais em plena flor de idade e muitos sonhos por realizar. Reservamos essa história para mais a frente neste trabalho.

#### Quem é «Djonsa Bi»

João Vaz Amarante, ou “Djonsa Bi” como é popularmente conhecido na cidade de Mangui /Tarrafal onde nasceu a 05 de Janeiro de 1950. O 5º filho de um modesto casal: Eugénio Vaz Miranda e de Águeda Vaz Amarante. Dos 4 irmãos, apenas um se encontra vivo, o mais novo de todos.

#### Infância

“Djonsa d,Alda” como era então conhecido, passou toda a sua infância em Ponta Lagoa, lugar onde nasceu. Aos 7 anos de idade conheceu os banquinhos da escola de Mangui estudando 1ª classe com a professora D.ª Alice, natural de São Vicente. No ano seguinte estuda a 2ª, com o professor, Paulino, também da ilha de São Vicente e 3ª classe volta de novo a ter como professora a Sr.ª Dn.ª Alice, concluindo a 4ª classe, com o Sr. Tunas. Sublinha: «**Studaba mas ki 4ª classe na kel tenpu ka era pa tudu mininu.**»

#### Fase da adolescência

Ora, a fase da adolescência não foi diferente a dos outros colegas do seu tempo onde o principal entretenimento era jogos de bola meias, como era designado.

#### Juventude

Confessa: **Nha juventude foi muderadu. Mas, N tinha txeus pikenas, N ba pa tropa na Portugal, fazi sirvisu militar. Dipoz N ba finda na Angola, na guerra.**

#### Primeira experiência de trabalho

**“Mi N kumesa trabadja sedu, ku 13 anos di idade. Ku 15 dja N kumesa ta ganha algun trokinhu na peska.”**

## “Djonsa Bi” - A sua amarga experiência de guerra nas matas de Angola

#### Serviço militar

Ora, o serviço militar era obrigatório, um destino que dificilmente podia um mancebo escapar na altura. Assim, aos 21 anos de idade, foi chamado à tropa. Fazer o serviço militar nessa época era sinónimo de fazer guerra: A tristemente célebre “guerra colonial” que poucos rapazes dessa idade conseguiram escapar. Uma guerra obrigatória contra os próprios irmãos de sangue. Quem partia, deixava em casa choros e lamentos porque realmente era uma partida com pouca hipótese de regresso.

Quem tivera o triste destino de partir para essa guerra e que tivera a bendita sorte de regressar à casa com vida só trazia fardas no corpo e traumas na alma. Muitos destes vivem hoje em condições extremamente difíceis e, com algumas sequelas psicológicas. Os mais ambiciosos conseguiram refazer a sua vida. Não são poucos na verdade os cabo-verdianos que foram forçados a pegar em armas deixando pai e mãe em desespero vendo os seus filhos partirem para uma missão de enorme risco. Há poucos anos as autoridades portuguesas falaram sobre a eventualidade de virem a ser contemplados com alguma pensão de sobrevivência, mas, tal promessa não passou de letra morta uma vez que jamais falaram sobre o assunto. Hoje, infelizmente, com o cenário da pandemia que assola o mundo torna-se ainda cada vez mais distante a concretização desse compromisso e somos tentados a citar o pensador Dante Alighieri - “*Ó, vós que entráis, abandonai toda a esperança*”.

Ora, dando fé ao adágio popular: **“a esperança é a última a morrer.”** Nessa expectativa, muitos alimentam ainda a esperança que poderão um dia virem a ser compensados.

#### Embarque para Portugal

Vamos então viajar no tempo com o “Djonsa d,Alda”.

**“Nos nu baba suma galinha na buru pé maradu kabesa pa baxu”** Ironiza o entrevistado.

Em companhia de outros colegas de Barlavento e Sotavento embarca então para Portugal no paquete “Niassa. Segue nessa primeira leva cerca de 1 800 mancebos Após 10 dias de viagem, em 20 de Abril de 1971, o “Niassa” ancora no porto de Cascais-Portugal. Uma parte destes em que ele próprio estava incluído segue para Viana do Castelo onde permanece por um período de 5 meses e 5 dias em instrução.

#### Embarque para Angola

Chega o dia decisivo: 17 de Novembro de 1971 o já então, soldado nº 801/836/71: **João Vaz Amarante** e mais colegas de viagem deixam Portugal e rumam para província de Angola, no paquete “Vera Cruz.” Desta feita, já não como galinha de pés amarrados, como dissera anteriormente, mas, consciente de que iam (ele e colegas) para uma missão extremamente difícil. Aquartelados num lugar chamado “Chima-Congo”, próximo da fronteira com Brazzaville, num mato, não muito longe da cidade. Esboça um sorriso tímido, conta: **«Pri-meru dia di matu tudu e stranhu, bu ta odja bitxus di tudu spesi, masez ta odjau ez ta kori»**. Adianta que nunca tiveram dias assim tão complicados como antes da sua partida imaginava, mas, que, entretanto, os perigos espreitavam-os a cada instante. Destaca: **As vezis inimigus ta disfarsaba a pontu di ben kumi ku nos na meza na kuartel, ta kumi ta bebi so bu ta ben da konta dipoz»**. Coisas da guerra.

#### Um acidente de carro sobre uma ponte

Ora, o que mais marcou o “Donsa d,Alda” nessa guerra foi o que ele conta: **“nu staba nun onimogu(carro militar) xeiu di tropas na travessa un pontu di ripenti karu dispista ba kai dentu riu. Acrescenta: “viatura era konduzidu pa Gil mekaniku. (Gil mecânico, pessoa conhecida da nossa praça) sublinha: mi kol nu luta djuntu na matu di Angola, el era kondutor di tropa.” “N ta lenbra inda di uns 5 rapaziz di kadjeta ( Calheta São Migue), Salvador, konxedu na tropa pa Salvador “giganti adamastor” pur kauza di si tamanhu (2 metros di altura). Kelotu, era Salvador Furtado, ki era barberu na tropa, un individu mutu gentil, senpri ki ben Tarrafal ta ben djoben na kaza. Kelotu e Salvador piskador di Benexa. Kezotus dos: um txomaba Toto, kelotu: Mimosu. (Colegas de arma).**

#### Fim do tempo do serviço militar

Após 28 meses do serviço militar nas matas de Angola, viaja em companhia de outros colegas num avião civil Boeing 207 rumo a Portugal. Recorda: “foi: “24 di Abril di 1974 nun dia di seu (céu) nubladu dipoz di 8 oras di viagi nu txiga Portugal” .Entretanto, permanece ele e os colegas em Lisboa cerca de 6 dias em “comes & bebes”.

#### De Portugal a Cabo Verde

Chega o dia que tanto sonhava; No



mesmo avião viaja toda a rapaziada (colegas de arma). Aterra o aparelho no Aeroporto Internacional do Sal por volta do meio-dia. No dia seguinte viajam então para a Cidade da Praia.

#### Chegada a casa

Naturalmente não há alegria maior para um pai ou uma mãe receber um filho são e salvo depois de tormenta de uma guerra. A ausência de 2 anos e tal parecia uma eternidade. “Djonsa d,Alda” regressa finalmente a casa, para alegria de “Nha Alda” (mãe) À sua espera estava toda família e vizinhança. Conta: **“Era 10 ora di noti kantu N txiga kaza.”**

#### Entrega de fardas

Oito dias depois foi fazer a entrega de fardas no “Quartel Jaime Mota” na Praia.

#### Nova vida em Cabo Verde

Passado algum tempo encontra o primeiro trabalho como capataz num serviço de extracção de areia para calcetamento. O salário embora insignificante, mas dava para ajudar os pais na manutenção da casa.

#### Casamento

Casamento como se sabe, é o sonho natural de qualquer jovem. Assim aos 25 anos de idade, isto é, um ano depois do seu regresso da tropa realiza um dos seus velhos sonhos: Casamento. Avança: **“ N tinha txeus pikenas kantu N ben di tropa, mas, djan tinha kunpimis di kazamentu antis di N ba tropa ku kel ki N ben kaza kol.”**

A cerimónia aconteceu, pois, em 15 de Novembro de 1975, na Igreja Matriz de Santo Amaro Abade. Ele, então na casa dos 25 como já referimos, e ela, na casa dos 22, juntos, trabalharam e constituíram família: 6 filhos. Infelizmente, 3 dos quais faleceram de tenra idade.

#### «Djonsa Bi» ingressa na Polícia

Djonsa passa a ser conhecido depois de casamento por **“Djonsa Bi” (Bi, no-minho da mulher)**. Preenchidos os requisitos que na altura eram exigidos, vai à Praia para uma formação de 3 meses. Findo a escola da polícia, foi destacado para São Vicente. Recorda: **“Foi 20 di Janeru di 1978 kuandu N kumesa trabadja. Destaca: “Vida difícil na São Vicente, kustus di vida mutu ilevadu leban manda buska familia”.** (Mulher e filhos). Trabalha, entretanto, nessa ilha 5 anos e 4 meses. Pede a sua desligação da polícia, por motivos referidos, regressa com família toda à sua ilha e trabalha na pesca.

#### Morte do pai

O pai que já passava algum tempo acamado viria então a falecer em 1979.

#### Vida depois da polícia

A vida de Djonsa depois da polícia foi toda ela devotada ao mar. Profissão que só abandonou por razões de saúde aos 52 anos de idade. «Mi N ta piskaba mudjer ta bendebe pexi. O mais curioso: “Mudjer ta kunprababa pexi na mi e ta bendebe 3 ou 4 bez mas caru na Praia”.

#### Morte da mãe

Ora, em Setembro de 1986 viria falecer a mãe, isto é, 7 anos depois do marido.

#### Morte da esposa

A morte da mulher, aos 60 anos de idade, em 13.08.2013 depois de 38 anos de casados foi sem dúvida uma separação que o tem causado um certo vazio na vida. Acentua: **“Desdi ez data mi N ka konsigui organiza nha vida.”**

Djonsa Bi vive hoje com os filhos em sua casa própria, com alguns problemas de saúde, mas, vai esperando pelos dias melhores. Agradecimentos ao meu amigo de infância. Votos de muita saúde.

# SINAPOL e as escalas de morte em horas dramáticas



José Barbosa\*

Bem-haja a união da classe Polícia Nacional para o sucesso da Segurança Pública do país. O “pacote” PN, independentemente das reviravoltas, prevê ainda muitas novidades, e destas, a (in) decisão judicial sobre o processo litigioso do Sinapol que corre seus trâmites legais nos tribunais pode, entretanto, marcar alguma diferença.

O sindicalismo policial, a cargo do Sinapol, tem-se preocupado com fatos, problemas e soluções. Como é sabido, a polícia tem sido vista, quantas vezes, como uma família de homens sem alma, quase toda ela desgraçada em termos de horário de trabalho. Somos por uma ação político-sindical absolutamente legítima e forte, porém com resultados fiáveis.

Infelizmente, a arranjada Orgânica da Polícia Nacional, recentemente aprovada, deu mote a novos descaminhos e sinais nada agradáveis. O Ministério da Administração Interna inquinou artificialmente o Serviço Social da PN e, uma vez mais, falou mais alto a força do poder, assumindo ele uma decisão estrategicamente de risco ao esquivar-se habilidosamente do acordado, adotando com isso, amargamente, os apetites da casa, afrontando os interesses da classe. Fazer depender os Serviços

Sociais da PN, funcional e hierarquicamente, do Diretor Nacional da PN é, a todos os títulos, uma solução injusta, abusiva e de alto risco.

Enquanto sindicato, o Sinapol continua atento às desgraças laborais. Com legitimidade, mantém de pé o seu luto e a sua limitada paciência. Os pendentos não faltam, não calam e falam por si. Para nós, os acordos são para serem cumpridos, investidas nenhuma terão sucesso se forem ao arrepio dos entendimentos previamente obtidos, mormente quando estamos diante de aspetos de constitucionalidade duvidosa. É o caso da vinculação obrigatória versus desvinculação definitiva do membro do SES-PN, uma ameaça, no mínimo, terrível.

Nada, porém, travará os propósitos da classe. O caminho ainda é espinhoso e a reação da classe contra a arquitetura do SES-PN, cedo ou tarde, dependerá exclusivamente da paz construída. De igual modo, a Portaria que o vai organizar e fazer funcionar obrigará a um consenso transparente e necessariamente legítimo.

Questões, em suma, distintas, importantes e urgentes percorrem, assim, o ideário do Sinapol. Aliás, persistem, entre outros, o excesso da carga horária

e, a par disto, o direito à reação da classe em exigir-se do Estado o dever de compensar devidamente as horas extras.

A PN viu melhorias, sim; mas viu-as numa moeda de angústias. Não é estranho dizer que as escalas de serviços normais e extras são terríveis, com turnos de horas dramáticas, na prática, uma espécie de jornadas de morte lenta. O sistema é uma loucura legalizada em que a maioria dos comandantes comanda loucamente os seus subalternos e quase ninguém se preocupa em assegurar a compatibilidade legal necessária. Neste quadro, a lei laboral passa quase que ao lado. Prover, pois, o serviço legal seria uma atitude que exigiria dos comandantes uma adequada alocação dos recursos humanos disponíveis. Logo, um horário de trabalho com início e termo do período normal de turno, bem como dos intervalos de descanso. Ou seja, um regime de trabalho com descanso mínimo por semana, afinal, uma duração mínima das horas de trabalho diárias, de igual modo, seria respeitar o repouso e alimentação do pessoal da PN.

A proposta do Sinapol, que visava respeito mútuo das partes sobre os consensos, continua sendo legítima, embora incómoda, reconhecemos, porquan-

to ela visa, hoje, problematizar não só a possibilidade das oito horas diárias e, no máximo, 44 horas semanais, mas também a criação das condições necessárias a um regulamento digno e uniforme do horário de trabalho, de modo a evitar horas dramáticas, consequentemente transtornáveis psicologicamente, quiçá, perdas de vida. Sabe-se que se desconhece, na íntegra, os dados das fichas de inspeção de saúde do pessoal policial. Algo ainda inexistente.

Convenhamos, a saúde dos operacionais é ouro e ela está nas mãos dos comandantes, mas a doença já é um castigo que antecede outros tantos.

Ora, o Sinapol, desconhecendo em absoluto algum sinal da IGT- Inspeção Geral de Trabalho - sobre o assunto, lamenta denunciar que, aos olhos desta, a PN parece, de fato, não ter trabalhadores, na medida em que nunca lhe coube a via da fiscalização das imponentes desgraças, infortúnios laborais. O incómodo, no entanto, persiste, pois, matam-se direitos na fúria do mando e o tempo vai-se esgotando.

Trata-se de uma situação deveras lamentável, com uma carga de hipocrisia, no mínimo, extraordinária; aliás, nesta matéria, a desregulamentação dos direitos tem sido um retrocesso horrível,

na Polícia Nacional. Os direitos e interesses da classe têm sido sistematicamente sacrificados, enquanto esta maré de vagas incertas se vai algemando lixo, desordens e problemas.

Além de abusivo, é inadmissível a prestação de serviços gratuitos, facilitando, por outro, o enriquecimento ilícito de alguns. Cabe, por isso, à administração superar esta persistente e gritante ilegalidade, compensando tais serviços, remunerando-os de forma legal, como é de justiça, na linha de que todo o trabalho prestado deve ser devidamente remunerado.

De igual modo, urge mapear e detalhar as condições de saúde do pessoal policial quanto aos principais fatores de risco. Neste particular, como noutros, o Sinapol requer definitivamente horas legais de trabalho e nada mais do que isso.

\* Presidente do Sinapol, Sindicato Nacional da Polícia Nacional

# Os gastos na morte no interior de Santiago



Olímpio Tavares

A morte de um ente querido é o momento mais triste que o ser humano enfrenta. Porque significa uma separação que acontece de uma vez por todas. Tendo em conta esse acontecimento trágico, o ser humano procura compensá-lo com uma celebração especial, que em alguns casos demora oito dias, muito intensos. O problema que levanto nesta reflexão não são os oito dias, que é excessivo a meu ver, mas os gastos que acompanham esses dias, sobretudo no interior de Santiago.

Quando morre uma pessoa no interior de Santiago, a primeira coisa que

se faz em termos de gastos exorbitantes é arranjar um caixão, vulgo urna, que custa em média 50 contos. A seguir, vai se verificar se a família do defunto tem animais, de preferência de grande porte, uma vaca. Se tiver esse animal em casa, a primeira coisa a fazer é matá-lo imediatamente, antes que um familiar próximo do defunto dê uma ordem em contrário. Normalmente, se a vaca estiver bem alimentada, custa, no mínimo 150 contos, pelo preço que se pratica atualmente. Atualizando as contas, até ao momento já temos uma soma de 200 contos. Somando outras coisas que

se consomem durante oito dias, cereais, legumes, verduras, sumos e bebidas alcoólicas, entre outras, pode-se chegar a uma quantia mínima de 50 contos. A soma total é 250 contos.

O dinheiro que se gasta na morte no interior de Santiago é claramente exagerado, sobretudo para as pessoas pobres, que lutam para sobreviver no dia a dia. Imaginemos o que é gastar 250 contos para um pobre num período de oito dias. O mais caricato é que muitas vezes o próprio defunto morreu por falta de uma alimentação equilibrada, que exige um gasto acima do normal. Outro

problema é o endividamento de alguns familiares.

Quando morre um familiar, e a pessoa não tem dinheiro suficiente para custear as despesas da morte, há sempre credores para tudo. O problema é como pagar essas dívidas depois de ser levantada a “esteira”. Muitas pessoas fazem essas dívidas por orgulho pessoal, de forma a não passarem vergonha perante a comunidade, porque senão ficam sujeitos ao “fla fla”.

A morte no interior de Santiago tem gastos que em alguns casos ultrapassa qualquer tipo de festa. Aliás, não será

oito dias de comes e bebes, que também é uma festa? Penso que o país tem de encontrar formas de minimizar os gastos exorbitantes com a morte. Se o familiar já perdeu o ente querido que nunca mais volta, pelo menos poupá-lo de gastos exagerados seria uma forma significativa de diminuir a sua dor, neste caso financeira.



Fidel Cardoso De Pina

## Um governo que vira as costas aos jovens

Em Cabo Verde, os dados apontam para uma camada da população jovem na ordem dos 63%. Este é o segmento mais qualificado da nossa nação. Assim fica evidente que a Juventude é o principal capital da ação, razão pela qual não pode ser desperdiçado e desvalorizado. Fica claro que temos de mudar o discurso que nós jovens somos o futuro, porque os jovens são também o presente! Se as políticas públicas de hoje não forem as que melhor preparam e valorizam os jovens, o futuro fica comprometido, mas o presente também.

Na verdade, este governo sempre entendeu a juventude como um ónus e não como um bônus! De tal maneira é assim, que o Programa do Governo abre um subcapítulo para tratar do Bónus demográfico e acaba falando essencialmente do Ónus, sem ter em conta que o ónus demográfico não é uma fatalidade, ele depende do que se fizer do Bónus, das opções de política de população, de suporte para as famílias, de qualificação e segurança social que se fizer hoje.

As políticas da Juventude inscrevem-se no domínio das políticas transversais. Concatenam-se na perfeição com as políticas de género, do ambiente, do desporto, da cultura, da educação, da habitação, da formação profissional, ensino superior e ciência e emprego. A Juventude, seus desafios, suas necessidades e o potencial de soluções e respostas que carrega, encontram chão em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar de bastante palavroso relativamente à juventude, o Programa do Governo acaba por desiludir bastante no que diz respeito aos caminhos apontados, alguns porque retomados do Programa do Governo anterior sem que tenham saído do plano das intenções, outros porque enunciados de forma vaga, sem metas associadas e sem evidência de priorização.

Percebo que o Governo quis hoje corrigir a mão criando na sua orgânica um Ministério. Saúdo a reposição na Orgânica do Governo de um Ministério, esperando que ao nível da administração e das políticas de descentralização sejam repostos os programas e projetos que concorrem para o efetivo empoderamento da juventude. Espero que com essa reposição o Sr. Primeiro Ministro esteja a fazer mea-culpa do erro que foi relativamente à Juventude que desapareceu da Orgânica do Governo e quase desapareceu do modelo institucional de gestão das políticas públicas nacionais.

A juventude tem sido uma camada particularmente afetada pelas sucessivas crises, no mundo, Cabo Verde não é exceção. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico alertou os países e governos que em cada crise, os jovens, os mais qualificados, são os que mais ficam para trás ou simplesmente partem. Esta crise não foge à regra. São milhares os jovens afetados pelo desemprego, pela perda repentina de rendimentos, resultante da quase paralisação da economia, sobretudo nos sectores de serviços considerados não essenciais, no comércio, no turismo e entretenimento, na restauração, no alojamento, na aviação e de forma dramática no sector informal, quando segundo os dados do INE mais de metade dos empregos, cerca de 52.5%, são considerados como informais e não beneficiam da proteção social.

O Executivo promete no seu programa reduzir o desemprego jovem para metade. E, a outra metade? Atrevem-se a dizer a estes jovens não há alternativa, que estão condenados a engrossar a percentagem de pessoas que trabalha hoje no mercado informal, sem regulamentação, nem proteção social? Queremos emprego sim. Mas, que seja assegurado o direito ao trabalho com direitos.

Desafiamos o Governo a avaliar quantos jovens com idade entre 15 e 24 anos não completaram o 6º ou o 8º ano e conceba medidas ativas de formação e emprego com o objetivo de recolocar esses jovens no percurso da formação e da qualificação necessárias à estruturação de projetos de vida e à plena realização dos seus direitos sociais e políticos. Sabemos que eles existem, em número ainda elevado, estão essencialmente no meio rural, entre as comunidades piscatórias e nas periferias das Cidades. É preciso buscá-los, pelo nome próprio, pela morada, e olhar para eles como um ativo da Nação que merece a nossa atenção e não um número apenas diluído nas médias estatísticas.

Confessamos que ficámos satisfeitos pelo Executivo continuar a investir em estágios profissionais, mas é importante perceber em que condições, com que garantias e de que forma. É importante que o Governo assegure aqui que estes estágios não são um eufemismo de trabalho barato e com salários baixos e que não estão de forma muito abusiva a usar as gerações mais jovens para trabalhar para empresas, sem que esteja acutelado que haverá uma real transformação dos estágios em empregos efetivos e duradouros.

Esperávamos uma aposta na transparência. E, por isso, que os concursos públicos passassem a ser realizados em condições de igualdade para todos de forma a assegurar que os cargos superiores na administração pública fossem alcançados por mérito e não por amiguismo ou filiação partidária.

Esperávamos mais investimento no ensino superior e que o Governo desse mostras de que não serão novamente os estudantes a pagar a fatura desta crise. Como tal, não entendemos como é que este executivo pode falar com tamanha eloquência de economia digital quando não é capaz de assegurar que os jovens

têm acesso a equipamentos informáticos e a internet continua a ser um luxo que poucos podem pagar.

É urgente estimular a autonomia juvenil, nomeadamente através do acesso facilitado à habitação e ao arrendamento. Nesse sentido, consideramos intolerável que as habitações do Programa Casa para Todos continuem fechadas, enquanto milhares de jovens vivem em situações vergonhosas e degradantes. O executivo achou pertinente dedicar apenas seis míseras linhas à política de habitação para os jovens no Programa de Governo.

Por outro lado, é insultuoso não ter sido levado em linha de conta neste programa o papel do desporto na saúde, lazer, economia e cultura cabo-verdiana.

O financiamento do desporto é importante, mas a forma como se faz o investimento também. É, por isso, urgente que se invista melhor e com sustentabilidade, para assegurar a qualidade do desporto nacional e a estabilidade dos vínculos dos desportistas que o asseguram. Casos como os dos campeões Matchu e Gracelino Barbosa envergonham todos os cabo-verdianos, mas espelham bem que a política desportiva deste Executivo é um verdadeiro barco à deriva.

Seremos sempre contra aumentar ainda mais a insegurança das vidas dos trabalhadores precários e da juventude, geração que faz o país andar para a frente e que se vê neste Programa de Governo absolutamente inviabilizada, quer ao nível de apoios à empregabilidade, quer ao nível de investimento à formação profissional e acesso ao ensino superior, quer ao nível do acesso à habitação.

A crise dá-nos a obrigação extra de não deixar ninguém para trás. Por isso, recusamo-nos a ser cúmplices desta política que exclui porque é interesse de alguns excluir.

PUB



## Navegue sem intermediários

# www.anacao.cv





## Conduta “exemplar”

O Conselho Pedagógico da UNI-CV resolveu deliberar sobre os trajes proibidos dentro das suas instalações. Isto porque hoje, em dia, os corredores das universidades do país assemelham-se a tudo, menos a um espaço de gente que “sabi entra” e “ki sabi sai”, onde as tendências são ditadas pelos alunos, uns mais “provocadores” do que outros, como é de praxe. ZIG não quer armar-se em anacrónico, mas um pouco de classe e elegância entre os alunos, e até mesmo entre os professores, não há-de fazer mal a ninguém. Força, Dona Judite!



## Indignação

A lista das proibições da UNI-CV, para variar, não caiu no agrado dos universitários. Aliás, se não houvesse um pouco de polémica à volta do tão sensível assunto não teria piada estar aqui a falar sobre a questão. Entre shorts, mini-saias, vestidos curtos, calções, chapéus e gorros, chinelos, o detalhe que saltou à vista do ZIG na referida lista do que não se deve usar na UNI-CV tem a ver com o uso de capacetes dentro das salas de aula. Sim, capacete, quem diria! Para que serve o capacete numa sala de aulas da UNI-CV?



## Protocolo

E por falar em protocolo, o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Juventude e Desporto, Carlos Monteiro, recebeu por estes dias no seu Gabinete o atleta Vladine Biosse, um pugilista profissional nos EUA... O momento, como manda o figurino, foi registado para a posteridade e estampada na página oficial do IDJ. O ZIG ficou perplexo ao ver as fotos, quando se deparou com dois modelitos de shorts da referida comitiva, que quebram todas as regras de protocolo. A polo do Ministro, ainda vá lá, mas muitos jornalistas já foram proibidos de entrar no Palácio da Várzea por muito menos... Se a moda pega, qualquer dia podemos ir de bikini ou sunga para o Palácio! É claro sem esquecer o capacete...

## Herói solitário

Gracelino Barbosa foi à Polónia, na semana passada, correr por Cabo Verde, uma vez mais. Sozinho, e com a Bandeira Nacional. Conquistou mais duas medalhas de ouro, nos 400 e 110 metros barreiras, no Campeonato do Mundo de Para-Atletismo. Gracelino diz ter ido para a luta sem apoio do Governo. Quem de direito – o IDJ – respondeu que, só com ele, Gracelino, o Estado de Cabo Verde já gastou mais de 11 mil contos. Respondendo a isso o visado diz que até hoje não viu a cor desse dinheiro. Não sendo Gracelino invisual, a ser verdade o que disse o IDJ, resta ao ZIG concluir que essa massa toda – 11 mil contos – corre na corrida das tartarugas.



## Personalidades

Há 23 cabo-verdianos na lista das 100 personalidades mais influentes da África lusófona. O ZIG nunca entendeu muito bem como é que estes rankings são feitos, para atribuir tamanho mérito de “influência” nesta África lusófona tão imensa e tão talentosa. A vaidade foi tamanha que houve quem fizesse até uma nota de imprensa para anunciar que era um dos “influentes”. Caso para se dizer, cada país tem os idiotas que merece. Por idiotas, entenda-se, as pessoas que têm ideias e por isso andam na influência... lusófona.

## Presidenciais STP

Em São Tomé e Príncipe, nosso país mais que irmão (30% da população é de origem cabo-verdiana), concorrem à Presidência da República 18 cidadãos: 12 homens e seis mulheres. Segundo os analistas locais, a razão de tanta “voluntariza” tem a ver com o descrédito da classe política do país. No seio da população corre a ideia de que hoje em dia qualquer um pode fazer as mesmas asneiras que os outros que ocuparam o cargo nestes anos todos de independência. A todos ZIG deseja um bom banho.



## Presidenciais CV

Enquanto isso, neste nosso Cabo Verde são já nove os candidatos ao Palácio do Platô, longe portanto do número de presidenciáveis em São Tomé e Príncipe. O nosso mais recente candidato é o jurista Casimiro de Pina, conselheiro do PM, que se junta a Carlos Veiga, José Maria Neves, Jaime Monteiro, Milton Paiva, Hélio Sanches, Daniel Medina, Marcos Rodrigues, Péricles Tavares, Fernando Delgado... Com mais juízo e menos juízo, todos têm mais de trinta anos, conhecem e dominam a Constituição, e prometem, se eleitos, ser um PR de todos os cabo-verdianos. ZIG informa que a lista de candidaturas ainda não está fechada. Por isso São Tomé e Príncipe que se cuide.



cvmovel.cv

# Recebe saldo do estrangeiro com bônus.

**OFERTA DE 1.000 MEGAS\* DE BÔNUS,**  
nas recargas a partir de 500\$, feitas através do serviço Saldo Internacional.



**SALDO  
INTERNACIONAL**

Este serviço permite receber saldo da diáspora. Pode ser feito nos sites [www.ding.com](http://www.ding.com), [www.mobilerecharge.com](http://www.mobilerecharge.com) ou nos mais de 3.000 pontos de venda espalhados pela diáspora.

\*Duração de 7 dias após carregamento. Promoção válida de 1 a 30 de Junho.

# Etc.

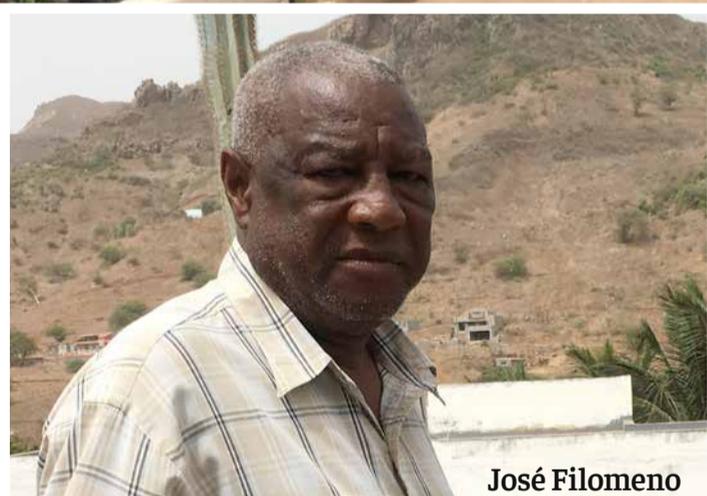
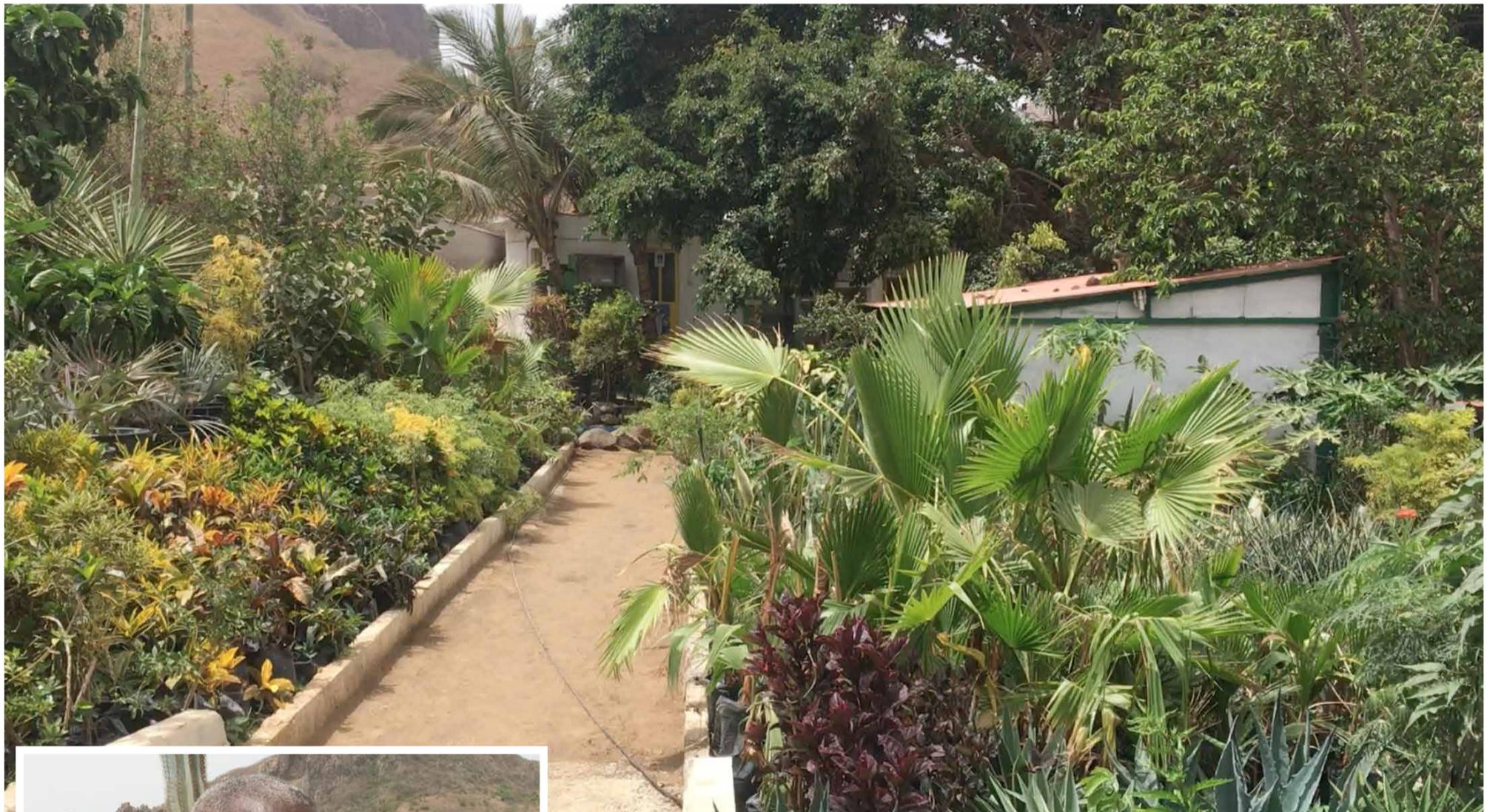


Empreendedorismo

**Square films**  
*made in* **Praia**

## SOCIEDADE

# Eco-Centro de São Domingos prepara-se para explorar turismo interno



José Filomeno

O Centro de Promoção Ecológica de São Domingos tornou-se, nos últimos anos, um ponto obrigatório para os turistas que passam pela estrada que liga Santiago Sul a Santiago Norte. Entretanto, com a pandemia que afecta o país há sensivelmente um ano e meio, o espaço viu uma das suas principais fontes de renda paralisada. Neste momento prepara-se para uma nova largada, agora com foco no turismo interno e na criação de um jardim botânico.

Natalina Andrade

O espaço agrega vários componentes da nossa biodiversidade de fauna e flora e vem introduzindo, para além de espécies melhoradas, várias novidades importadas de outros países.

No que toca à botânica, oferece uma vasta diversidade de plantas e árvores ornamentais, mas também de espécies frutíferas.

O seu foco é a divulgação, reprodução, preservação e conser-

vação de espécies, com uma forte vertente educacional voltada para questões ambientais, segundo conta o proprietário, José Filomeno Ferreira de Carvalho, mais conhecido como Zeca de São Domingos.

“Temos aqui toda uma gama de biodiversidade e estamos a caminhar fortemente para um jardim botânico. Já temos um número bastante elevado de tudo aquilo que é das nossas

ilhas e vamos introduzindo novas espécies”, explicou.

Para além do turismo, que faz parte da génese de criação do espaço, as visitas de estudo são muito frequentes, tendo em conta a vasta diversidade encontrada. Pese embora, com a pandemia, essas visitas caíram consideravelmente. “Ainda assim, em datas comemorativas, como o Dia Mundial do Ambiente ou Dia Mundial da Água recebe-

mos aqui alunos de várias escolas”, declarou José Filomeno.

### Botânica

No ramo da botânica o centro oferece um pouco de tudo. Mantém um viveiro com plantas ornamentais para comércio, através do qual garante a sustentabilidade do espaço. Mas há também frutíferas e várias espécies endémicas.

Dentro de duas semanas, garantiu o proprietário, o centro deve receber mudas de coqueiro anão provenientes do Brasil, numa tentativa de reintroduzir a espécie no país. “Será a nossa contribuição para a divulgação de uma espécie que curiosamente chegou ao Brasil através de Cabo Verde. O coco hoje tem um certo peso mesmo no PIB e no agronegócio brasileiro, e nós hoje mal temos coco. Ou seja, estamos



a reintroduzir agora uma espécie melhorada do coco verde anão”, explicou, avançando ainda que, para os próximos tempos, devem receber também algumas mudas cítricas para divulgação das espécies, assim como de mangueiras, não só para o centro, mas para fomentar novas espécies e variedades no país.

Para José Filomeno, “é uma vergonha ir a uma loja e encontrar um kg de limão por 400 escudos quando temos condições e clima propício para a produção de limão”, portanto, é neste sentido que deseja introduzir novas espécies na flora nacional.

## Fauna

Para além da botânica, José Filomeno mantém um mini zoológico, com várias espécies de animais. “Desde os grandes ruminantes como o burro, o boi, o cavalo, carneiro e cabra, até aves, suinicultura, cunicultura, entre outros”, especifica.

Há aves para reprodução e alimentação humana e há também aves exóticas. Na área da suinicultura há também espécies melhoradas para reprodução e comércio. “Essa é uma vertente que estamos a pensar em alargar e criar um mini zoológico, bastante apreciado pela criança”, anuncia.

## Tecnologia amiga do ambiente

Enquanto centro de promoção de boas práticas ambientais, o visitante pode encontrar

uma série de criações e soluções inteligentes para eliminar ou diminuir os impactos nefastos da ação humana no meio ambiente.

Para além da utilização racional da água, encontram-se algumas “tecnologias amigas do ambiente”, desde a geração de energia fotovoltaica e eólica, até a utilização racional da biomassa. “Ou seja, a utilização de lenha de forma sustentável, através de fogões melhorados e fornos eco-eficientes, tudo no sentido de que quanto menor for a utilização de lenha, menor será a pressão sobre a floresta e o ambiente acaba sempre por agradecer”, como explica o responsável.

Outra criação é um fogão solar, que funciona como um concentrador solar e torna possível cozinhar alimentos com recurso apenas aos raios solares. Há também defumadores que auxiliam na conservação de alimentos através do sistema de defumação.

No centro a produção de lixo é bastante reduzida, graças ao aproveitamento de tudo o que é orgânico, através da compostagem e da biodigestão de excrementos de animais, transformados em gás metano.

“Para nós tudo o que é orgânico não é lixo, desde as folhas secas, restos de cozinha e dejetos de animais”, explica, apontando que o centro segue os princípios do químico francês Antoine-Laurent Lavoisier: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

## Aposta no turismo nacional

A pandemia da covid-19 quebrou o ciclo de turismo que já fluía no eco-centro e fez o proprietário considerar a promoção do turismo interno. Embora esperançoso de que as coisas podem voltar ao normal em breve, José Filomeno decidiu fazer uma aposta forte no turismo local e nacional.

Neste momento passa por uma transformação de parte do espaço em jardim botânico, já que, segundo diz, “tem, de longe, mais diversidade e melhor organização do que o único jardim botânico nacional”, no mesmo município.

“O próximo passo é a classificação de todas as espécies e a criação de roteiros internos para captar o turismo interno e arrecadar alguma renda, no sentido de melhorar a sustentabilidade, pois, para além daquilo que geramos aqui não temos nenhuma outra fonte de renda”, adiantou.

Aliás, mais uma vez, se não fosse a pandemia a desacelerar o processo, as obras para a construção de bangalós para acolhimento de turistas já estariam concluídas. “Neste momento estamos a dar acabamento ao primeiro bangaló e vamos construindo outros aos poucos, pois já temos sinais de alguma procura mesmo para o turismo interno. É uma opção para quem quer sair da cidade e passar um final de semana diferente no campo”, explicou.

## Roteiro de Darwin com plantas endémicas e gastronomia

Uma das curiosidades do Centro de Promoção Ambiental de São Domingos é a existência de um roteiro turístico baseado nos caminhos do naturalista Charles Darwin, aquando da sua passagem por São Domingos, em 1832, onde teria conhecido várias espécies de plantas e provado a gastronomia local, durante as festas de Fevereiro.

Para transformar este facto em produto turístico, criou-se o Jardim de Darwin, que serve de lar para espécies endémicas. “Neste jardim temos as plantas endémicas, que para além da preservação e divulgação, carregam um pouco da história da ciência. Isto porque Darwin passou por Cabo Verde em 1832, mais precisamente pela ilha de Santiago. Na sua visita ao concelho de São Domingos e

no seu primeiro contacto com a África, teve a oportunidade de conhecer uma série de plantas, muitas delas ainda sem classificação”, explicou José Filomeno.

A ideia é oferecer um pouco da história dos caminhos que o célebre cientista inglês percorreu no vale de São Domingos, recolhendo as espécies biológicas e da própria orografia e cultura do município, já que foi ali que, diz Zeca de São Domingos, “pela primeira vez na vida Darwin conheceu um terreiro de batuque”.

Ainda dentro dos caminhos do pai da teoria da evolução das espécies, o centro está a ultimar o Menu de Darwin, com os pratos tradicionais que o cientista teria provado na sua passagem por Cabo Verde. NA



## SOCIEDADE

Formado no Brasil em Relações Internacionais, com pós-Doutoramento em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Pedro Matos avisa

# “Diáspora não é apenas uma Comunidade fora de Cabo Verde”

**A NAÇÃO - Como prognostica que seja a Sociedade Global pós-COVID-19?**

Pedro Andrade Matos - Minha formação académica e doutoramento foram em Relações Internacionais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC). O Brasil é o meu segundo País e Minas Gerais a minha segunda casa. Respondo a esta pergunta a partir de uma visão internacionalista...

**Insisto: haverá ou não transformação?**

Não vejo uma transformação positiva na Sociedade Global pós-COVID-19...

**Por que diz isso?**

Porque o que queremos da Sociedade pós-COVID-19 não está sendo feito agora. Pelo contrário, vemos países ricos estocando doses de vacinas contra o novo Coronavírus e vacinando população fora do grupo de risco, enquanto países pobres dependem da Solidariedade Internacional, para terem acesso às vacinas. Os países ricos controlam a produção e a distribuição das vacinas. Portanto, estamos preparando uma Sociedade que será ainda mais desigual e injusta, em termos de distribuição de bens públicos globais. Pois, vacinas devem ser consideradas bens públicos globais.

**Está a dizer que os mais poderosos estão se comportando de maneira egoísta?**

Qualquer aluno de Relações Internacionais sabe a tragédia provocada por um comportamento egoísta: elimina os outros, mas, também, provoca a auto-eliminação.

**Como assim?**

Num mundo inter-dependente, nenhum País está seguro, se os demais países não estão vacinados. Comportamentos egoístas têm prolongado a Pandemia, contribuído por mutações do vírus, e gerado consequências económicas e comer-



## DIÁSPORA

Nasceu na Ilha do Fogo (em Cabo Verde), mas fez todo o seu percurso académico no Brasil, onde chega, em 2007, no marco do Programa de Estudantes-Convênio para Graduação e Pós-Graduação. “Descobre” Cabo Verde, África e a luta dos seus Povos nas “Terras-de-Vera-Cruz”, lamenta que a História do Arquipélago não seja ensinada “a partir de uma Visão Africana”, defende os “embaixadores de carreira, pois, também, conhecem a Política” e remarca, a modos de recado aos governantes: “A Diáspora não é apenas uma Comunidade fora do nosso País”.

Alexandre Semedo

ciais, que vão pesar na Balança Internacional.

**Face a este sombrio panorama que descreve, o que de ver feito?**

É preciso avançar com a quebra temporária de patentes e compartilhar Tecnologias para que mais países possam fabricar ou participar na cadeia produtiva das vacinas, conferindo maior capacidade global para o enfrentamento do vírus.

**“Descobri Cabo Verde no Brasil!”**

**Estando de regresso a Cabo Verde, ainda mantém laços**

**com o Brasil?**

Mantenho contactos com os meus amigos, colegas e antigos vizinhos, no Brasil. O meu filho é brasileiro (mineiro), mas é, também, filho da Diáspora. Estaremos eternamente nesse transitio: Brasil-Cabo Verde...

**Já agora: para si, o que é a Diáspora?**

A Diáspora não é apenas uma comunidade fora do nosso País.

**Então, o que é?**

É ter um País enorme dentro de nós. No Brasil, eu descobri o meu País. Descobri o Continente Africano. Conheci pessoas que

queriam saber como é gigante a luta do nosso Povo Africano. A resistência e os conhecimentos que nossos povos levaram para várias partes do Mundo. E Cabo Verde faz parte desse Processo Histórico. É lamentável o facto de não sermos ensinados sobre a nossa História, a partir de uma Visão Africana. A partir da visão do nosso Povo e da nossa Cultura.

**Como foi a sua integração?**

A minha integração na Sociedade Mineira (no Estado de Minas Gerais) foi tranquila. Na verdade, a Gastronomia é familiar à nossa e isso favoreceu muito esta conexão. Sempre me senti

à-vontade numa cozinha. Acredito no poder do alimento e sua capacidade de agregar diferentes pessoas e histórias, em torno de uma única mesa.

**Via-sacra da integração...**

**Quais as dificuldades mais marcantes, por que passam os cabo-verdianos nas “Terras-de-Vera-Cruz”?**

São várias...

**...as mais relevantes.**

Conseguir um lugar para residir e um fiador para fechar contrato de aluguer de um apartamento ou casa. É muito difícil um estrangeiro que chega, ganhar a confiança de um nacional para servir-lhe de fiador.

**Como se dribla este constrangimento?**

Via de regra, quando os cabo-verdianos chegam, num lugar onde já há uma comunidade consolidada, esta auxilia em tudo. Há sempre patricio disponível, que pode ajudar nos processos burocráticos de legalização, junto às autoridades de Imigração e se apresentar nas universidades. Essa Comunidade é fundamental, para atenuar as saudades que são muito fortes nos primeiros meses.

**De que mais sentia saudades?**

De coisas simples: comida da nossa família, amigos e o ambiente familiar. A Música e a convivência foram sempre formas de driblar essas saudades. Mas sempre voltavam. Nunca conseguimos matar todas as saudades.

**Espaço estratégico...**

**Tem acompanhado a Diplomacia Cabo-Verdiana?**

Sim, faz parte da minha rotina académica, mas, também, de um cidadão interessado em saber como estão a ser tomadas decisões, no âmbito da Política Externa, que podem afectar a vida do meu País.

### Qual o estado da nossa Diplomacia?

Numa perspectiva histórica, o Estado de Cabo Verde definiu o nível Internacional como espaço estratégico para angariar diversos recursos, gerar parcerias e estabelecer cooperação profícua para o Desenvolvimento Nacional. A nossa Política Externa segue o princípio de auto-determinação dos povos, acreditamos e apoiamos a resolução pacífica dos conflitos e temos cordiais relações com os mais diversos países.

### Está a dizer que se está num acertado caminho?

A nossa Diplomacia soube agir com muito malabarismo, num contexto bipolar de Guerra Fria, oferecemos para mediar e participar em negociações internacionais e acordos de paz entre nações. Não cedemos o nosso Território para nenhum Estado atacar outro. Temos uma performance relevante na prestação de contas com as ajudas e recursos oficiais, via cooperação e outras modalidades.

Por tudo isso, dispomos de um acervo importante, no âmbito da Política Externa, que pode fortalecer a nossa Diplomacia para novas perspectivas e desafios. Porém, não podemos contar apenas com o nível Internacional.

### Como assim?

A Pandemia actual mostrou isso, claramente. Precisamos criar capacidades internas, fortalecer a nossa Diplomacia Económica e construir um País cada vez mais resiliente aos choques das dinâmicas globais.

### “Política Externa para os Países Africanos”

#### Traduzido por miúdos, o que deve ser feito?

Precisamos criar uma Política Externa para os Países Africanos. Ela precisa conter objectivos claros e princípios que reforcem o nosso pertencimento ao Continente. Cabo Verde pode partilhar várias ideias, aprendizados e soluções que acumulou através da Cooperação Técnica Internacional, gerados aqui, para outras partes do Continente, bem como

trazer conhecimentos-soluções dos países-irmãos para os nossos desafios...

### E o que dizer do trunfo estabilidade?

Exacto! Podemos, também, aproveitar da nossa estabilidade Política, Social e Económica, para sediar instituições importantes, tanto a nível da Região quanto Continental. Temos muito a ganhar se apostarmos nas instituições de Ciência e Tecnologia, sediar base de dados, receber centros de inteligências, entre outros. Precisamos fazer parte, integralmente, do Continente Africano, que foi o passado, é o presente e será o futuro da Humanidade.

### “Embaixadores de carreira, também, conhecem a Política”

#### Há vozes denunciando a proliferação de embaixadores políticos, em detrimento dos de carreira. Qual a sua leitura?

A Carreira Diplomática gera expectativas. A maioria dos quadros almeja ser embaixador numa grande cidade europeia. O Governo trabalha com uma Agenda de Política Externa que coadune com seus interesses e visão do Mundo, e isso pode afectar o tipo de embaixador a ser nomeado. A questão mais instigante para um analista é: por que o Executivo toma essa decisão?

### E qual a resposta?

Não é, necessariamente, porque desvaloriza os de carreira em detrimento dos políticos. Mesmo assim, posiciono-me em defesa dos embaixadores de carreira...

### Com que argumentos?

Eles, também, conhecem a Política, dominam vários outros assuntos inerentes ao cargo e da própria Relações Internacionais. A Diplomacia não tem a ver, apenas, com o estreitar dos laços comerciais. Isso, a lógica do Mercado pode resolver. Diplomacia diz respeito a posicionar e defender o País num Mundo cada vez mais dinâmico e veloz, e, ao mesmo tempo, interpretar as movimentações geo-políticas. E isso exige habilidades!

### “Problema de conexão com a Diáspora”

#### Presentemente, está-se a aproveitar das potencialidades, capacidades, saberes e conhecimentos da Diáspora?

O Governo sabe que existe a Diáspora, mas há um problema de conexão.

### Porquê?

A Diáspora sem uma ligação permanente e recíproca à Terra-Natal é como uma aeronave à deriva...no espaço. Estamos perdendo um grande potencial da Diáspora que, cada vez mais, se profissionaliza, são grandes cientistas, engenheiros, analistas, advogados, médicos e pesquisadores à disposição do nosso País. No entanto, quando essa Diáspora chega a Cabo Verde é como se caísse num terreno estanho.

### Como assim?

Encontram um sem-número de dificuldades para realizar parcerias, realizar projectos e/ou encontrar o primeiro emprego, caso decida ficar por aqui...

### Como alterar a situação?

Precisa-se de uma base de dados, que esteja em contacto permanente e actualizado sobre o que os cabo-verdianos na Diáspora estão pesquisando, quais as áreas de actuação, trabalhos publicados, patentes, produtos, ideias, entre diversos outros. Isso é importante porque, quando o Governo e outras instituições do País desejam assessoria, resolução e análise de algum problema, a Diáspora estará pronta para isso.

### Pesquisa: falta financiamento...

#### Dispõe de alguns projectos para Cabo Verde?

Estou envolvido em algumas pesquisas académicas, mas, também, na área da Cultura e Literatura. Mas, financiar pesquisas tem-se tornado um grande desafio, em várias partes do Mundo. Em Cabo Verde, o desafio é maior em relação às fontes de financiamento de pesquisa e inovação.

### Em resumidíssimas pice-ladas, como foi “parar” ao Brasil?

Foi através do Programa de Estudantes-Convénio para Graduação e Pós-Graduação. Tudo começou em 2007. Em Março daquele ano, já estava a frequentar o Curso de Relações Internacionais, na PUC de Minas Gerais (PUC Minas).

### Que repto deixa aos patrícios no Arquipélago e nas Diásporas espalhadas por esta Aldeia Global?

Estamos vivendo um momento desafiador para a Saúde, Educação, entre outras. Quero que se lembrem sempre, da palavra resiliência, que caracteriza muito os africanos. Sejam resilientes sempre e estejam seguros! 🌍

## Percurso de Pedro Matos

Pedro Andrade Matos nasceu em Monte Grande, na Ilha do Fogo, no Concelho de São Filipe (em Cabo Verde).

Fez os seus estudos primários na sua zona-natal e Secundário na Cidade de São Filipe.

É Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Mestre em Ciência Política (pela Universidade Federal de Minas Gerais);

Doutor em Relações Internacionais (pela PUC Minas); e pós-Doutorado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (pela Escola Superior “Dom Hélder Câmara”).

Está de regresso a Cabo Verde, na companhia da Família (esposa e filho), “com o objetivo de morar e ajudar no desenvolvimento do meu País”.

Lecciona na Universidade de Santiago (Uni-Santiago), “que me acolheu, de braços abertos, para actuação como professor e com projectos inovadores”, onde ele pode colaborar.

“Tem sido uma jornada gratificante. Sempre pensei em voltar e trabalhar para a minha Terra, estar perto da Família, gerar novos projectos e parcerias académicas e profissionais”, revela ao A NAÇÃO.

AS



## SOCIEDADE

## Tendências

# Empreendedora cabo-verdiana cria marca de roupas inspirada em Cabo Verde



## DIÁSPORA

A ideia de ter um negócio próprio sempre acompanhou Carla de Pina, de 42 anos, formada em Relações Públicas e Secretariado Executivo e emigrante nos Estados Unidos da América. O país de acolhimento logo proporcionou-lhe condições financeiras e apoios que permitiram a criação da CV SOUL APPAREL, uma marca de moda urbana cujo design se inspira na cultura cabo-verdiana.

Suíla Rodrigues

Carla de Pina é uma filha de Cabo Verde que encontrou na emigração a possibilidade de viver o “sonho americano”, o tão almejado negócio próprio e a garantia de um futuro promissor para ela e para os filhos.

Nascida na ilha de Santiago, mais concretamente em São Domingos, e criada na cidade da Praia, Carla emigrou para os EUA há quatro anos, juntamente com a família, com a ajuda do seu pai, também emigrante.

Ser empreendedora e ter um negócio que pudesse chamar de seu surgiu ainda em Cabo

Verde, mas as limitações que o nosso país enfrenta, entre elas a “falta de recursos e apoios para sustentar um negócio, principalmente para empreendedores iniciantes”, fez com que esta realização pessoal fosse adiada.

Ao chegar aos EUA, deparando-se com a “ampla diversidade cultural” que o país oferece, esta empresária logo viu a oportunidade de criar a sua marca e empresa, que se concretizou em outubro de 2020, após várias pesquisas sobre a moda e a sua influência no mundo urbano.

“Nesta altura criámos o nosso site. Esta foi a plataforma

mais viável para iniciar, o que veio a enriquecer mais a nossa visão de empreendedores neste ramo de negócio”, conta Carla sobre o seu projecto desenvolvido juntamente com o marido, Abraão Rodrigues.

## Moda urbana inspirada nas ilhas

CV SOUL APPAREL – uma marca de vestuário com alma cabo-verdiana – foi a forma mais autêntica que Carla encontrou para manter e preservar a cultura do seu país e continente. Uma ponte entre Cabo

Verde e o resto do mundo “através de designs que inspiram e motivam as pessoas”.

“Na nossa marca, os nossos designs são memórias vivas, que falam da experiência de um povo, da sua cultura nobre e única que está enraizada nas ilhas de Cabo Verde e no continente Africano. Representamos o fortalecimento das pessoas e também pretendemos mostrar o lado mais esplêndido de Cabo Verde e da África”, revela a empresária sobre o negócio.

Entre as peças produzidas estão T-shirts, moletoms, mochilas, fatos de banhos, biquínis, fatos de treinos, toalhas, chapéu, entre outros.

Todas as operações de compra e venda são feitas através do seu site [www.cvsoulapparel.com](http://www.cvsoulapparel.com) e o envio é feito gratuitamente para toda parte do mundo, inclusive para Cabo Verde, através dos correios. Além disso, este trabalho pode ser acom-

panhado também através das redes sociais Facebook e Instagram.

## Lojas física e projectos comunitários

Para o futuro, a ideia é investir em lojas físicas nos Estados Unidos e em Cabo Verde e ser reconhecida a nível nacional e internacional.

“Nós queremos alargar os horizontes da moda urbana, inspirar paixões no povo cabo-verdiano, no vestir das nossas roupas com mais orgulho e honra, preservando sempre a nossa identidade sob forma de moda”, finaliza a empreendedora.

A longo prazo, esta empresa recém-criada pretende desenvolver projectos comunitários em Cabo Verde, como forma de agregar valores e ajudar as crianças no que diz respeito à educação.



# Jessico Furtado encontra na multimédia o caminho para o sucesso

**J**untando o útil ao agradável, este jovem, natural de Santa Catarina, cursou multimédia na Uni-CV e ao terminar a licenciatura, em 2016, abriu a sua própria empresa, no pressuposto que na área do audiovisual “tudo tem a ver com o enquadramento”. E foi assim, como diz também, que surgiu a Square Films.

“A ideia era abrir junto com alguns colegas de turma, uma produtora onde poderíamos prestar os serviços relacionados com o curso que fizemos, excluindo a possibilidade de enfrentar a enorme fila de espera para entrarmos no mercado de trabalho. Chegámos a iniciar juntos, mas devido a algumas circunstâncias acabei sozinho nisto tudo”, conta Jessico Furtado ao A NAÇÃO.

## Serviços

Situado no Palmarejo, a Square Films presta serviços de audiovisual, design gráfico e marketing digital, respondendo às novas exigências do mercado audiovisual neste mundo tecnológico e digitalizado.

“Desde a nossa abertura até aos dias de hoje temos vindo a receber cada vez mais pessoas que querem trabalhar connosco”, diz o nosso entrevistado, realçando que até agora a Square Films conta com dezenas de videoclipes produzidos, entre outros trabalhos realizados para entidades cabo-verdianas e estrangeiras.

“Já trabalhamos com vários artistas de diversas áreas e na música podemos nomear Romeu di Lurdís, Gá da Lomba, Shoddy Lopes, Princezito, Hilário Silva, Rapaz 100 Juiz, Azágua, entre outros”, sublinha.

## Novos horizontes

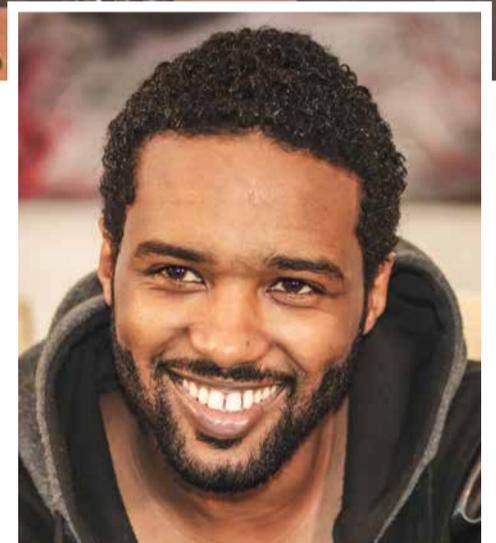
Neste momento, a Square Films está focada em programas televisivos, apesar de



## PERFIL

Mais do que uma produtora, a Square Films é a realização do grande sonho do seu dono, o jovem Jessico Furtado. Situada na Cidade da Praia, a empresa é uma referência na área de multimédia, conquistando aqueles que procuram a qualidade e a criatividade no mundo do audiovisual. Alguns dos produtos que passam na televisão são lavra da Square Films.

Romice Monteiro



uma equipa pequena, formada apenas por quatro jovens estagiários. “Estamos a produzir três programas que passam na TCV – “Minuto Verde”, “Nutrir” e “Help Ocean” –, todos educativos, de certa forma, voltados para a educação ambiental, cidadania e bem-estar”, explica o jovem para quem os resultados, neste já, são positivos.

Tendo em conta as características do mercado cabo-verdiano, Jessico diz que, por vezes, os seus serviços são considerados caros pelas pessoas que os procuram. “Quanto mais qualidade, maior é o preço. Vender a criatividade não é barato. Ainda mais com os materiais que vêm de fora, os impostos tornam este serviço caro”, explica, realçando

que, às vezes, os clientes fazem exigências às escuras.

“Nas filmagens sobretudo para o videoclip, muitas pessoas pedem imagem 4K, sem saber ao certo o que isto significa, em termos de custos. Exigem um trabalho de alta qualidade para não dizer perfeito. Por isso devem ter consciência que devem pagar um preço justo pelo que querem”, afirma, realçando que a Square Films é neste momento em Cabo Verde das poucas empresas que dispõe de uma câmara 6K.

## Ganhar com a pandemia

Apesar da pandemia, Jessico Furtado diz que também a Square Films foi afectada. Mes-

mo assim, diz preferir realçar os ganhos que conquistou, destacando o aumento da procura dos seus serviços, uma vez que as tecnologias de que dispõe permitiu-lhe continuar a trabalhar sem grandes sobressaltos.

“Conseguimos funcionar normalmente e diferentemente das outras áreas, a produtora ganhou com esta crise. Tivemos mais tempo para novas estratégias que ainda funcionam”.

Sendo homem de desafios, considerando a experiência acumulada no mundo do empreendedorismo, Jessico se vê futuramente como um dos jovens mais dinâmicos dessa área.

“A Square Films, hoje, com algum caminho percorrido e os resultados positivos têm-me

dado força para, daqui a alguns anos, lançar novos projectos. Tenho muitas ideias, e se tudo der certo vão sair do papel, e todos sairemos a ganhar com isto”, assegura.

Aos jovens que querem seguir o mesmo caminho, Jessico Furtado diz que o segredo está na persistência, ultrapassando sempre os obstáculos que lhes esperam pelo caminho. Como diz, o início é sempre difícil e as dificuldades não nos devem fazer desistir.

Pelo contrário, salienta, “temos de ser mais fortes do que os obstáculos e lutar para continuar. No meu caso, mesmo que algo venha a dar errado, não me passa pela cabeça desistir, não faz parte dos meus planos”. 🌀

## SOCIEDADE

São Nicolau

# Carrical descontente com não cumprimento das promessas eleitorais



### REGIÕES

À frente da Câmara Municipal da Ribeira Brava há oito meses, o edil José Martins é criticado por moradores do Carrical por alegado incumprimento de promessas eleitorais, bem como pelo tratamento que anda a dispensar àquela zona de São Nicolau. A falta de investimentos na estrada, na pesca e na agricultura são as principais reivindicações dos descontentes.

Criselene Brito

Parte do concelho da Ribeira Brava, o povoado do Carrical está inserido numa das mais ricas costas piscatórias da ilha de São Nicolau e do país. No entanto, a sua localização isolada, o difícil acesso e o abandono por parte das autoridades políticas têm prejudicado o seu desenvolvimento, ditando o seu visível empobrecimento, conforme diz o pescador e vice-presidente da Associação para Desenvolvimento da Comunidade de Carrical, Manuel do Rosário.

“O mau estado da estrada im-

pede-nos de transportar o nosso peixe atempadamente, por isso temos problemas com a sua conservação. Quando chove andamos praticamente na lama, passamos três a quatro dias isolados, e com isso os nossos produtos acabam também por se estragar ou chegam ao mercado com pouca qualidade, visto que não temos uma máquina de produzir gelo”, afirma.

Rosário junta que tem vindo a levar os referidos problemas para o conhecimento da autarquia e outras entidades, de modo a resol-



Estrada Carriçal

vê-los, mas sem sucesso. Serviços de saúde, educação e iluminação são outras dificuldades que persistem na localidade, conforme conta o nosso entrevistado.

“Praticamente todas as famílias do Carriçal vivem da pesca, e por isso, na minha opinião, deve-se investir neste sector e no meio de transporte para que possamos garantir a nossa subsistência”, acrescenta na sua descrição.

“No posto de saúde nem se consegue realizar um bom curativo. Por vezes, recebemos a visita de um médico ou enfermeiro, mas é muito pouco. Nós aqui utilizamos a energia solar e há vários problemas com isso, porque nos dias que não há sol ficamos sem electricidade e temos de utilizar um gerador que está diante de um jardim infantil e o barulho perturba as crianças”.

Para este município, a falta de oportunidades para os jovens é outro grande problema enfrentado pelas gentes do Carriçal, o que tem levado os mais novos a procurarem a vida fora da localidade.

É o caso de Ivan Brito, 23 anos, nascido e criado no Carriçal, hoje a viver na cidade da Ribeira Brava. “No Carriçal não havia nada pra mim e nem para os outros jovens. Mas sempre vou ao Carriçal, porque tenho lá os meus parentes, vejo os problemas que enfrentamos e a falta de emprego que faz com que a população jovem acabe por sair da comunidade. Por isso queremos saber quando é que começam a cumprir as promessas feitas à nossa comunidade e à nossa gente”, questiona Ivan.

Diante de todos esses problemas e do não cumprimento das promessas por parte da actual Câ-

mara Municipal, do MpD e presidida por José Martins, os municípios começaram a partilhar nas redes sociais as promessas feitas nas últimas eleições autárquicas, em Outubro passado.

O emigrante Adino do Rosário diz ter enviado uma mensagem a José Martins, mensagem essa que o A NAÇÃO teve acesso, e diz que foi tratado de forma “desrespeitosa”, algo que considera “aquém do comportamento esperado de um governante”, ainda por cima de uma ilha como São Nicolau.

“Eu, como um filho do Carriçal, tenho o dever de zelar pelo bem-estar da minha comunidade; ao enviar a mensagem ao presidente queria perceber o porquê de oito meses depois das promessas ainda nada foi feito na nossa zona. Com isso quis expressar o descontentamento da nossa população que tem medo de pedir ou exigir por receio de retaliações”, explica Adino.

“Mas fui recebido com desrespeito e desdém, foi-me dito para eu ir ‘cuidar da minha vida’. Como emigrante, interpreto essa resposta como uma tentativa de me calar e intimidar todo e qualquer cidadão que quer reivindicar um Carriçal melhor”, assevera.

Emigrante na França, há sete anos, o nosso entrevistado diz que se sente destrutado com o ocorrido. “Nós os emigrantes não temos voz?”, pergunta, indignado. “O nosso papel é apenas enviar dinheiro e investir, mas não podemos falar sobre os problemas que assolam a nossa comunidade? Quando começamos a cobrar e exigir eles nos mandam calar a boca, como aconteceu comigo?”...

Adino do Rosário diz que a falta de acesso a Carriçal impede

os emigrantes de investirem na sua terra natal. “Eu saí do Carriçal para formar-me e fiquei a viver e trabalhar no estrangeiro porque, na minha zona natal, eu não tinha oportunidades. Agora que posso, eu e outros emigrantes queremos investir no Carriçal, mas não nos sentimos seguros, uma vez que a condição da estrada não é viável. Muitos acabam por investir no Tarrafal e até noutras ilhas que dão mais garantias, como é o meu caso”, confessa.

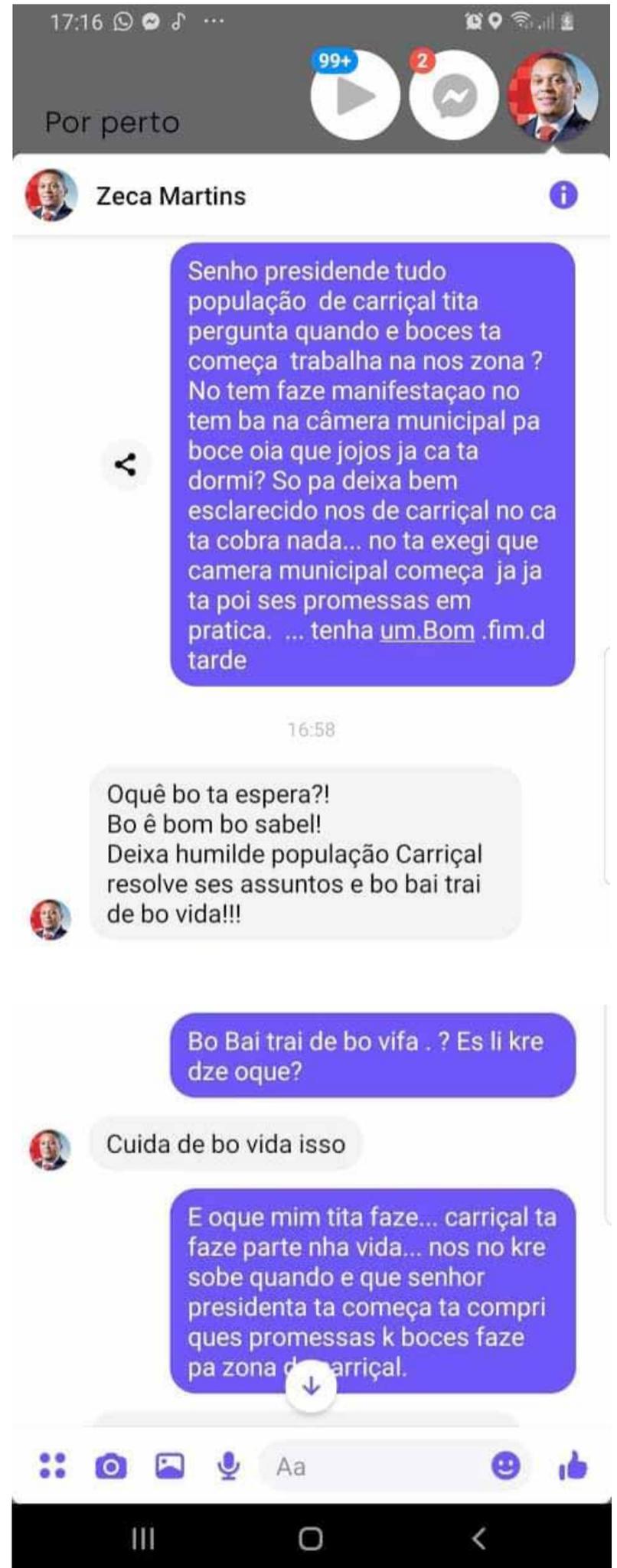
### Promessas feitas

Durante a campanha eleitoral, o candidato do MpD à Câmara Municipal de Ribeira Brava prometeu concluir a estrada do Carriçal, bem como adquirir uma embarcação de pesca semi-industrial, introdução de sistemas eólicos, restauração do edifício da antiga Peixel (fábrica de conservas).

A lista de promessas incluiu também a melhoria do arrastador e construção de cacifes para os pescadores, além da construção de uma unidade de produção de gelo, conservação e transformação do pescado, requalificação da praia do Carriçal e construção de um espaço de restauração, o apoio na reconstrução de habitações, moradias sociais e casas de banho, etc.

### Silêncio de Martins

De acordo com as fontes do A NAÇÃO, nenhuma dessas promessas para o Carriçal foi sequer iniciada pelo executivo de José Martins. Este, apesar dos vários esforços do A NAÇÃO, mostrou-se indisponível para falar com este jornal.



# Fundação Sima Júlia vai criar rede de voluntários comunitários de apoio aos idosos



A Fundação Sima Júlia vai criar uma rede de voluntários comunitários de apoio aos idosos cujo objetivo é, juntamente com a família, dar uma melhor assistência aos mais vividos. Esta iniciativa foi anunciada durante a primeira jornada de reflexão sobre “Violência silenciosa contra a pessoa idosa” promovida pela Fundação Sima Júlia, em parceria com a Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos e o ICIEG, por ocasião do “Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”, assinalado a 15 de junho.



Teresa Mascarenhas



Carlos Vasconcelos

Miriam Pires

**P**ara a Fundação Sima Júlia o idoso é um património e alguém que já viveu muitas experiências e que carrega consigo a cultura nacional.

Para conscientizar a sociedade cabo-verdiana sobre a problemática dos idosos, particularmente, da violência que sofrem sem que ninguém dê por isso, a Fundação Sima Júlia vem trabalhando a fim de proporcionar uma velhice digna aos homens e mulheres que muitas vezes, no anonimato, deram o seu contributo para o país.

## Criação de rede de cuidadores de idosos

A presidente desta fundação, Teresa Mascarenhas, realça a im-

portância de munir cada comunidade de uma rede de cuidadores.

“Os idosos são pessoas que já fizeram tudo e esperam que na sua fase final de vida possam receber mais respeito, mais amor e mais carinho de pessoas mais jovens. Este é o nosso objetivo: continuar a trabalhar e criar uma rede de voluntários comunitários que possam estar próximos dos idosos e das famílias da sua comunidade”, afirma a presidente.

Durante a reflexão realizada no Município de São Lourenço dos Órgãos foram destacados alguns dos tipos de violência contra a pessoa idosa, nomeadamente psicológicas, emocionais, patrimoniais e físicas, a maioria dos quais ocorre no

seio familiar de forma velada e muitas vezes inconsciente.

## Informar e sensibilizar as famílias

Neste sentido, Teresa Mascarenhas defende que é necessário empoderar as famílias para que possam dar um tratamento adequado aos seus idosos.

“Muitas vezes, os idosos não querem fazer a queixa e nem as famílias percebem que esse tipo de comportamento é violência. Por isso, queremos empoderar as famílias para que possam perceber que um determinado comportamento como o não dar ao idoso o remédio na hora certa, e a falta de higiene

pessoal e de convívio com os familiares são tipos de violência”, justificou Mascarenhas.

Uma outra situação de violência é o isolamento que os idosos sofrem visto que os familiares acabam por deixá-los sozinhos em casa para irem trabalhar. Com a pandemia esta situação veio a agravar-se devido ao distanciamento físico por prevenção e proteção contra a Covid-19.

“Nesse tempo de Covid-19 fala-se muito de distanciamento, mas distanciamento não é isolamento. Portanto, podemos distanciar sim e obedecer as medidas exigidas pelas autoridades de saúde, mas também devemos aproximar mais dos idosos porque é nestes momen-

tos que mais precisam do nosso apoio”, defendeu Teresa Mascarenhas, realçando que a Fundação Sima Júlia tem estado a trabalhar para mostrar que distanciamento não deve ser confundido com isolamento.

## Apoio da Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos

A preocupação com os idosos também é partilhada pela Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos (SLO), que nas palavras do seu edil, Carlos Vasconcelos, mostra-se ciente da situação no município e da necessidade de traçar estratégias para estar mais próxima dos idosos.



Rosana Almeida



Ernestina Pereira

“A nossa Câmara Municipal, em parceria com o Ministério da Família conta, neste momento, com três cuidadores de idosos que se deslocam às casas das famílias mais vulneráveis com idosos para que estes tenham um tratamento especial em termos de saúde, higiene pessoal e até mesmo em termos de consultas de rotina”, anunciou o edil de SLO.

Carlos Vasconcelos, destacou a importância de manter a população informada e sensibilizada para combater a violência contra os idosos, pelo que defendeu a realização de palestras e eventos com foco nos idosos.

### ICIEG vai distribuir kits aos cuidadores de idosos

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) diz ser preocupante a violência silenciosa contra o idoso no seio familiar.

Rosana Almeida, presidente desta instituição, considera que esse tipo de violência é um dos mais difíceis de combater devido à sua naturalização.

“Estudos já mostram que a violência silenciosa contra o idoso é elevada e é uma das lutas mais difíceis de combater. A sociedade, tal como está estereotipada, não permite que se faça uma abordagem directa. É preciso saber que tipo de abordagem fazer.

Por outro lado, é importante desconstruir todos os estereótipos para chegarmos à conclusão de que é preciso combater esse fenómeno. É uma situação preocupante pela forma como a própria sociedade está estruturada ou ainda porque os próprios idosos encaram a violência com naturalidade”, explicou Rosana Almeida.

Ter mais cuidadores é uma estratégia que o ICIEG vê como eficaz no combate a este tipo de vio-

lência. Por isso, esta instituição pretende distribuir kits a mulheres desempregadas que, além de garantirem o autoemprego, vão também proporcionar uma velhice digna.

“Temos kits que o ICIEG está pronto para distribuir em todo Cabo Verde e que vamos dar a cada cuidador para que possam montar as suas empresas que cuidam dos nossos idosos.

Se nós tivemos pessoas que cuidaram de nós e que nos tornaram homens e mulheres, a sociedade cabo-verdiana demanda que também cuidemos de quem precisa de cuidados e cabe-nos dar uma kit às mulheres desempregadas para poderem ajudar os idosos, fazendo o atendimento nos seus próprios lares”.

Uma iniciativa que Rosana Almeida considera ser uma forma de proporcionar um trabalho digno para mulheres e dignidade de vida para idosos.

## Fundação Sima Júlia

Inspirada na figura de Maria Júlia, uma activista social de São Lourenço dos Órgãos (SLO), a fundação Sima Júlia foi criada em 2018, entretanto oficializada em 2019. Esta Organização Não Governamental (ONG) apoia pessoas vulneráveis das comunidades de São Lourenço dos Órgãos, desde crianças em situação de risco, portadores de deficiência e idosos.

Apesar de o seu foco ainda ser a comunidade de SLO, esta fundação ambiciona expandir-se para outros municípios e, também, passar a ter um carácter internacional.

Como projectos futuros, a presidente desta fundação elege a criação de um centro de dia para acolher idosos e onde também serão realizadas várias actividades. A fundação conta fazer atendimentos domiciliários aos idosos acamados, mas Teresa Mascare-

nhas aponta dificuldades financeiras como o principal empecilho aos objetivos desta organização.

Actualmente, a Fundação Sima Júlia conta com 60 voluntários. Entre eles está Ernestina Pereira, uma voluntária comunitária de Boca Larga que afirma ser um prazer cuidar daqueles que um dia cuidaram de “nós”.

“É um trabalho muito importante porque os idosos são pessoas que cuidaram de nós quando criança. Por isso, agora nós é que temos de cuidar deles. Acho que é um trabalho muito gratificante”, afirma a voluntária.

Com muito amor e carinho, acompanhado de muita paciência e dedicação, os voluntários comunitários da fundação Sima Júlia cuidam dos idosos proporcionando-lhes melhores condições de vida.

MP



Maria Júlia





João Serra\*

Cabo Verde perante os desafios do “Triângulo Mágico”:

# Crescimento Económico, Criação de Emprego e Redução da Pobreza (1)

Esta é a primeira parte de um de artigo de duas partes que o autor pretende publicar, neste jornal, sobre os enormes desafios que Cabo Verde tem pela frente no que diz respeito à consecução, desejavelmente em simultâneo, destes três objetivos: (i) crescimento económico; (ii) criação de emprego; e (iii) redução da pobreza. Tendo em conta que, ao longo da História, nem sempre isso aconteceu de forma holística, optei por chamá-lo de triângulo mágico, de modo a realçar a enorme complexidade da sua resolução.

Esta parte do artigo incide-se, basicamente, sobre as perspetivas da recuperação económica da atual crise pandémica e sobre os eixos capazes de orientar o esforço de modernização do nosso sistema económico e de recentragem do modelo económico para uma maior diversificação de setores potencialmente indutores do crescimento da economia nacional e, subsequentemente, da criação de emprego. Na segunda parte, abordar-se-á a questão do desemprego e da pobreza.

## O desafio do crescimento ECONÓMICO e da CRIAÇÃO de emprego

No fim de 2019, uma pandemia, como não se via há mais de 100 anos, atingiu o mundo e obrigou ao fechamento das economias, causando recessões globais sem precedentes históricos. Em vez de políticas de austeridade, quase todos os países do mundo, particularmente os mais desenvolvidos e ricos, puseram-se de acordo que é preciso salvar as economias, injetando, direta e indiretamente e praticamente sem condições, todo o dinheiro possível para a reanimação das atividades económicas. Simultaneamente, implementaram uma panóplia de medidas de natureza social visando proteger os rendimentos das famílias e proporcionar recursos financeiros às camadas de população mais pobres e vulneráveis.

Cabo Verde não fugiu à regra. Pôs em prática um conjunto de medidas para conter e mitigar os impactos económicos e sociais da pandemia como, por exemplo,

o adiamento do pagamento de impostos, a concessão de isenções fiscais, a concessão de créditos e garantias a pequenas empresas, o reforço das transferências monetárias para as famílias mais vulneráveis e a implementação de políticas de “lay-off” e de moratórias públicas.

Entretanto, em resultado da pandemia provocada pela Covid-19 e do seu efeito negativo extraordinário, Cabo Verde vive, atualmente, uma das mais profundas crises económicas e sociais da sua história. Segundo indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia cabo-verdiana sofreu uma recessão histórica equivalente a 14,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 – uma das maiores reduções na África Subsaariana –, invertendo os progressos na redução de pobreza alcançados nos últimos anos e colocando cerca de 100 mil pessoas na pobreza temporária. Perdeu-se, nesse ano, um total de 19.718 empregos e a taxa de desemprego aumentou para 14,5%; não tendo sido maior por causa das já referidas medidas de “lay-off”. O défice orçamental aumentou substancialmente para absorver o choque e os ganhos obtidos na redução da dívida foram apagados, tendo o “stock” da dívida pública do país, medido em relação ao PIB, aumentado para o valor histórico de 154,9% (dados do Governo), estando Cabo Verde classificado como um país com elevado nível de risco de sobre-endividamento (“high risk of debt distress”, no original em inglês).

Outrossim, teme-se uma situação de dificuldades financeiras de empresas e de famílias, principalmente quando a moratória pública terminar. Isto pode pesar sobre o investimento e o consumo e, consequentemente, a oferta de crédito, aumentando os créditos malparados, já de si elevados à luz dos padrões internacionais, o que pode criar problemas financeiros à banca nacional.

Igualmente, o aumento dos passivos contingentes, por causa do grande uso de garantias do Estado, pode representar um problema para os desenvolvimentos orçamentais futuros, constituindo, assim, um risco orçamental com alguma relevância.

Em suma: Por causa da crise económica provocada pela pandemia de Covid-19, Cabo Verde ficou, em 2020, mais pobre do que era em 2016 e as famílias cabo-verdianas empobreceram, em média e em termos reais, ao ritmo de 1,5% por ano, entre 2016 e 2020, por um lado.

Por outro, a crise expôs algumas vulnerabilidades de um pequeno Estado insular em desenvolvimento, dependente de um modelo de crescimento caracterizado por uma forte dependência do turismo que, antes da pandemia, representava cerca de 25% do PIB. Assim, um ano e meio depois do início da pandemia, julgo que é consensual que estamos a viver uma crise estrutural com impactos significativos na economia e na vida de cada um de nós.

A recuperação da economia cabo-verdiana depende, sobretudo, da capacidade de contenção da pandemia a nível interno e nos principais parceiros comerciais, devido à elevada dependência de Cabo Verde face ao turismo e à situação económica destes parceiros. Assim sendo, é fulcral que se acelere o processo de vacinação de toda a população elegível. Embora ainda esteja por provar a percentagem a partir da qual a imunidade de grupo se torna possível, é evidente que quanto mais Cabo Verde se aproximar da taxa de vacinação dos seus principais parceiros económicos, melhor será para atrairmos mais turistas, mas também investimento direto estrangeiro (IDE), tão necessário para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana e para reinventar e recentrar o nosso tecido empresarial.

A crise económica originada pela pandemia de Covid-19 não é uma crise económica provocada inicialmente por desequilíbrios nos indicadores económicos. Também não teve origem no sistema financeiro como consequência de um setor bancário excessivamente alavancado, como aconteceu com a crise financeira mundial de 2007/2008. Ou seja, a atual recessão é em grande parte exógena, uma vez que a pandemia de Covid-19 fez parar a economia global. Neste sentido, é semelhante a uma guerra, na qual a atividade económica quotidiana fica paralisada e toda a atenção está concentrada na sobrevivência à ameaça externa. Uma vez terminada a “guerra”, a economia, em princípio, deverá normalizar-se rapidamente à medida que a ameaça desaparece.

Não sendo uma crise provocada por causas endógenas ou geradas internamente, na perspetiva de alguns especialistas, as probabilidades de recuperação são melhores do que eram há cerca de 10 anos aquando da já referida crise financeira internacional. Esses especialistas preveem que a recuperação poderá levar entre 2 a 6 anos, em função da profun-

didade da recessão e do ritmo de crescimento económico que cada país conseguir imprimir pós-pandemia.

Por exemplo, em Portugal, apesar da retoma estar em curso e dever ganhar força neste ano e no próximo, a riqueza por pessoa (PIB per capita) vai demorar quase 3 anos a ser reposta nos níveis pré-pandemia, segundo indica um novo estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). No caso da retoma do emprego, Portugal não consegue recuperar totalmente e vai precisar de mais tempo, sobretudo porque a economia é “altamente dependente” do turismo, assinala a OCDE.

Por seu turno, as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a África subsaariana, onde Cabo Verde geograficamente está inserido, dizem que a pandemia vai provocar um recuo de 10 anos em termos de PIB per capita. Isto significa que uma estratégia de recuperação forte será crítica.

Entretanto, o tempo já decorrido de crise sanitária provocou desequilíbrios nos indicadores económicos que estão a gerar uma crise económica específica, com uma dinâmica própria que se desenvolve simultaneamente, mas em interdependência com a crise sanitária.

Ademais, é de esperar que a recessão mais profunda de que há memória tenha um impacto duradouro e que a Covid-19 irá deixar cicatrizes na economia de cada país e na economia mundial. Assim sendo, não se voltará ao que era antes. Pois, formou-se uma descontinuidade, e o que interessa analisar é o que os diversos agentes, políticos e sociais, internos e externos, vão tentar fazer com o vazio que a descontinuidade abriu. Seria desejável, caso esta oportunidade fosse aproveitada para a construção de um mundo muito melhor daquele que existia antes da eclosão da pandemia – mais resiliente, mais inclusivo, mais verde, mais cooperativo e mais justo.

Não é possível saber quando termina a crise sanitária. Apesar disso, espera-se que a economia global se reforce significativamente no final deste ano, à medida que o confinamento e as restrições forem levantados. O distanciamento social e o uso de máscaras faciais deverão permanecer, mas a reabertura do setor dos serviços deverá originar um forte crescimento do PIB. Segundo o relatório “Global Economic Prospects” do Banco Mundial (BM), divulgado no dia 08 de junho corrente, a economia mundial deverá crescer

5,6% este ano, a maior subida após uma recessão nas últimas oito décadas. A instituição alerta, no entanto, para a grande divergência entre os países, notando que muitas das economias emergentes e em vias de desenvolvimento continuam a lutar contra a pandemia da Covid-19 e o seu impacto económico.

As previsões do BM traduzem uma revisão em alta de 1,5 pontos percentuais face aos 4,1% de crescimento estimado em janeiro deste ano. Esta melhoria reflete sobretudo uma retoma mais robusta das economias mais desenvolvidas, em particular dos EUA, que deverão crescer 6,8% em 2021 em vez dos 3,5% anteriormente previstos. Já a China deverá registar uma expansão económica de 8,5%, mais 0,6 pontos percentuais do que as previsões de janeiro. A Zona Euro, o principal parceiro económico de Cabo Verde, deverá findar este ano com um crescimento de 4,2%, acima dos 3,6% previstos em janeiro.

O relatório sublinha que, apesar do crescimento de 5,6%, o PIB mundial ainda ficará cerca de 2% abaixo dos níveis pré-pandemia, de 2019. “Apesar de haver sinais bem-vindos de uma recuperação global, a pandemia continua a agravar a pobreza e desigualdade nas populações dos países em desenvolvimento”, afirmou David Malpass, presidente do World Bank Group. Neste quadro, “é essencial que haja esforços coordenados globais para acelerar a distribuição de vacinas e alívio da dívida, particularmente dos países de baixos rendimentos”, reforçou.

Assim, pode-se dizer que os dados, até agora existentes, sugerem que as perspetivas de um regresso às taxas de crescimento normais parecem promissoras, dada a recuperação relativamente rápida da economia global, a ausência de grandes desequilíbrios e a retoma do investimento. No entanto, o aumento da dívida pública pode pôr isto em causa e devemos ser particularmente cautelosos se, por causa disso, os decisores políticos decidirem retomar o caminho da austeridade e reprimir a economia como muitos países fizeram após a crise financeira internacional de 2007/2008.

Como atrás referido, a economia cabo-verdiana está inevitavelmente muito dependente dos mercados e economias externas. Em decorrência, o grande desafio que Cabo Verde tem será o da maior competitividade e valor acrescentado da sua economia, tirando proveito dos fatores críticos e das vantagens competitivas

a que o país pode recorrer. Só assim conseguiremos um modelo sustentável de criação de riqueza e, com o tempo, eventualmente vencer a “armadilha do rendimento médio baixo” em que o país se encontra.

Porém, a baixa produtividade das empresas cabo-verdianas, a falta de competitividade do país a nível internacional, a pesada dívida pública que condiciona os investimentos em infraestruturas e outros fatores essenciais à diversificação e dinamização da economia, ou a necessidade de disciplina orçamental são desafios que a economia nacional enfrenta há vários anos. Por causa disso, será necessário foco na disciplina orçamental, encetar reformas estruturais (educação, custos de contexto, regulação, fiscalidade e justiça) que promovam a competitividade da nossa economia e a atração de mais investimento estrangeiro, por um lado.

Por outro lado – e isto é ainda mais importante –, a natureza da atual crise torna inevitável que Cabo Verde recorra a recursos financeiros que estão muito para além do que são os recursos gerados pelo próprio país e que implicam uma acumulação de dívida que não pode ser resolvida pelo Estado. Por outras palavras: a resposta à crise pressupõe a mobilização de avultados recursos financeiros, de preferência, com um efeito direto marginal sobre a despesa pública e sobre a situação orçamental. Daí, conforme abordado num outro artigo meu, o apelo à comunidade internacional que aumente a ajuda a Cabo Verde com fundos adequados, de forma a que se crie um espaço orçamental suficiente para que o país possa adotar as medidas de política que se impõe.

A aposta na competitividade, em inovação e na digitalização da economia é uma necessidade premente que pode ser atrasada ou dificultada por estas barreiras, barreiras essas que, forçosamente, terão que ser removidas para o país conseguir atrair investimento privado, sobretudo IDE de que tanto necessita para a criação de riqueza e geração de emprego.

Compete principalmente ao Governo criar as vantagens competitivas estruturais, bem como outros fatores, nomeadamente a produtividade, que promovam a competitividade, pois, desde o momento em que Michael Porter escreveu “A Vantagem Competitiva das Nações”, o paradigma deixou de ser o da visão de há 50 anos de David Ricardo e da sua teoria das Vantagens Comparativas.

Sendo Cabo Verde competitivo, o in-

vestidor estrangeiro, na hora da decisão, pode optar pelo nosso país. Vale, no entanto, referir que a simples disponibilidade de fatores indutores de vantagens competitivas não basta para explicar o sucesso competitivo, existindo muitos países com alguma reserva de fatores atraentes, mas que, no entanto, raras vezes ou nunca foram usados para a atração do IDE.

As vantagens competitivas referem-se tanto a fatores produtivos, designadamente os recursos humanos, o conhecimento, o capital ou os recursos físicos, como também a infraestruturas. Dentre esses fatores, aquilo em que os investidores mais colocam o seu foco depende do tipo e da natureza do empreendimento a ser desenvolvido. Seja como for, dificilmente se pode atrair IDE se o país não proporcionar:

Infraestruturas de qualidade – um bom sistema de transportes que ajude a colocar a sua produção rapidamente nos países de exportação;

Um sistema de comunicações eficiente;

Um sistema de financeiro moderno em que os pagamentos ou transferências de fundos sejam imediatos;

Um sistema de saúde eficaz;

Custos energéticos baixos e competitivos;

Um sistema judicial célere e eficiente;

Um sistema fiscal que garanta estabilidade (pelo menos) a 10 anos;

Um sistema de segurança que assegure a tranquilidade do investidor; e

Instituições culturais e um parque habitacional de bom nível, que afetem positivamente a qualidade de vida dos que vêm com o projeto, no sentido de se apresentar como um lugar agradável para viver e trabalhar.

Tal qual referido num dos artigos meus anteriores, para Cabo Verde importa, sobretudo, aproveitar a crise como uma oportunidade para a realização de reformas estruturais na sua economia que induzam a um movimento de modernização, inovação e de crescente competitividade, com efeitos multiplicadores que se farão sentir a prazo.

Se a atual crise está a empurrar para uma certa “desglobalização”, ao mesmo tempo, a Covid-19 representa um desafio e uma alavanca para a globalização digital e a transformação digital das economias. Com efeito, particularmente ao longo do último ano, o digital assumiu uma dimensão sem precedentes em áreas como o teletrabalho, o ensino à distância, o comércio eletrónico, as consul-

tas “online”, o entretenimento e os contactos sociais possíveis. No essencial, são as novas tecnologias digitais que fomentam a globalização digital no século XXI, na medida em que aceleram e aumentam os fluxos de dados e informação em torno do mundo, permitindo, através das plataformas digitais, a participação de mais países e empresas mais pequenas.

À digitalização da economia estão associadas transformações disruptivas a vários níveis: modelos de negócio, modelos operativos e modelos de relacionamento com o cliente. Considera-se que estas transformações trarão oportunidades únicas para as empresas, desde que estas tenham as condições internas e contextuais para poderem reconhecer oportunidades e investir corretamente: por um lado, de se posicionarem como pioneiros na economia do futuro e, por outro lado, de beneficiarem de novas ofertas e captar novos mercados. Acresce que, adicionalmente, a transformação digital da economia trará grandes benefícios que aumentam a produtividade. Caso devidamente capitalizados, esses benefícios colocarão as empresas cabo-verdianas em posições competitivas mais vantajosas em relação ao exterior.

Cabo Verde tem também a necessidade de uma efetiva industrialização e de uma política de aprovisionamento para que deixemos de estar demasiado dependentes de importações e de cadeias de valor tão extensas, onde os riscos de disrupção são enormes. É necessário, por isso, recuperar maior autonomia, diversificando as fontes de produção e de abastecimento. Neste quadro, urgem mudanças estratégicas no tecido económico, com investimento nas indústrias e serviços, nomeadamente ligados à transformação energética, ao digital, e ao mar para que seja possível criar emprego decente e de futuro para jovens qualificados, bem como produtos de valor acrescentado e tecnologias para exportar. De igual modo, a transformação do setor de agricultura deve, também, ser um dos focos da dinâmica de investimento para se ter uma economia consolidada, que cresça de forma harmoniosa, reduza a importação e promova a exportação.

Sendo o principal setor de atividade económica e um dos setores mais afetados pela crise, o turismo necessita de ter um plano específico, com medidas de curto, médio e de longo prazo, visando, por um lado, a sua retoma o mais depressa possível e, por outro lado, torná-lo mais diversificado, sustentável, mais inclusivo e mais responsável ao nível social, eco-

nómico e ambiental. No que diz respeito à diversificação, Cabo Verde tem condições potenciais para o desenvolvimento do turismo de saúde, turismo de natureza, turismo de jogo, turismo cultural, turismo associado a eventos desportivos, etc. Devemos ser ambiciosos no que toca ao setor do turismo e cumprir-nos ter os instrumentos financeiros e outros para corporizar esta ambição.

Para superar de forma qualitativamente melhor os efeitos da atual crise, através de um crescimento económico sustentável e inclusivo, Cabo Verde tem de ultrapassar os seus principais problemas estruturais e se abrir, cada vez mais, ao mundo. Para o efeito, o país tem, por um lado, que superar de forma determinada os constrangimentos à sua competitividade e à sua atratividade, designadamente as carências de qualificações, de competências específicas, de suporte tecnológico, de coesão social e territorial, de ordenamento, de informalidade e de contexto jurídico e administrativo. Por outro lado, tem que mobilizar a confiança dos agentes e criar as condições necessárias para atrair o investimento privado, nacional e estrangeiro. Isso passa pela valorização integrada dos fatores diferenciadores de referência em que Cabo Verde dispõe de vantagens comparativas estruturantes, bem como das características diferenciadoras positivas do seu capital intelectual, designadamente da identidade multicultural, da flexibilidade adaptativa e da capacidade relacional dos cabo-verdianos.

Os fatores diferenciadores de referência, entendidos em sentido lato, são os seguintes: Primeiro, o Oceano, oportunidade para colocar Cabo Verde no centro numa rede económica de criação de valor associada ao mar. Segundo, a Localização Geográfica, oportunidade para colocar Cabo Verde no centro numa rede económica de criação de valor associada à localização, com destaque para as relações de interface com o mar e intercontinentais, à logística e aos recursos naturais e paisagísticos. Terceiro, a Cultura, oportunidade para colocar Cabo Verde no centro numa rede económica de criação de valor associada à matriz cultural.

A aposta em fatores diferenciadores de referência é uma linha de resposta com elevado potencial, quer pelo impulso de integração e criação de dimensão crítica para o funcionamento dos mercados de proximidade e para os processos de internacionalização que dela resulta, quer pela introdução de fatores de imagem e posicionamento que permitem re-

duzir o peso do fator custo na exploração das oportunidades de mercado.

Colocar Cabo Verde como um país capaz de competir economicamente à escala global, garantindo em simultâneo a coesão social e a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, implica que os processos e as atividades económicas nele desenvolvidas, para além de incorporarem elevados níveis de inovação, conhecimento, qualificação, tecnologia e capacidade de gestão, possam beneficiar do suplemento de valor que resulta da sua associação aos fatores diferenciadores.

Cabo Verde detém uma vasta Zona Económica Exclusiva, situada num eixo estruturante da rede global de fluxos de mercadorias e matérias-primas. O Oceano constitui assim um espaço de oportunidades, para desenvolvimento de rotas comerciais capazes de alimentar atividades de logística no território, bem como o desenvolvimento dos novos negócios ligados ao Mar/Economia Azul, nomeadamente nos domínios do turismo, da energia, da biotecnologia e da aquacultura.

O efeito localização é também um fator determinante de valorização territorial. O Território, na sua diversidade, amenidade climática e beleza paisagística, constitui um fator de atratividade a explorar. Cabo Verde poderá ser uma plataforma atlântica, um centro logístico intercontinental para pessoas e mercadorias, um espaço de fixação de indústrias de alto valor acrescentado em setores tradicionais ou emergentes de que são exemplo o têxtil, o calçado, as energias renováveis ou a indústria agroalimentar. Poderá ser também um espaço de lazer e de organização de eventos com segurança e destino turístico global e especializado em nichos de oportunidade como o turismo desportivo, o turismo de montanha e o turismo sénior, como já mencionado.

Para que o aproveitamento dos fatores diferenciadores e das dinâmicas económicas de modernização possam ter um reflexo acrescido na criação de emprego é fundamental, preparar a população cabo-verdiana para os desafios da Sociedade do Conhecimento, elevando os seus níveis de competência através da instituição da aprendizagem ao longo da vida para todos, bem como numa aposta generalizada no desenvolvimento científico e tecnológico.

Praia, 14 de junho de 2021

\*(Doutor em Economia

OPINIÃO



Marciano Moreira

Ensaio

# Dia di Kriansa Afrikanu, 2021

Na 16-06-1976 la Soweto – África di Sul, milharis di kriansa negru sai na rua pa iziji studia na ses lingua maternu.

Ifetivamenti, un di kes palavra di orden di Soweto riots era “If we must do Afrikaans, Vorster must do Zulu” - konfiri titulu di fotus lisin: <https://tinyurl.com/y8ks3p92> o inda pajina 63 di livru “Desmond Tutu: A Biography” lisin: <https://tinyurl.com/ybxyxkvw> Na 1976, istu e, na okazion di Soweto riots: Vorster era Primeru-ministru di África di Sul; zulu e lingua di abitantis di Soweto; i afrikaans e kriolu ki Brankus Olandes (primerus kolonizador) ku Brankus Britaniku (sugundus kolonizador) kria la África di Sul.

Ta prova kel la, inda, distikus ki kes joven lisial sa ta lebaba na marxa, sima: I) “DO NOT WANT AFRIKAANS” i II) “TO HELL WITH AFRIKAANS” (konfiri fotu: <https://tinyurl.com/xxatcxek>).

Alguns ta fla ma prutestu era trokadu kualidadi inferior di ensinu di kriansas negru. Mas, kualidadi inferior di ensinu era, pa kes kriansa negru, di aprienson difisil ker trokadu kunhesimentus sientifiku nisariu pa nxerga es kualidadi inferior ker trokadu se kauza aparentimentu justu: kada skola na África di Sul era finansiadu diretamenti pa pai ku mai di kriansa na kel skola, kuza ki ta kriaba diferenza di kualidadi, pabia, trokadu apartheid, Brankus era

riku i Pretus, pobri.

Entritantu, diskriminason linguistiku era, pa kes manifestanti, non so di fasil aprienson, mas tanbe el inpodu pur lei a partir di 1974: enkaregadu di idukason di kriansas branku ta kontinuaba ta pode skodje ki materias ses kriansas ta studaba na ingles i ki materias es ta studaba na ses lingua maternu (afrikaans); enkuantu pa kriansas pretu, lei inpo afrikaans komu prinsipal lingua di ensinu, spesifikandu disciplinas ki era obrigatoriamenti nxinadu na afrikaans (ki ka era lingua maternu di kriansas pretu) i disciplinas ki era obrigatoriamenti nxinadu na ingles. Un diskriminason linguistiku ividenti i ki kes kriansa negru sa ta baba xinti na peli atraves di primerus izami di afrikaans na dia di manifestason (16-06-1976). Isu era revoltanti partikularmenti pa kes irreverenti joven lisial pretu (fonti: [sowetoupings.com](https://sowetoupings.com): The Events Leading To The Uprisings – odja se link: <https://tinyurl.com/ycevvv8>).

Kantu kes kriansa negru di África di Sul labanta mon pa fla ma es kre studia na ses lingua maternu, na África di Sul era Brankus rasista ki ta mandaba i diskaradamenti es ta maltratava Negrus di kel tera la.

Na kel epuka li na Kabu Verdi, nu sa ta prepararaba pa selebra 1º aniver-

sariu di nos Indipendensia. Indipendensia ki ka traze fin di violason di direitus di kriansas kabuverdianu di studia na ses lingua maternu.

45 anu dipos di matansa di un monti di kes kriansa ki sa ta manifestaba pa iziji studia na ses lingua maternu, kriansas kabuverdianu ten razon di sai na rua pa iziji es mesmu direitu, enbora dja ten 46 anu ki nu konkista nos Indipendensia.

UNESCO (ku bazi na studus ki el faze na prinsipiu di anus 50 di seku lu XX i ki el atualiza na 1º dekada di prizeniti sekulu) ta afirma ma suse su skolar ta midjora si mininu splikadu na se lingua maternu (konfiri: <https://tinyurl.com/7vjf5e3>). Risen timentu, PhD João Rosa, atraves di 6 mes di observasons na salas di aula di 3 ilha, rikonfirma es tezi trivial (konfiri se livru: “Discursos Linguísticos e Realidades nas Salas de Aulas – Vencendo a Luta pelo Controle”).

Nes jornal, dja N divulga un monti di avaliasons externu i internu ku provas ma speriencia pilotu di ensinu bilingi li na Kabu Verdi sa ta midjoraba apruveitamentu di alunus, inkluzivamenti na purtuges... Mas, ex-Ministra Rosabai rosa bai riba ensinu bilingi.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera



Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/05/2021	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
25/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
03/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
04/06/2021	Operação Monetária de Financiamento (2 Anos)	0,7500
08/06/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
11/06/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
15/06/2021	Operação Monetária de Financiamento (2 Anos)	0,7500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
07/05/2021	Bilhetes do Tesouro 360 dias	1,0000
13/05/2021	Obrigações do Tesouro 10 anos	3,0625
18/05/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	2,8750
21/05/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,9375
03/06/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	3,0000
11/06/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 16-06-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	90,967	91,169
INGLATERRA	GBP	1	127,840	128,143
CANADÁ	CAD	1	74,645	74,786
SUÍÇA	CHF	100	10 110,595	10 123,371
JAPÃO	JPY	100	82,668	82,795
DINAMARCA	DKK	100	1 481,469	1 484,158
NORUEGA	NOK	100	1 092,304	1 094,994
SUÉCIA	SEK	100	1 091,841	1 094,698
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,510	6,712
CHINA	CNY	100	1 422,737	1 422,737
BRASIL	BRL	1	17,960	17,960
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

## Prato cheio

### Salmão com molho de Mostarda

#### Ingredientes

- 4 postas ou lombos de salmão;
- 1/2 malagueta vermelha;
- 3 dentes de alho;
- 1 colher de chá de açúcar mascavado;
- 2 colheres de sopa de molho de soja;
- 3 colheres de sopa de vinagre de sidra;
- 1 colher de sopa de azeite;
- 1 colher de chá de mostarda dijon;
- 1 colher de sopa de sementes de sésamo;
- 2 colheres de sopa de coentros picados;

#### Modo de preparação

- 1- Coloque o salmão num recipiente com a malagueta limpa de sementes e cortada aos pedacinhos, e os dentes de alho picados.
  - 2- De seguida junte o açúcar, o molho de soja e o vinagre, e deixar a marinar uns 15 minutos.
  - 3- Depois aqueça o azeite numa frigideira anti-aderente e alourar o salmão escorrido, em lume médio a forte, durante 2 a 3 minutos de cada lado.
  - 4- Quando estiver pronto retira o salmão para o prato de servir, barra-lo com a mostarda e polvilhar com os coentros e sementes de sésamo. 5- E por fim Deite a marinada na frigideira, deixar ferver um pouco e verter sobre o salmão.
- Fonte: <http://docefimde semana.blogspot.com/>



## Caça-palavras

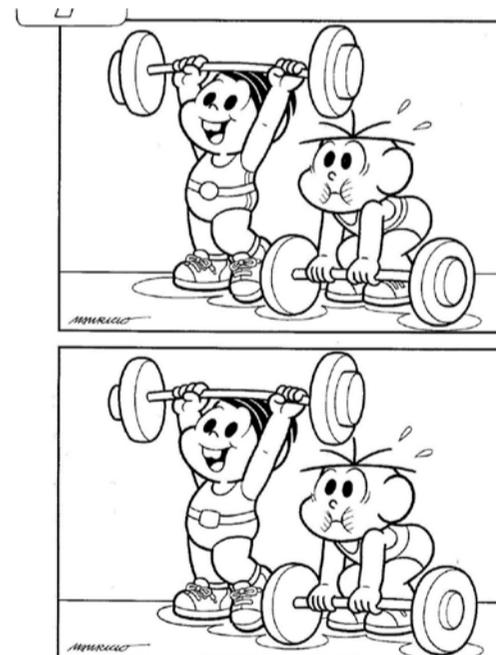
O ã o j o ã s s z c c z y v s l p f o r  
 c i y k k y s ã m j a b c ã e c p e s c  
 n b n x n é z o o r o m o q e y y s y a  
 e w v ó j r r p j j b j m z v p s y r p  
 r b z l t d s e t b o a u z f f e y i e  
 u u s h l n n d f s c r q o o r c u c t  
 o z z e u a a r é e c n g n g u d r w t  
 l b y o t o f o d a e k y e c x n u b p  
 o w o m n t a q t y h m o r z b x s w o  
 ã h a t r n u n g n f s c k d r j w a x v  
 s c i e m a a u i y a j d t r j o y c b  
 y b t i f s c i u o b s t u k v c g z e  
 u a c r d z l e f c ã u i z v k f o q r  
 t d r l u c p i q o x y q t x i v o s i  
 q b s c l s l w m p z u p x f f k f b l  
 j q c r f i a i q g b x u l k z k m e o  
 g l c n p p g c j g z i p c h g v w v g  
 b r b e q u u b h e z h n d e v b m t j  
 q h w u e n m a l i t k x i u f p z v j  
 z t b l f w a y x y j e q u e f i p i z

Encontre o nome de dez santos festeiros :

SOLUÇÕES:

SÃO LOURENÇO  
 SÃO JOÃO  
 SÃO FILIPE  
 SÃO JORGE  
 SÃO MIGUEL  
 SANTA CRUZ  
 SÃO JOSÉ  
 SANTO ANDRÉ  
 SÃO PEDRO  
 SANTO ANTONIO

## Sete diferenças



## Talento

**Edy Parker** prepara o lançamento do seu primeiro EP

Edmilson Varela Dias dos Santos, ou “Edy Parker”, como é carinhosamente conhecido, é um jovem artista natural da localidade da Achada Lém, no concelho de Santa Catarina, que encontrou na música a forma de expressar o que lhe vai na alma. Este jovem, que começou a cantar há cinco anos, já têm sete músicas gravadas dos quais cinco já foram lançadas. E no próximo sábado vai lançar o seu primeiro EP com 10 faixas musicais.

“O meu novo trabalho intitulado 356 Dias estará disponível em todas as plataformas digitais no dia 19 de Junho a partir das 17 ho-

ras de Cabo Verde. Trata-se de um trabalho que dei tudo de mim, por isso acredito que será aceite de uma forma magnífica. Até porque traz muitas surpresas. ‘Alma Milionário’, ‘Labanta bu Luta’, ‘Hoje tem Casamento’ e ‘Nha Destino’ são alguns dos temas.

Em conversa com A NAÇÃO, Edy revela que encontrou a música em casa. “Foi o meu primo que fazia parte do grupo Boys Unidos que me influenciou para música. Desculpam é o título da minha primeira música feita juntamente com o meu primo Helton Mendes que fazia parte do grupo VC (Verdadeiros Críticos), feat Leikeny Furtado.

Edy confessa que gosta de vários estilos

musicais, nomeadamente Hip Hop, RNB, Reggae, Drill. E, dentro destes estilos, já gravou temas como “Fidju de Pobre, Mama África, Tudo nha Culpa, Desculpam e Nós e Txada Lem.

O jovem artista assegura que procura sempre transmitir mensagens positivas nas suas músicas, retratando a realidade que vivemos no dia-a-dia. Faço música pelas crianças, adolescentes, adultos e idosos. Porque acredito que a música é uma arma que devemos usar para mudar as vidas das pessoas. Edy Parker revela ainda que está a terminar alguns duetos com artistas nacionais e internacionais.



## AGENDA CULTURAL

# “A Praia dos Amores Clandestinos” é a nova obra de Eurídice Monteiro

“A Praia dos Amores Clandestinos» é o mais novo livro da escritora Eurídice Monteiro. A obra é apresentada esta quinta-feira, 17, no auditório da Biblioteca Nacional da cidade da Praia. O livro integra o segundo volume da sua trilogia de romances, sendo que a primeira foi “A Ponte de Kayetona”, publicada em 2016.

Romice Monteiro

Editada pela Livraria Pedro Cardoso, este romance retrata, segundo a sua autora, uma pequena aldeia portuária do interior de Santiago, narrando histórias de amor e desamor, com personagens típicas do povo da ilha.

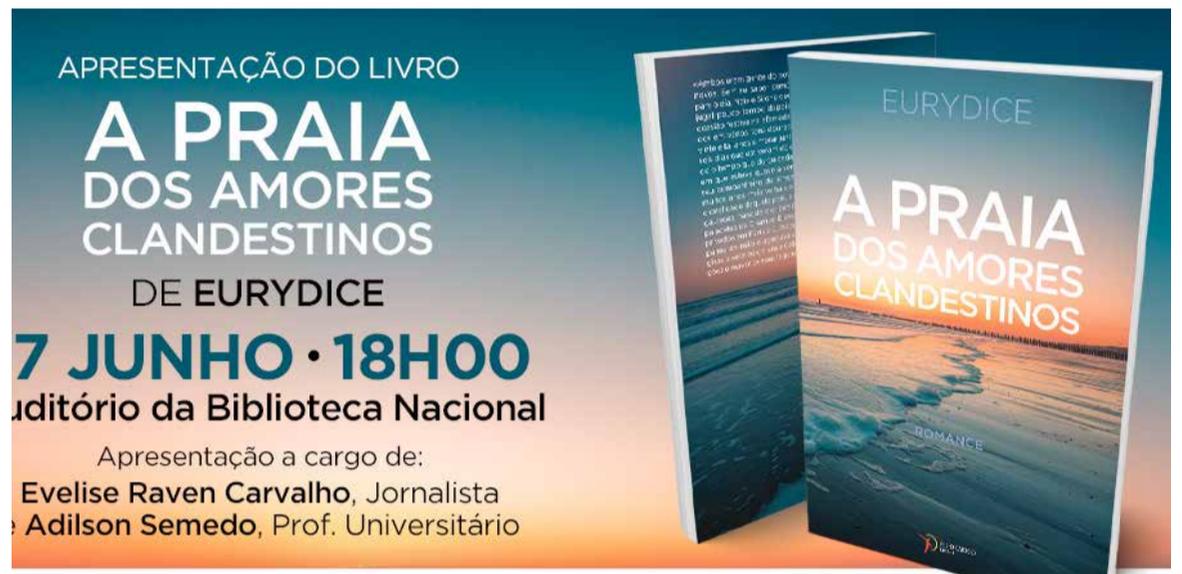
Em entrevista ao A NAÇÃO, Eurídice Monteiro avançou que “A Praia dos Amores Clandestinos” não tem um público-alvo definido, sendo uma narrativa para todos os amantes da leitura.

“É um romance para todas as idades e cheio de humor. É uma espécie de narrativa memorialística de um tempo que já passou e que pertenceu aos nossos ance-

trais”, revela a autora.

Para além do lançamento desta quinta-feira, na Praia, a escritora quer levar o livro a outros cantos do país. “Estão previstos mais dois lançamentos: terça-feira, 22 de Junho, 17h00, Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Novo (Santo Antão), no quadro das festas do município e uma sessão de leitura do romance em Mindelo (em São Vicente), sábado, 26 de Junho, 11h00, no Pátio Morguine, enquadrado no programa ‘Ler para Ser’. Haverá outras sessões de lançamento e de leitura ainda por agendar”, sublinha.

Tendo em conta que “A Praia



dos Amores Clandestinos” faz parte de uma trilogia de romances, sendo que a primeira foi “A Ponte de Kayetona”, publicada em 2016, a escritura avança conta, daqui a “alguns anos” apresentar o terceiro volume.

O lançamento da “A Praia dos Amores Clandestinos” está agendado para esta quinta-feira, 17, às 18 horas, na Biblioteca Nacional, a cargo da jornalista Evelise Carvalho e do professor Adilson Semedo.

### Sobre a autora

Eurídice Furtado Monteiro é natural do concelho de São Miguel, interior de Santiago. Doutorada pela Universidade de Coimbra, foi Presidente da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas, em Língua Portuguesa, e de entre outras funções é escritora e professora universitária.

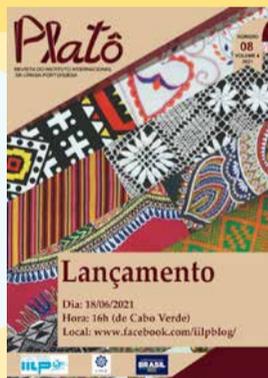
Para além de artigos científicos em revistas especializadas e em coletâneas, é autora dos livros “Mulheres, Democracia e Desafios Pós-co-

loniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde” lançada em 2009, “Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Género na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde” entre 2014 e 2015.

Em 2016, publicou “A Ponte de Kayetona”, o primeiro volume de uma trilogia de romance. Retoma a edição da sua trilogia, apresentando agora este que é o segundo volume: “A Praia dos Amores Clandestinos”.

## Acontece

- ▶ Lançamento do volume 4, nº 8, da Revista Platô, na plataforma Zoom, sexta-feira, 18, às 16h00.



- ▶ 9ª Edição do Festival Nacional de Teatro “Sal EnCena”, no Centro Cultural Santa Maria e Cine ASA, ilha do Sal até domingo, 20 de junho.



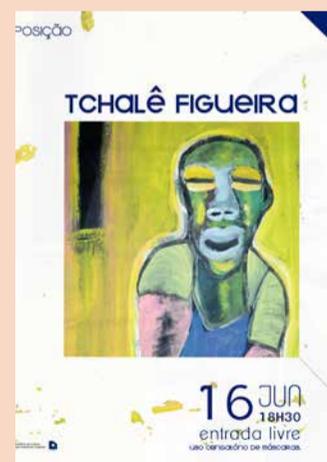
- ▶ Bino Branco, Ulisses Português, Adão Brito e Jorge Pimpa, no Quintal da Música, sábado, 19, às 20h30.



- ▶ “Triu di Fogo”, no Nice Kriola, Achada Santo António, Praia, sexta-feira, 18, às 20h00.



## Aconteceu...



- ▶ Exposição de “Alegoria do Retrato” de Tchalê Figueira no Centro Cultural do Mindelo, São Vicente, quarta-feira, 16, às 18h30.

# PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!  
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.  
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

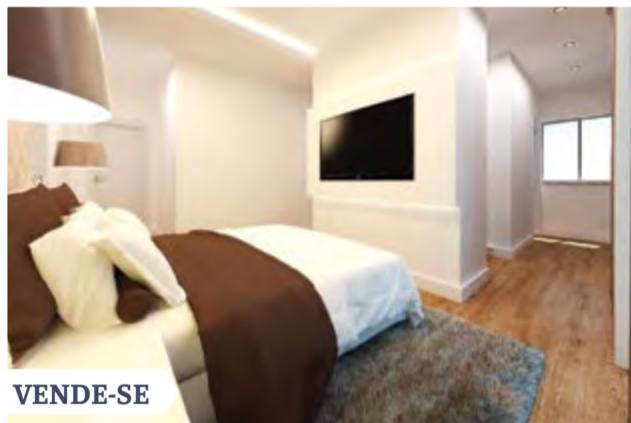
**ANUNCIE NO PPN!**



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2  
9,880,000 CVE



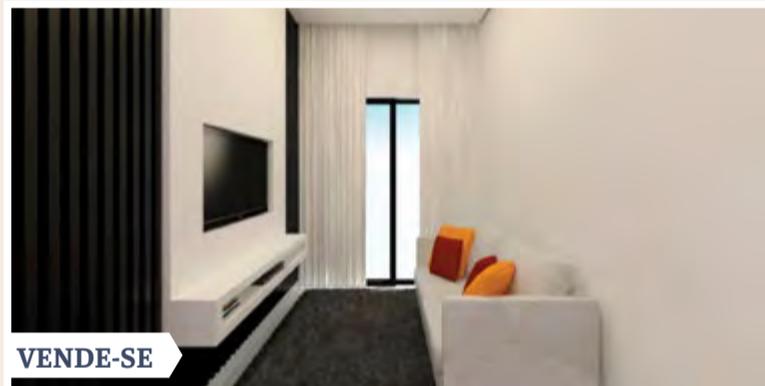
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2  
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2  
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,640,000 CVE

## EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

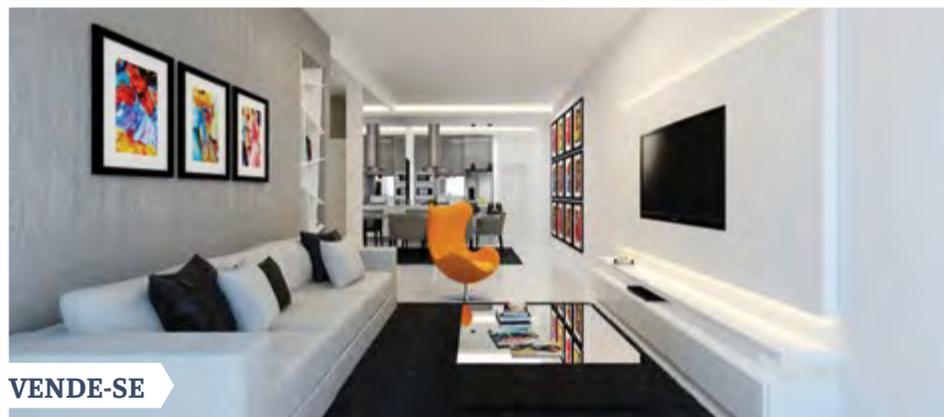
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo  
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2  
10,080,000 CVE



 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia  
 info@hrochasolucoes.cv  
 +238 985 16 89  
 www.hrochasolucoes.cv  
 HRocha Soluções



**VENDE-SE :**

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

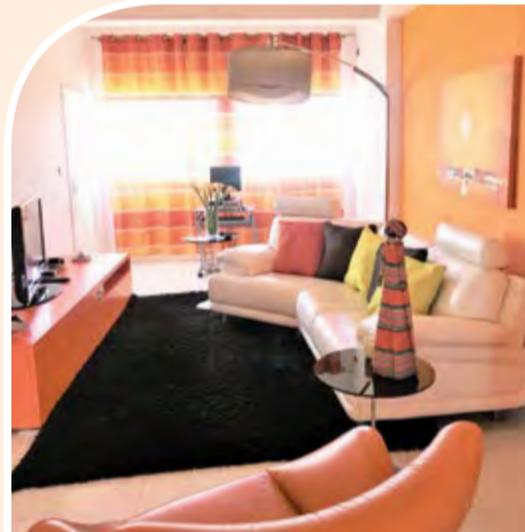
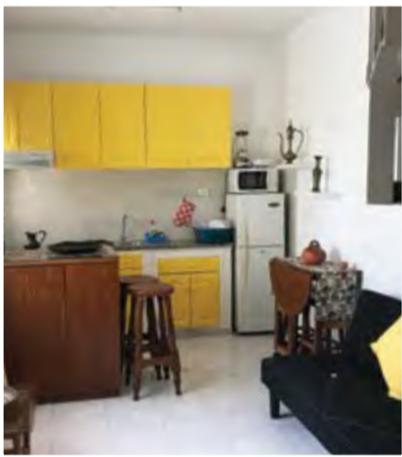
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



**VENDE-SE :**

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



**ARRENDAR-SE**

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



**ARRENDAR-SE**

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

# VENDE-SE

### Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Gold  
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Dual Core  
 Resolução - 1920x1080  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



### Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Grey  
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Hexa Core  
 Resolução - 1920x1080  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



### Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB  
 Sistema Operativo - iOS  
 Cor - Rose Gold  
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi  
 Processador - Quad Core  
 Rede - 4G, 2G, 3G  
 Camera - 12 MP  
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

**PEQUENOS ANÚNCIOS**



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

# Classificados



## CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, são convocados os Exmos. Senhores Acionistas da **SITA - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TINTAS, S.A.**, para a reunião extraordinária da Assembleia Geral, no dia 09 de Julho de 2021, pelas 18H00, numa das salas de reunião do Hotel Praia-Mar, Cidade da Praia, com a seguinte Ordem de Trabalho:

1. Deliberar sobre a Proposta de Aumento de Capital Social da Sociedade.  
Cidade da Praia, 07 de Junho de 2021  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(David Hopffer Almada)

Sede e Fábrica: C.Postal n.º 246 - Tira Chapéu - Praia - Rep. Cabo Verde Tel. - (238) 2629960 / 2627267 / 74/75/ 2627273/2629877 S. Vicente - C. Postal 926 - Chã Cemitério Tel. - (238) 2324574 / 2328540 Fax - (238) 2324573 Espargos Fone/fax - (238) 2411231 Email: tintas.sita@sita.cv Site: www.sita.cv NIF: 200130439



## ANÚNCIO DE CONCURSO

No quadro do projeto Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP e Timor Leste (Pro PALOP-TL ISC (FASE II)), o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do presente anúncio, faz saber que se encontra aberto o concurso (consultoria nacional) destinado à:

- Avaliação do Plano Estratégico da ARAP 2015-2019 bem como elaboração do novo Plano Estratégico da ARAP 2021-2025 - **RFP/10/2021**;

Os interessados deverão consultar o *Request for Proposal (RFP)*, e os termos de referência da consultoria publicados no site da Nações Unidas em Cabo Verde: <https://caboverde.un.org/pt/jobs>, secção empregos.

As empresas deverão apresentar as suas propostas de candidatura até às **15:00Hrs do dia 28 de junho de 2021**. Ver condições de apresentação no *Request for Proposal - Description of Requirements*.

Contacto para pedido de esclarecimento: [procurement.cv@cv.jo.un.org](mailto:procurement.cv@cv.jo.un.org)

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentem as condições mínimas estipuladas nos termos de referência.



## Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde  
CP. 115  
Cidade da Praia  
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170  
+238 261 75 11

### ANÚNCIO

#### “OCEAN BAY RESORT AND SPA”

#### ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**OCEAN BAY RESORT AND SPA**” - **ILHA DA BOAVISTA** do proponente Atlantic Vacation Resorts, Lda para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 04 de junho a 12 de julho nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação Regional da Agricultura e Ambiente na Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: [rosiana.semado@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semado@maa.gov.cv)

Cidade da Praia, 02 de junho de 2021

O Diretor Nacional  
  
/ Alexandre Nevsky Rodrigues /



## ANÚNCIO DE CONCURSO

1. A Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) faz saber que se encontra aberto um concurso para o recrutamento de um(a) Especialista em Aquisições (Procurement Officer) para reforçar a Unidade de Gestão do Projeto de Desenvolvimento de Sistemas de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago (PDSAAIS) financiado pela Cooperação Japonesa (JICA).

2. Informações mais detalhadas (sobre as atribuições do candidato, sobre os documentos a serem apresentados, assim como outros aspetos de concurso importantes) são fornecidas nos Termos de referência que poderão ser obtidos através dos seguintes endereços:

**Correio Eletrónico:** [auxilia.santos@anas.gov.cv](mailto:auxilia.santos@anas.gov.cv) ; [Ana.L.Freire@anas.gov.cv](mailto:Ana.L.Freire@anas.gov.cv)

**Endereço Postal:**

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (ANAS)

2º Andar do Edifício do Ministério de Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH)

Ponta Belém - C.P nº 567- Cidade da Praia

Para mais informações sobre o concurso, contactar a ANAS através do n.º de telefone 261 4214 e/ou através do email: [anas@anas.gov.cv](mailto:anas@anas.gov.cv)

3. As Candidaturas deverão ser entregues, o mais tardar, até ao dia **30 de junho de 2021, às 17:00** no endereço postal acima indicado e/ou pelo email: [concurso.anas@gmail.com](mailto:concurso.anas@gmail.com).



## ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS

### MESA

### CONVOCATÓRIA

São convocados os Exmos. Senhores Acionistas da Cabo Verde Telecom, S.A., para a reunião anual ordinária da Assembleia-Geral, que terá lugar no dia 09 de julho de 2021, pelas 09H00, no Hotel Praia Mar, na cidade da Praia, Cabo Verde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2020, que incluem as Contas Individuais e Consolidadas e o Parecer do Fiscal Único;
2. Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Aplicação dos Resultados do Exercício de 2020;
3. Proceder à Apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos dos artigos 297.º, n.º 1 – al. c) e 344.º, n.º 1, alínea c) do Código das Sociedades Comerciais;
4. Apresentação do Plano de Atividades da Sociedade para o ano de 2021;
5. Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Todos os documentos estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede da Sociedade, junto do Gabinete do Conselho de Administração, durante as horas normais de expediente. Os acionistas que pretenderem receber os documentos de prestação de contas por correio eletrónico, deverão disponibilizar o seu endereço através do email [suporteca@cvt.cv](mailto:suporteca@cvt.cv).

Nos termos dos artigos 301.º e 302.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, qualquer acionista com direito a voto pode fazer-se representar na referida Assembleia-Geral por qualquer pessoa singular com capacidade jurídica plena, devendo, para tanto, dirigir uma carta, devidamente assinada, ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, na qual seja especificada: (i) a assembleia em causa, (ii) o dia, (iii) a hora da reunião, (iv) a ordem do dia acima indicada, (v) as indicações sobre consultas dos documentos, (vi) a indicação da pessoa ou pessoas que lhe representará (vii) e a menção de que a (s) pessoa (s) representante (s), caso surjam circunstâncias imprevistas, poderá votar no sentido que julgue satisfazer melhor os interesses dele acionista.

Praia, 15 de junho de 2021

  
O Presidente da Mesa  
Simão Monteiro



PRESIDENTE

### EDITAL Nº1/2021

A Câmara Municipal da Praia dispõe do seu Plano Diretor Municipal (PDM) aprovado em dezembro de 2016 e constitui um dos principais instrumentos de gestão e planificação do território municipal, quer para as áreas consolidadas, quer para as novas áreas, ou seja, as de expansão urbana.

Um dos grandes desafios que o Município da Praia tem de enfrentar, são as proliferações das construções espontâneas das habitações nas áreas periféricas; a pressão constante de procura de solos pelos particulares, face à indisponibilidade de solos para atender à procura dificuldades na materialização do PDM, dado ao facto de que a maioria das áreas de expansão urbana do município pertencerem ou estarem sob a gestão dos particulares.

Ciente destes desafios, e para que se possa encontrar alternativas de planeamento, gestão e disponibilização de solos de forma democratizada, a Câmara Municipal da Praia, apela a todos os particulares, que tenham ou que reivindicam propriedades de uma área superior a 10.000m<sup>2</sup> (1ha) nas zonas de: Achada Limpopo; Achada Bela Costa/Pila Cana; Achada Ribeirão Pedro; Monte Vaca; Achada São Filipe Cima; Gonçalo Afonso; Gato Valente; Agostinho Alves; Achada São Francisco; Caiada; Simão Ribeiro; Bom-cói; São Jorginho; São Martinho Pequeno; Caiada; Vera Cruz; Sarrado; Chã de Poeira; Monte Poeira e Matão, o favor de contactar a CMP, a fim de submeter as provas e evidências documentais para consideração e análise.

Este apelo é extensivo aos ocupantes e detentores de propriedades nas áreas agrícolas de São Tomé; São Francisco; Água Funda; São Jorginho; Ribeira Palmarejo grande; Ribeira Palmarejo Pequeno; Fonton; Thaiti, Trindade e São Martinho.

Os documentos devem ser submetidos na **Direção de Cadastro e Topografia da CMP** sito na **Fazenda – Praia**, entre os dias **17 de junho a 17 de julho**, das **08H00 às 16H00**.

Qualquer informação adicional por favor contactar os números +238 **5347001** ext 7001 ou através do endereço acima identificado.

Cidade da Praia, 10 de junho de 2021.

O Presidente,  
  
/Francisco Avelino Vieira de Carvalho/  
PRESIDENCIA



## UNION EUROPÉENNE

DELEGATION EN REPUBLIQUE DE CABO VERDE

### La Délégation de l'Union Européenne au Cabo Verde envisage le pourvoi d'un poste de Gestionnaire Finances et Contrats (GEN)

#### Nous sommes

L'Union européenne (UE) est le fruit d'un partenariat économique et politique entre 27 pays européens. Elle joue un rôle majeur sur la scène internationale, que ce soit par la diplomatie, les échanges commerciaux, l'aide au développement ou la coopération avec les organisations internationales. À l'étranger, elle est représentée par plus de 140 représentations diplomatiques, connues aussi sous le nom de délégations de l'UE, qui ont une fonction similaire à celle d'une ambassade.

La Délégation de l'UE en République de Cabo Verde est un partenaire engagé dans la coopération avec le pays.

#### Nous proposons

Nous proposons un poste d'Agent Local I - Gestionnaire Finances et Contrats. Dans le cadre de cet emploi, la personne recrutée se verra attribuer des fonctions qui dépendront des besoins de la délégation. Lors du recrutement, le candidat retenu occupera un emploi spécifique en tant que Gestionnaire Finances et Contrats; cette fonction peut être modifiée selon les besoins de la Délégation. Dans le cadre de cette fonction, le(la) candidat(e) retenu(e) servira de personnel d'appui à la gestion financière et contractuelle des programmes et des projets gérés au Cabo Verde, dans le respect des instructions et des règles en vigueur sous la supervision du Chef de la Section Finances, Contrats et Audit.

Un environnement de travail multiculturel dans une Délégation d'environ 20 personnes. Possibilité de missions. Semaine de travail de 37h30min, à Praia. L'agent sera classé dans le Groupe I, avec une rémunération initiale de base de 233.783 CVE/mois.

Nous offrons une position concurrentielle dans un environnement international. Des avantages tels qu'un régime de pension complémentaire et une assurance médicale pour les employés et leur famille sont offerts sous certaines conditions.

#### Critères de sélection

Exigences minimales:

1. Être médicalement apte à exercer les fonctions requises;
2. Jouir des droits civiques et posséder les permis de travail conformément à la législation locale;
3. Connaissance approfondie du portugais (C2), en plus un niveau C1 dans une des deux langues suivantes - l'anglais ou le français.
4. Niveau d'enseignement correspondant à un cycle complet d'études universitaires de trois années au moins, sanctionné par un diplôme officiel de préférence dans un des domaines suivants: Droit; Relations Internationales ; Économie ; Finances, comptabilité/audit ou équivalent
5. Expérience professionnelle de trois ans minimum dans le domaine de la gestion financière ou comptabilité ou audit
6. Maîtrise des outils informatiques comme Microsoft Office (Word, Excel, Access, PowerPoint, Outlook, Internet),

Les points suivants seront considérés comme un atout:

1. Une expérience professionnelle définie au point 5 d'au moins 1 an dans les Organisations Internationales ou Ambassades,
2. Une expérience d'au moins 1 an dans l'utilisation de procédures de marchés, appels d'offres et règlements financiers
3. La connaissance du Cabo Verde et de la région

#### Comment soumettre votre candidature

Veillez adresser votre candidature et les pièces justificatives à:

[DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu](mailto:DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu)

Le dossier de candidature portant mention «Candidature pour un poste de Gestionnaire Finances et Contrats» La candidature doit contenir une lettre de motivation (en portugais ou anglais ou français) et un Curriculum Vitae détaillant le parcours académique ou d'enseignement, le parcours professionnel (y compris les références pertinentes), la connaissance des langues et toute autre compétence ou activité qui s'avère pertinente pour une meilleure connaissance du candidat (en portugais ou anglais ou en français).

La Délégation ne fournira pas d'informations supplémentaires et ne discutera pas de la procédure de sélection par téléphone. Toute question concernant cette procédure doit être adressée par écrit à

[DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu](mailto:DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu)

#### La procédure

Après l'expiration du délai de dépôt des candidatures, celles-ci seront examinées par un comité de sélection mis en place à cet effet. Le comité de sélection établira une liste restreinte de candidats jugés les plus aptes à occuper le poste, sur la base d'une appréciation préliminaire des renseignements fournis dans les lettres de candidatures et les pièces justificatives. Les candidats présélectionnés seront invités à la phase d'évaluation, qui peut comprendre un entretien si nécessaire – à ce stade, le comité de sélection évaluera l'aptitude des candidats à occuper le poste.

Les candidats n'ayant pas été retenus sur la liste restreinte ne seront pas contactés individuellement; toutefois, la Délégation utilisera les mêmes moyens de publication que pour le présent avis de vacance pour informer les autres candidats que la procédure de recrutement été menée à son terme et qu'un candidat a été (ou non pas été) recruté.

**Date limite pour la soumission des candidatures:** 27/06/2021 avant 23.59 Heure locale Cabo Verde.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ST. CRUZ  
- ANÚNCIO -  
1ª e 2ª Publicação

O DR. ANILSON VAZ DE CARVALHO SILVA, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz - Jurisdição Cível.

registado sob o n.º 64/2006, correm Éditos de 30 (TRINTA) dias, contados da segunda e última Publicação do anúncio, em que é autor M.º P.º, e Réu, ausente **MANUEL NUNES ALMEIDA**, mcp “Zé Mário”, maior, filho de Mália de Nhonhó”, com última residência Faz saber que, nos autos de Ação Ordinária de Investigação de Paternidade, conhecida em Praia Formosa, Concelho de São Domingos, atualmente em Parte incerta deste País, fica este ultimo CITADO, para no prazo de 20 (VINTE) DIAS, contados da data da 1ª e última publicação deste anúncio, contestar, querendo, os autos em epígrafe, cuja cópia da petição inicial e seus fundamentos

se acham pendentes nesta Secretaria para efeito de levantamento, o pedido consiste em reconhecer os referidos menores como seus filhos para todos os efeitos.

Fica ainda o Réu advertido da obrigatoriedade de constituir Advogado nestes autos, do dever de pagar preparo inicial no prazo de CINCO DIAS, a contar da entrega da contestação na Secretaria deste Tribunal, sob pena da cobrança coerciva do mesmo, acrescido de taxa de sanção correspondente ao dobro do preparo, nos termos do art.º 66.º do Código das C.C.J. e da possibilidade de requerer o benefício de assistência judiciária a este Juízo, em requerimento autónomo dirigido ao Mmº Juiz desta Comarca.

Cidade de Pedra Badejo, 17 de maio de 2021.

O Juiz de Direito, /Anilson Vaz de Carvalho Silva/ A Oficial de Justiça, /Sandra Veiga/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO

Pelo 1º Juízo de Família e Menores, na Acção de Regulação de Exercido do Poder Paternal, registado sob o nº 50/2021, que é requerente, Evânia Eunice Vieira Silva Andrade, em representação da menor Stacy Alicia Andrade Monteiro e **requerido Steven Patrick Ramos Monteiro**, casado, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, com última residência conhecida em Lem Ferreira, atualmente residente em parte incerta dos Estados Unidos da América, e este requerido **Steven Patrick Ramos Monteiro**, citado, para no prazo de CINCO DIAS que começa a correr depois de findo a dilação fixada em TRINTA DIAS, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestar a Acção, cujo pedido consiste no decretamento do R.E.P.P entre os Requeridos.

benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo. E que o mesmo goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos vinte dias de Maio do ano de 2021.

O Juiz de Direito, /Dr. Carlos Garcia/ O Escrivão de Direito, /Ernesto Veiga/

Meio de Achada Santo António - Atrás do Ministério de Justiça - CP 99 - tel:5162338



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO  
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL  
= N.º30/TJCSF/FA/2021 =  
«\*\*\*()\*\*\*»

Dr. PAULO AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:

PROCESSO: **Ação Declarativa Ordinária** (condenação) NÚMERO DO PROCESSO: 91/2011.

AUTOR: António Alves.

ORDENA A CITAÇÃO DE:

**HERDEIROS DE HENRIQUE ALVES**, nomeadamente, **António Alves, Ildo Gil Alves, Maria Filipa Alves, João Alves (casado), João Alves (viúvo), Agnelo Henrique Alves, Vladimiro Centeio Barbosa, Editt Alves Barbosa, Miguel Fernandes Alves e Elvira Alves**, todos residentes em parte incerta dos Estados Unidos de América, com última residência conhecida em Monte Largo, Ilha do Fogo.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) Pelo juízo de direito do Tribunal Judicial de Comarca de São Filipe e na ação acima referida, correm éditos de VINTE DIAS, depois da finda dilação de TRINTA DIAS, a contar da data da última publicação deste anúncio, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelo autor, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, encontra-se neste cartório para lhes serem entregues logo que for solicitada:

b) De que toda a sua defesa **deve ser deduzida** na contestação (art. 449º do CPC);

c) De que é obrigatória a constituição

de advogado (art.35º/1-a) do CPC do CPC);

d) De que, caso contestarem a ação, deverão pagar o preparo inicial no montante de 10.000\$00, (dez mil escudos), dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetuarem acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (art.ºs. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertidos de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva;

e) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ);

f) De que gozam ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o Benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. (+238) 2619755/56 - Fax: (+238) 26/9754- C.P. 782- Rua Serpa Pinto, nº 9, 3º Andar Plateau. E-mail: orde-madvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe, 17 de Maio de 2021

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)2873386 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA RIBEIRA GRANDE  
Ponta do Sol/Santo Antão  
Telef, nº 3332561/63 - Fax 2251592

= ANÚNCIO JUDICIAL =

**Autos - Inventário Facultativo**, registado sob o nº 02/2017.

**Inventariante** - Joana de Fátima Rodrigues Medina e Outros.

**Inventariado** - Francisco Alexandre Lopes.

**Cabeça-de-Casal** - Adriano Francisco Lopes.

-0-

FAZ SABER que, ao processo e Tribunal acima indicados é o **Interessado - NICOLAU FRANCISCO LOPES**, filho do Inventariado, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, com última residência conhecida na cidade da Rª Grande, em parte incerta de RhodIsland/ Estados Unidos da América, citado PARA OS TERMOS DO REFERIDO PROCESSO DE INVENTÁRIO e que pode, querendo, no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzir oposição ao inventário, impugnar; a sua própria legitimidade ou a

das outras pessoas citadas, salvo se o tiverem sido como credores; e a competência do Cabeça-de-Casal.

FAZ AINDA SABER, de que caso duza oposição ou impugna, é obrigatório a constituição de advogado; de que deverá pagar o preparo inicial dentro de 5 dias, não o fazendo, será notificado para pagá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva; de que goza da faculdade de requerer o benefício da assistência judiciária e que o duplicado do r.i. encontra-se nesta Secretaria para lhe ser entregue logo que solicitado.

Ponta do Sol, 13 de abril de 2021

A Juiz de Direito, /Daylen Benilde Araújo do Livramento/ O Secretário Judicial, /Nelson Jorge de Jesus Duarte/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO NOVO

## “ANÚNCIO JUDICIAL”

Processo: **Acção Executiva Comum Ordinário nº. 92/2018-2019**

Exequente: **BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO (BCA), com sede na cidade da Praia.**

Executados: SANTUR, Santo Antão Turismo & Representações Lda, com sede em Alto Peixinho Cidade do Porto Novo – Santo Antão, representada pelos sócios-gerentes Emiterio Olavo Lopes Ramos e Lola Margarete Lima Lopes Ramos, **EMITÉRIO OLAVO LOPES RAMOS E LOLA MARGARETE LIMA LOPES RAMOS** casados entre si com última residência conhecida em Alto Peixinho Cidade do Porto Novo, atualmente em parte incerta da Alemanha.

Faz saber que, no processo e Tribunal acima indicados, por este meio são citados os Executados acima identificados, para no prazo de DEZ DIAS, que começa a correr finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, pagarem ao Exequente a quantia de 8.281.076\$00 (oito milhões, duzentos e oitenta e um mil e setenta e seis escudos) acrescida de juros vincendos, remuneratórios e moratórios até a sua liquidação integral e efectiva, bem como as despesas judiciais e honorários de advogados, estes nunca inferior a 10% do valor da causa, deduzirem oposição ou nomearem bens à penhora, sob pena de este direito ser devolvido ao Exequente, com a informação de que, é obrigatória a constituição de advogado, que deverão no

prazo de cinco, a contar da dedução da oposição, efectuar o pagamento do preparo inicial no valor de 18.000\$00 e, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazer acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva e que gozam da faculdade de requerer o benefício da assistência judiciária.

Faz saber ainda de que, gozam da faculdade de requerer a Delegação da O.A.C.V de São Vicente, sita à Rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias uteis a contar da citação e, caso deduzirem oposição, em vez de solicitarem guias no cartório deste Juízo para o pagamento do preparo inicial podem depositar esse valor diretamente na conta de Cofre de Preparos e custas do Tribunal Judicial desta Comarca nº 69.60.5552 – BCA e, se assim o fizerem, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter ao cartório deste juízo documentos comprovativos do depósito efectuado, sob pena de execução.

Cidade do Porto Novo, 29 de Abril de 2021

Cidade do Porto Novo, 29 de Abril de 2021.  
A Juíza de Direito,  
Magnólia Fortes Correia  
O Secretário Judicial,  
João Matinho Pires



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO  
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =  
REG. Nº31/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justiça Judicial, registado sob o nº 99/2021, movido pelos autores LOURENÇO FRANCISCO GOMES e VERÓNICA GONÇALVES CORREIA GOMES, maiores de idade, casados, naturais da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residentes em Velho Manuel, com mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JUNIOR, advogado com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzir, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um prédio rústico (terra de sementeira), sito em Monte Vaca, que antes se achava inscrito sob número 1203 da 2ª zona, matriz rústica nº 6662/0, freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, confrontando a Nor-

te com Ana B. Amado, Sul com Pedro Tomé de Barros, Este com Ana B. Amado e Oeste com Canal, com uma área de 46.649.67 metros quadrados;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 04 de junho de 2021.

O Juiz de Direito,  
Paulo Jorge Santos Aires/  
O Ajudante Escrivão,  
José GF Pires

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO  
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =  
REG. Nº32/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justiça Judicial, registado sob o nº 97/2021, movido pelo autor JOÃO ALVES, maior de idade, casado, natural da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residente em São Filipe, com mandatário judicial constituído Dr. ARTUR CARDOSO, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzir, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um lote de terreno para construção urbana identificado pelo nº 14 QA, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 312.11 metros quadrados, confrontando ao Norte com Lote 07, Sul e Este com Via Pública, Oeste com Lote 13, inscrito na matriz predial Urbana da freguesia de Nossa Senhora

da Conceição, Concelho de São Filipe, sob nº 4644/0, com valor matricial de 505.000.00 (quinhentos e cinco mil escudos);

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuá-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 04 de junho de 2021.

321.  
O Juiz de Direito,  
Paulo Jorge Santos Aires/  
O Ajudante Escrivão,  
José GF Pires

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE S. VICENTE

-1ª Juízo Cível -

## = ANÚNCIO JUDICIAL =

Proc: Acção Executiva Comum Ordinária nr. 51/2019.

Exequente: BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A. R.L.

Executados: MANUEL JOÃO ANDRADE e MAURICIA-MARIA ROCHA ANDRADE.

=0=

O Sr. Dr. **Nidianino Romerito Santana de Brito**, Juiz de Direito colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal de São vicente, **faz saber** que no processo e Juízo acima indicados, correm éditos de **VINTE DIAS**, contados da data da fixação dos editais, em que são citados os credores desconhecidos dos executados para, no prazo de **DEZ DIAS**, posteriores ao dos éditos, reclamarem, o pagamento dos seus créditos pelo produto do

bem penhorado, abaixo identificado, sobre que tenham garantia real.

= BEM PENHORADO =

Prédio urbano, situado em Fonte Filipe, S. Vicente, confrontando a Norte e Oeste com Rua, Sul e Este com lotes construídos, descrito na Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de S. Vicente, sob o nº 12.276, a fls 87 vº, do livro B-33º, em nome dos executados.

Mindelo, 06 de Maio de 2021.

O Juiz de Direito,  
/Nidianino R. Santana de Brito/  
A Escrivã de Direito,  
/Arlene S. Fortes/



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

### Anúncio 1º publicação

Autos: **Acção Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira registados sob nº 38/2021.**

**Requerente: Cecília da Veiga Ribeiro**, natural da Freguesia e concelho de Santa Catarina, filha de Atílio Ribeiro e de Maria da Veiga, nascida a 18 de Fevereiro de 1970, emigrante em França.

**Requerido: José António Tavares Semedo**, nascido a 11 de Maio de 1979, em São Sebastião da Pedreira - Portugal, em parte incerta de França, mas com última residência conhecida em 36, rue Marel Journal, 06130 Grasse.

00000000000000

**A Dr.ª Rosa Carlota Marfins Branco Vicente**, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento

**Faz saber** que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerido, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divorcio Decretado pelo Tribunal de Grande Instancia de Grasse França**), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento a

qualquer momento.

Mais se notifica a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta Acção, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**24.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos catorze dias do mês de Junho de dois mil e vinte e um.

A Juíza Desembargadora  
/Rosa Carlota Marfins Branco Vicente/  
A Oficial de Justiça,  
/Nidia Santos/  
-Ajudante Escrivão-



Ministério da Justiça e Trabalho



## EXTRACTO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 04.06.2021, de folhas 63 a 63v do livro de notas para Escrituras Diversas número 259, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Eulália Fernandes Andrade**, nos termos seguintes:

Que no dia trinta do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Eulália Fernandes Andrade**, aos cento e nove anos de idade, no estado civil de viúva de José Lourenço Freire de Andrade, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, filha de Cândido da Silva Fernandes e de Domingas Soares Fernandes, e que teve a sua última residência habitual em Prainha, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e sucede-lhe como única herdeira a filha dela: Maria da Luz Freire de Andrade, maior, ca-

sada com Manuel Rodrigues Boal, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Prainha, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo DL nº 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 04 de junho de 2021.

CONTA: 24/2021

Art. 20.4.2 ..... 1000\$00

Selo do Acto ..... 200\$00

Total ..... 1.200\$00. Importa o

presente em mil e duzentos escudos

A notária

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade

NIF-353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO  
2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA  
ACHADA SANTO ANTÓNIO - CP 404-A - PRAIA  
Tel.2626205/2626209



Notaria: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

## EXTRACTO

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 1ª Série, que no dia **dois de Junho de dois mil e vinte e um**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a Notaria, **Dra. Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número duzentos e cinquenta e cinco /A, de folhas cinquenta e nove a **sessenta e um**, uma escritura de habilitações de herdeiros, nos termos seguintes:

### PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e **dois de Janeiro de dois mil e doze**, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **EDGAR GOMES AMARANTE**, no estado de casado com Mercedes Levy de Sousa Martins, no regime de Comunhão Geral de Bens, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência habitual na Fazenda, Praia;

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como seus únicos herdeiros, os filhos:

a) **EUNICE LEVY GOMES AMARANTE**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Palmarejo, Praia;

b) **VICTOR HUGO LEVY AMARANTE** solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente nos Estados Unidos da América;

c) **LUCY HELENA LEVY AMARANTE DA CRUZ ROCHA**, casada com Paulo da Cruz Rocha, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Palmarejo, Praia

d) **LUIZ FELIPE DE SOUSA AMARANTE**, casado com Ana Paula Lopes, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França;

e) **ULISSES EDGAR DE SOUSA MARTINS AMARANTE**, casado com Joana Evangelista Gomes Amarante, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Achada São Filipe, Praia;

f) **EDNA LEVY DE SOUSA AMARANTE DA FONSECA**, casada com João de Deus da Fonseca, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Palmarejo, Praia;

g) **ENEIDA ALITA LEVY AMARANTE**, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia;

h) **EMANUEL DE SOUSA AMARANTE**, à data da sucessão, casado com Maria Eduarda da Silva Amarante, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, actualmente falecido;

### SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia seis de Novembro de dois mil e catorze, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **EMANUEL DE SOUSA AMARANTE**, no estado de casado com Maria Eduarda da Silva Amarante, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência habitual em Achada Grande Trás, Praia;

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como seus únicos herdeiros, os filhos:

a) **ELVIS MERCEDES MONTEIRO AMARANTE**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

b) **NUNO EMANUEL SILVA AMARANTE**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em França;

c) **EDILSON EDGAR SILVA AMARANTE**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Achada Grande Trás, Praia;

Mais se informa, que nos termos do número cinco do artigo 86º-A e do artigo 87º do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitações.

### ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia três de Junho de dois mil e vinte e um.

CONTA:

Arto.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo. .... 200\$00

Total..... 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 1371/2021.





Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 31.05.2021, de folhas 22 a 24 do livro de notas para Escrituras Diversas número 259, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Ana Maria Matos de Carvalho Santos Neves, António Alves Almada, Manuel Alves e Isaura Gracinda Gomes Alves Rodrigues**, nos termos seguintes:

### PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia trinta e um do mês de março do ano de mil, novecentos e noventa e sete, na freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, Portugal, faleceu **Ana Maria Matos de Carvalho Santos Neves**, aos sessenta e seis anos de idade, no estado civil de casada com Alfredo dos Santos Neves, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filha de Tomás Martins de Carvalho e de Maria Júlia Matos de Carvalho, e que teve a sua última residência em Portugal.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos:

1. Ana do Rosário Matos de Carvalho Santos Neves Gonçalves, maior, casada com João Manuel Mendonça Tenreiro Gonçalves; 2. João Miguel Matos de Carvalho Santos Neves, maior, solteiro; 3. Ana Cristina Matos de Carvalho Santos Neves, maior, solteira; 4. Ana Teresa Matos de Carvalho Santos Neves,

maior, solteira; 5. Ana Margarida Matos de Carvalho Santos Neves Serra, maior, casada com Paulo Alexandre Pacheco Serra da Silva Carvalho; 6. João Carlos Matos de Carvalho Santos Neves, maior, solteiro; todos naturais de Lisboa, Portugal, onde residem.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão.

### SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia que dia oito do mês de maio do ano de dois mil e três, em Lisboa, Portugal, faleceu **António Alves Almada**, aos quarenta e quatro anos de idade, no estado civil de solteiro, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de Manuel Alves e de Antonina Gomes, e que teve a sua última residência em Portugal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos:

Joana Sofia Esteves Almada, e Sónia Esteves Alves de Almada, ambas maiores, solteiras e naturais de Lisboa, Portugal, residentes em França.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com elas possam concorrer à sucessão.

### TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dia treze do mês de março de dois mil e seis, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Manuel Alves**, aos setenta e seis anos de idade, no estado civil de casado com Astrides Mendes, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho Tomás Martins de Carvalho e de Maria Alves, e que teve a sua última residência habitual em São Pedro, Cidade da Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: 1. Ana Bela Pereira Alves, solteira, maior, residente em Achada Grande Trás, Praia; 2. José Aldino Gomes Almada, casado com Lúcia Maria Mendes Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça; 3. Dulce Ester Mendes Alves Tavares, casada com José Pedro Tavares Lopes, no regime de comunhão de adquiridos, residente em

São Pedro, Praia; 4. Helder Gomes Alves, casada com Maria Moreira da Costa, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Chã de Tanque, Santa Catarina; 5. José Sérgio Mendes Alves, casado como Maria Bernardett Silva Cunha, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Rincão; 6. Carla Patrícia Gomes Alves, solteira, maior, residente em São Martinho Pequeno; 7. Victor Manuel Mendes Almada, solteiro, maior, residente em Portugal; 8. Celsa Manuela Mendes Alves, solteira, maior, residente em Suíça; 9. Benilda Tavares Alves, solteira, maior, residente em Cidadela, praia; 10. Lenine Semedo Alves, solteiro, maior, residente em Rincão; 11. Andria Sofia Semedo Alves, solteira, maior, residente em Rincão; 12. Emanuel Semedo Alves, solteiro, maior, residente em Rincão; 13. Aldina Pereira Alves, casada com Francisco Gomes, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Espanha; 14. Gracilino Amâncio Pereira Alves, casado com Laurinda Tavares da Veiga, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; 15. Vera Lúcia Mendes Almada Houriet, casada com Pierre Frederic Houriet no regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça; 16. Jorge Gomes Alves, casado com Virginie Maria Patrícia Hagneré, no regime de comunhão de adquiridos, residente em França; 17. Nelito Mendes Alves, casado com Edna Helena da Silva Ramos Pereira, no regime de comunhão de adquiridos, residente em França; e 18. Isaura Gracinda Gomes Alves Rodrigues, já falecida; 19. Esmael Semedo Alves, solteiro, maior; 20. José Luís Gomes Alves, solteiro, maior; todos eles naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão.

### QUARTA HABILITAÇÃO

Que no dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, Portugal, faleceu Isaura Gracinda Gomes Alves Rodrigues, aos cinquenta e um anos de idade, no estado civil de casada com José Rodrigues, no regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filha de Manuel Alves e de Antonina Gomes, e que teve a sua última residência em Portugal.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos:

José Alves Rodrigues, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Grande Trás, Praia;

Gilberto Alves Rodrigues, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Grande Trás, Praia; Manuel Alves Rodrigues, maior, solteiro, natural de Lisboa, Portugal, residente em Achada Grande Trás, Praia.

possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 31 de maio de 2021.

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 202137939/2021

Art. 20.4.2 ..... 1000\$00

Selo do Acto ..... 200\$00

Total ..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRACTO**

Certifico, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 8, de folhas 50 a 50 V, outorgada no dia 03/06/2021, na qual, **Noémia Augusta Juliana**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, residente em Cabo da Ribeira, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de um prédio urbano rés do chão composto por cinco divisões, sendo uma cozinha, uma sala de estar, dois quartos de dormir e uma casa de banho, coberto de betão armado e um pátio a frente, medindo 64 metros quadrados, situado em Chã de Manuel dos Santos - Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas sob o número 1755/0, confrontando do Norte com Alexandrino Andrade Fonseca, Sul com Osvaldina Fortes Monteiro, Este com Benvido Andrade Pires e Oeste com Caminho, com o valor matricial de **setenta mil escudos**, omissa na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

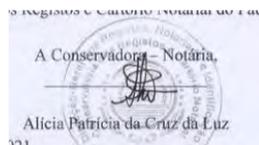
Alega a justificante, que o dito prédio lhe veio à posse por compra feita ao senhor **Adriano Virgínia Maria** desde 23 de outubro de 1995, por escrito particular. Na altura fez a inscrição matricial e por falta de conhecimento não fez o registo, mas agindo

sempre como proprietária do imóvel. No entanto não ficou a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de vinte anos.

Que essa posse titulada, foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda e última publicação.

ESTÁ CONFORME.



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 03/06/2021.  
Conta nº 284/2021



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 15 vº a fls 16 vº do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e um, na qual **Sr. ISAIAS BARBOSA ALVES SILVA** e **Sra. ANA GOMES DE PINA ANDRADE**, aquele com NIF107910608, esta com NIF116215704, ambos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residentes em Luzia Nunes, se declaram com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, coberto de betão, tendo no rés-do-chão, uma sala, dois quartos, uma cozinha e uma casa de banho, situado em Luzia Nunes, com área de cento e quarenta e dois virgula dois metros quadrados, confrontando ao Norte com Octávio Alves, sul com Raul Barros Centeio, este com Manuel Socorro Barbosa e oeste com Adelino Mendes Andrade, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 3971/0, em nome de Isaias Barbosa Alves Silva, com o valor matricial de dois milhões, seiscentos e catorze mil escudos, omissa no registo predial.

Que, embora na matriz somente em

nome de Isaias Barbosa Alves Silva, o prédio foi por eles adquirido por o terem construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno lhes doado por Octávio Alves, avô do outorgante varão, há vinte anos, sem que pudessem dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, estão na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, continua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julgam ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos um de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º50/01

Artigo 20º. 4.2 ..... 1.000\$00

Selo do acto .....200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil

e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 37 a fls 38 do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, na qual **JANICE GRAÇA SOARES ROSA**, com NIF132696207, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Queimada Guincho, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de uma casa feita de pedra argamassada e blocos, coberta de cimento armado e telha luzalite, composto por uma sala, dois quartos de cama, uma casa de banho, cimentado, rebocado e pintado, com pátio e quintal, situado em Queimada Guincho, com área de cento e quarenta e quatro virgula noventa e oito metros quadrados, confrontando ao norte com Rua de Estádio Municipal, sul com João Gonçalves, este com via publica e oeste com Cesaltina Soares Rosa e filhos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 374/0, com o valor matricial de um milhão de escudos, omissa no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por lhe ter sido doado, há mais de dez anos, por escrito particular pelo pai António Andrade

Soares Rosa, anterior possuidor do mesmo há mais de vinte anos, sem que, no entanto, pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome própria, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos trinta e um de maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º154/05

Artigo 20º. 4.2 ..... 1.000\$00

Selo do acto ..... 200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dez de junho de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **noventa e nove a cem**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **José Borges Pereira**, falecido no dia dois de abril de dois mil e vinte e um, na localidade de Fonteara, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de viúvo.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Maria Sábado Borges Varela**, solteira, maior; **b) - José António Varela Pereira**, casado com Joana Borges Furtado, sob regime de comunhão de adquiridos; **c) Luís Varela Pereira**, solteiro, maior. Estes residentes em Fonteara; **d) Lucinda Varela Pereira dos Santos**, casada

com Jorge Pires dos Santos Pereira, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **José Borges Pereira**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e um.

Emol: .....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: .....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 2057/2021

O Notário,  
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda classe de Santa Catarina e Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2055499/ Voip Notária: 0838 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.cv

## EXTRACTO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 02.06.2021, de folhas 40 a 41v do livro de notas para Escrituras Diversas número 259, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notaria Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Justificação Notarial em que é justificante o senhor **Francisco Monteiro Vieira**, nos termos seguintes:

Que se declara, com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do prédio urbano de rés-do-chão e primeiro andar, com área de 193 metros quadrados, localizado em Ponta d'Água, Praia, inscrito na matriz predial e urbana da freguesia de Nossa Senhora de Graça sob o número 24455/1, com o valor matricial de dois milhões, quatrocentos e oitenta mil e trezentos e cinquenta e quatro escudos, descrito na Conservatória do Registo Predial da Praia sob o número 43303/20200807.

Que o referido imóvel se encontra atualmente registado a favor de Elísio Furtado Afonso Moreno, casado com Darlene Glória Moniz Moreno, sob o número G-1 (16548) AP.2 / 07 .08.2020.

Que por contrato particular de compra e venda celebrado entre ele e o titular inscrito aos 26.04.2000, que se arquiva, ele adquiriu a propriedade do imóvel, na altura ainda um lote de terreno.

Que o titular inscrito do imóvel lhe outorgou poderes para vender a si mesmo o referido imóvel, em procuração datada de 01.05.2000, que também se arquiva, sem que ele, no entanto, tenha feito uso desses poderes para formalizar a compra antes que o titular inscrito se casasse.

Que o senhor Elísio é atualmente casado, em regime de comunhão de adquiridos, e por isso o consentimento da sua esposa é necessário para a formalização do contrato de compra e venda, o que infelizmente não tem como conseguir.

Que desde a compra, efetuada em 2000, portanto há mais de vinte anos, tem estado na posse do referido imóvel, usando e usufruindo do mesmo como se verdadeiro dono fosse, sem oposição de quem quer que seja, de forma pública e pacífica.

Que foi ele quem edificou a construção que atualmente existe sobre o imóvel. Que, na impossibilidade de conseguir o título de aquisição pelos meios normais, vem alegar a usucapião sobre o referido imóvel como forma de aquisição do direito de propriedade sobre o mesmo.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 02 de junho de 2021.

CONTA: 04/ 2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,  
  
 Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade  
 NIF- 353331112

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia sete de junho de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **noventa e cinco a noventa e seis verso**, foi lavrada uma escritura pública de Justificação Notarial, em que **Domingas Lopes de Brito Mendes Almada**, viúva, contribuinte fiscal número um sete um dois dois oito seis zero zero, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Suíça, declara ser dona e legítima possuidora com exclusão de outrem, do prédio urbano, rés-do-chão, construído de pedras e blocos, coberto de betão armado, composto por um espaço amplo, uma garagem e caixa de escada, medindo cento e cinquenta metros quadrados, situado em Tarafalinho, cidade de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina - Ilha de Santiago, confrontando do norte com lote D-70, Sul com Lote D-66, Este com terreno baldio e Oeste com Via Pública, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número 41418/0, com **valor matricial de novecentos e sessenta e três mil, cento e quarenta e quatro escudos**, omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o dito prédio lhe veio a posse por compra feita no Senhor, Ventura Borges Vaz, no ano de mil novecentos e oitenta e sete, pelo preço de duzentos mil escudos, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com o conhecimento de toda a gente, desde o ano de mil novecentos e oitenta e sete, portanto, há mais de vinte anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

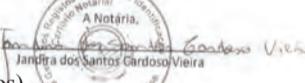
Cartório Notarial de Santa Catarina, aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um.

Emol: .....1.000.00

Imp. de selo: .....200.00

Total: .....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 2005/2021

A notária,  
  
 Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.co

## EXTRACTO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 02.06.2021, de folhas 42 a 43 do livro de notas para Escrituras Diversas número 259, deste Cartório Notarial, a cargo, da

Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros par óbitos de **Augusto Teixeira**, nos termos seguintes:

Que no dia nove de novembro de dois mil e dezanove, nos Estados Unidos de América, faleceu Augusto Teixeira, aos noventa e quatro anos de idade, no estado civil de casado com Madalena Fonseca Alves Teixeira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, filho de Júlia Teixeira, e que teve a sua última residência habitual nos Estados Unidos de América.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e sucedem-lhe como únicos herdeiros os seus filhos: Ângelo Máximo Teixeira; Nelson Carlos Teixeira e Benvinda Teixeira, todos maiores, solteiros e naturais dos Estados Unidos da América, onde residem.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

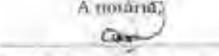
Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 02 de junho de 2021.

CONTA: 202138581/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos

A notária,  
  
 Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade  
 NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 24.05.2021, de folhas 70 a 72 do livro de notas para Escrituras Diversas número 258, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Maria Socorro Silva Baessa**, nos termos seguintes:

Que no dia vinte e sete do mês de abril do ano de dois mil e vinte um, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Maria Socorro Silva Baessa**, aos oitenta e seis anos de idade, no estado civil de viúva de Venceslau Garcia Baessa, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Elisa de Encarnação Silva, e que teve a sua última residência habitual em Fazenda, Praia.

Que a falecida não deixou descendentes, ascendentes ou conjuge sobrevivente, mas fez disposição de última vontade em Testamento Público, lavrado neste Cartório Notarial aos 09.09.2011, cuja certidão se arquiva,

no qual instituiu legatários os senhores:

José Eduardo Lopes Tavares, e Yannick José Rodrigues Montrond, ambos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residentes em Estados Unidos da América, e Fazenda, respetivamente.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 31 de Maio de 2021.

CONTA: 22 /2021

Art. 20.4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 11.06.2021, de folhas 19 a 19V do livro de notas para Escrituras Diversas número 260, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Eugénio Gomes Cardoso Vieira**, nos termos seguintes:

Que no dia quatro do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Hospital Agostinho Neto freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu, **Eugénio Gomes Cardoso Vieira**, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de casado com Zilângela Vieira Cardoso Gomes, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Marcos Gomes Cardoso, e teve a sua última residência habitual em Bota Rama,

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade,

e deixou como único herdeiro o seu filho, Inácio Gomes Cardoso, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe preferam ou com ele possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 11 de junho de 2021.

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 46/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

**EXTRATO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 100 do livro de notas para escrituras diversas número 2-A, a fls 01 do livro de notas para escrituras diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de um de abril de dois mil e vinte e um, na qual a **Sra. MARIA LEONILDE DE FÁTIMA PIRES**, com NIF123921627, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Tinteira, se declara com exclusão de outrem dona e legítima possuidora de um prédio urbano, coberto de betão armado em condições razoável composto por três quartos, uma sala comum, uma cozinha, uma cozinha de lenha, um WC, uma dispensa, um quintal, uma cisterna, um pátio e uma dispensa de lenha, situado em Tinteira, com área de quatrocentos e quarenta e quatro virgula trinta e três metros quadrados, confrontando ao Norte com via pública, sul com Socorro Salvador Pires Oliveira, este com via pública e oeste com queimada, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 1140/0, com o valor matricial de um milhão e trezentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído, com recurso a seu material

e dinheiro, nas lavas vulcânicas, há mais de trinta anos, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel há mais de vinte anos e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade por usucapião sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte de maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º08/05

Artigo 20º. 4.2 ..... 1.000\$00

Selo do acto ..... 200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO Cova Figueira- Telefone nº 2821050



Ministério da Justiça e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas nº 72, de folhas 56 v a 57 v a Justificação Notarial em que é justificante **António da Conceição Baia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Cruz, ilha de Santo Antão, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de dois prédios:

1 - Prédio de sequeiro, situado em Cruz -Ribeira Grande, medindo 2623 m2 (dois mil, seiscentos e vinte e três metros quadrados), inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1130/0, confrontando do Norte e Este, com Estrada; Sul, com Borda e do Oeste com Júlio José Delgado; 2- Prédio de sequeiro, situado em Cruz - Ribeira Grande, medindo 6543 m2 (seis mil, quinhentos e quarenta e três metros quadrados), inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1129/0, confrontando do

Norte, com Borda; Sul, com Estrada; Este com António José Estrela e do Oeste com Júlio José Delgado;

O justificante alega na referida escritura que os prédios de sequeiro, lhe veio a posse por compra feita na senhora, **Verónica Leite Monteiro Chantre**, no ano de 1993, por escrito particular, e que após a compra, fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 25 dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.

O Conservador/Notário P/Substituição,  
José Carlos Brandão de Oliveira/  
SANTO ANTÃO

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 1436/21

## = EXTRATO =

**Certifico**, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia 03/06/2021, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, **Alicia Patrícia da Cruz da Luz**, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 8, de folha 51 a 51V, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **António Luís Fonseca**, falecido em 05/08/1978, no Hospital Baptista de Sousa - São Vicente, natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, filho de Luís Guiomar Fonseca e Júlia Micaela Monteiro, com última residência habitual em Lombinho - Paul, no estado de casado com Clara Ana Fortes Inocência sob o regime de comunhão de bens adquiridos e de **Clara Ana Fortes Inocência**, falecida em 21/06/2010, no mesmo lugar, natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, filha de António Félix Inocência e Ana Clara Fortes, com última residência habitual em Monte Sossego - São Vicente, no estado de viúva.

Na referida escritura foi declarado que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixaram descendentes menores e deixaram como herdeiros legitimários os filhos de ambos: - **Nelson António Fortes Fonseca**, casado com Ana Paula Fortes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Luxemburgo, **Fátima Lúcia Fortes Fonseca Silva**, casada com Luís Filipe Melicio Silva, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Lombinho - Paul, **Helder António Fortes Fonseca**, casado com Joana Maria dos Santos Fonseca, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente na cidade das Pombas, **Marlene Fortes Fonseca**, atualmente divorciada, solteira à data do óbito do pai e divorciada à data do óbito da mãe, residente nos Estados Unidos da América, **Félix Pinto Inocência Fonseca**, atualmente divorciado, solteiro à data do óbito do pai e casado à data do óbito da mãe, residente em São Vicente, **Girolando Fortes Fonseca**, solteiro, maior, residente em Lombinho - Paul, **Júlia Fortes Fonseca**, solteira, maior, residente em Paris, todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul.

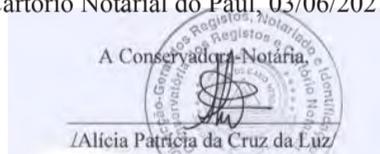
Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos falecidos.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 03/06/2021.

Conta no 282/2021



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tel : (+238)223 16 83 - email: alicia.luzarni.gov.cy

## EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de segunda publicação que, a fls. 48 vº a 49vº de livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com data de quatro de junho de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e catorze, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, faleceu **ARCINDA ALVES**, que também consta nos respectivos assentos de nascimento das filhas como **ALCINDA ALVES**, de noventa e dois anos de idade, natural que foi da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente que foi em Mosteiros Trás, no estado de solteira.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Raul Alves**, casado com Maria da Luz dos Santos, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Monte Grande;
- b) **Ana Alves**, solteira, maior, residente na cidade da Praia;
- c) **Joaquim Alves Cardoso**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América;

d) **Maria de Fátima Alves**, solteira, maior, residente na cidade da Praia;

e) **Bartolomeu Alves**, solteiro, maior, residente em Fonte Aleixo Sul;

f) **Maria Augusta Alves Gomes**, casada com Manuel Gomes Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Mosteiros, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe;

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da falecida.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos oito de Junho de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 29/06  
 Artigo nº 20º.4.2.....1.000\$00  
 Selo do acto.....200\$00  
 Soma:.....1.200\$00 –  
 São Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,  
 /Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina



## FARMÁCIAS DE SERVIÇO

### QUINTA - 17 de Junho

**AFRICANA**  
 AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

**HIGIENE**  
 Mindelo - T: 231 00 06

### SEXTA - 18 de Junho

**AVENIDA**  
 Fazenda - T: 261 36 90

**JOVEM**  
 Mindelo - T: 232 45 30

### SÁBADO - 19 de Junho

**SANTA ISABEL**  
 Largo Europa - Tel: 262 37 47

**MINDELO**  
 Mindelo - T: 232 74 65

### DOMINGO - 20 de Junho

**SÃO FILIPE**  
 Ach. São Filipe - T: 264 72 56

**AVENIDA**  
 Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

### SEGUNDA - 21 de Junho

**UNIVERSAL**  
 Avenida Santiago - T: 262 93 98

**LEÃO**  
 Mindelo - T: 232 66 04

### TERÇA - 22 de Junho

**FARMÁCIA 2000**  
 Achadinha Baixo - T: 261 56 55

**NENA**  
 Mindelo - T: 232 22 92

### QUARTA - 23 de Junho

**MODERNA**  
 Plateau - T: 261 27 19

**HIGIENE**  
 Mindelo - T: 231 00 06

Este espaço é para o seu  
**pequeno anúncio!**



# TABELA DE PREÇOS

## Publicidade\*

- Publicidade, de preferência, em página ímpar.
- Concepção e produção de publicidade para o jornal impresso e online, sem custos.

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)
1 página	25,9 x 31,5 cm	60.000,00
1/2 página	25,9 x 16,2 cm	40.000,00
1/3 de página	8,6 x 31,5 cm	37.500,00
1/4 de página	12,9 x 16,2 cm	27.500,00
1/6 de página	12,9 x 11,1 cm	20.000,00
1/8 de página	12,9 x 7,8 cm	15.000,00
1/16 de página	6,5 x 8,4 cm	9.750,00
Rodapé - Capa	25,9 x 3 cm	30.000,00
Rodapé - Pg. ímpar	25,9 x 4 cm	20.000,00
Rodapé - Pg. par	25,9 x 4 cm	15.000,00
Contracapa	25,9 x 31,5 cm	70.000,00

\*Os preços não incluem IVA

## Classificados\*\*

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

\*\* Os preços incluem IVA

## ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

No **A Nação**, primeiro pensamos em si.  
JORNAL INDEPENDENTE Cabô Verde  
 Contacte-nos e iremos ter consigo com propostas baseadas na relação qualidade-preço.

[comercial.grupoalfacv@gmail.com](mailto:comercial.grupoalfacv@gmail.com)

+ 238 206 26 90